

JULIANA DE CASTRO PEDRO

**EMBATES PELA MEMÓRIA: NARRATIVAS DE DESCOBERTA NOS ESCRITOS
COLONIAIS DA AMAZÔNIA IBÉRICA**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História Social,
Curso de Pós-Graduação em História Social,
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Torres Londoño

**SÃO PAULO
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Banca examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total e/ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Local e data: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Ludovic, por me fazer querer ser melhor.

Ao Thiago pelo amor e pela paciência.

Aos meus amados pais, Dimas e Júlia, e à minha querida irmã, Polliana, que mesmo longe estão sempre por perto.

A Cida, Nei, Carlos, Carolina, pelo apoio e encorajamento.

Aos bons e fiéis amigos, em especial, Clarissa Barradas, Tereza Freire e Patrícia Sadaike.

Aos colegas da pós: Elisa, Eduardo, Emílio, Tula, Luana e Patrícia.

Aos colegas do grupo de estudos “Índios e Missionários na Amazônia”, pelo apoio e pelas discussões.

Ao Eduardo Natalino dos Santos, pela leitura atenta e os comentários sobre o meu texto ainda no princípio deste trabalho de pesquisa.

Aos professores do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial Helenice Ciampi, Yone de Carvalho, Antônio Pedro, hoje queridos amigos. Também às professoras Estefânia K. C. Fraga, Yara Aun Khoury, Antonieta Antonacci, Denise Bernuzzi de Sant’Anna, e Yvone Dias Avelino.

Aos professores membros da minha banca de qualificação, Prof. Dr. Ênio da Costa Brito e Prof. Dr. Leandro Karnal, pela generosidade e pelas preciosas sugestões.

Enfim, agradeço a Fernando Torres Londoño, meu orientador, por sua disposição em compartilhar suas “descobertas” e por ter me acolhido como sua orientanda. Por seu carinho, amizade e ensinamentos.

À Fapesp, pela bolsa que possibilitou levar adiante esta pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| ILUSTRAÇÃO 1 REPRODUÇÃO DA VIAGEM DE VICENTE YAÑEZ PINZON PELO DELTA DO AMAZONAS..... | 32 |
| ILUSTRAÇÃO 2 MANUSCRITO DO FREI GASPAR DE CARVAJAL, CRONISTA DA VIAGEM DE ORELLANA PELO RIO AMAZONAS. | 37 |
| ILUSTRAÇÃO 3 PLANISFÉRIO DE SEBASTIÃO CABOTO, C. 1544 | 39 |
| ILUSTRAÇÃO 4 MAPA DE SEBASTIÃO LOPES (1558) | 40 |
| ILUSTRAÇÃO 5 MAPA DE DIOGO HOMEM (1558) | 41 |
| ILUSTRAÇÃO 6 MAPA DE COCHADO, ANTÔNIO VICENTE. DISCRIPÇÃO DOS RIOS PARA CURUPA E AMAZONAS / DISCUBERTO E SONDADO POR MANDADO DE SUA. MAG. DE POR ANT.O VICENTE PATRÃO DE PERNAMBUCO (1623) | 56 |
| ILUSTRAÇÃO 7 MAPA DE ALBERNAZ I, JOÃO TEIXEIRA, PEQUENO ATLAS DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (C. 1629) | 57 |
| ILUSTRAÇÃO 8 PLANTA DO AMAZONAS (1637) | 67 |
| ILUSTRAÇÃO 9 MAPA DA VIAGEM DE PEDRO TEIXEIRA “RIO ACIMA” | 69 |
| ILUSTRAÇÃO 10 FRONTISPÍCIO DE “NUEVO DESCUBRIMIENTO DEL GRAN RIO DE LAS AMAZONAS” DE CRISTÓBAL DE ACUÑA (1641, PRIMEIRA EDIÇÃO) | 78 |
| ILUSTRAÇÃO 11 MEMORIAL ENDEREÇADO AO REI DA ESPANHA ESCRITO PELO PADRE CRISTÓBAL DE ACUÑA. | 87 |
| ILUSTRAÇÃO 12 FRONTISPÍCIO DO LIVRO DE MALDONADO (S.D.), CONTANDO A VIAGEM, AMAZONAS ABAIXO, DOS LEIGOS FRANCISCANOS DIEGO DE BRIEVA E ANDRÉS DE TOLEDO | 91 |

RESUMO

A leitura dos escritos coloniais confeccionados em meio aos processos de colonização ibérica na região Amazônia do século XVII revelou um grande vigor discursivo acerca da descoberta. São cartas, relatos, histórias, crônicas e memoriais que dedicam boa parte do seu poder de fogo às narrativas dos processos de ocupação dos espaços amazônicos. É significativo o empenho de seus autores em cultivar a altivez do espírito de descoberta em relação à mata, à flora, aos índios e, sobretudo, o afincamento para que esse espírito ecoasse na história a ser narrada e cristalizada. O intento deste trabalho é capturar os projetos que estavam em pauta para a região amazônica e os movimentos de construção de um espaço de atuação colonial português e espanhol, legitimados pelo direito conferido ao “descobridor”, ou ainda, ao detentor da memória do “descobrimento”, bem como a produção de seu discurso nos textos produzidos no âmbito das viagens do século XVII. Memória essa que se materializa na escrita.

ABSTRACT

The writings of the Iberian colonization of the Amazon during the 17th century show an enormous discursive vigor concerning the discovery. The letters, reports, stories, chronicles and memorials dedicate a large part of the occupation of the Amazon region. The writers' efforts are in cultivating the greatness of the discovery in relation to the forest, the plant life, the Indians and, above all, the spirit that echoes throughout the history they want to tell. The purpose of this thesis is to capture the projects developed in the Amazon and the construction movements within the colonial Portuguese and Spanish theaters, which were legitimized by the right of discovery, or, better yet, by the right of the memory of discovery, through the development of its discourse in the texts produced during the journeys of the 17th century. Here, memory materializes itself as writing.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| 1 DESCOBERTA, ESCRITA E VERDADE | 18 |
| 1.1 <i>Viajar para descobrir</i> | 23 |
| 1.2 <i>A escrita da descoberta</i> | 25 |
| 1.3 <i>Descoberta e invenção nas narrativas dos Quinhentos</i> | 29 |
| 2 A AMAZÔNIA COMO ESPAÇO “A DESCOBRIR” | 43 |
| 2.1 <i>Espaços disputados</i> | 47 |
| 2.2 <i>As viagens dos Seiscentos</i> | 58 |
| 2.3 <i>A escrita e a mensuração da realidade</i> | 63 |
| 3 MISSIONÁRIOS DESCOBRIDORES | 71 |
| 3.1 <i>Nuevo descubrimiento del Gran Río Marañón</i> | 73 |
| 3.2 <i>Experiência e Verdade</i> | 79 |
| 3.3 <i>Embates textuais</i> | 88 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 95 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 96 |
| ANEXOS | 106 |
| Anexo I | |
| <i>Listagem documental</i> | 107 |
| Anexos II | |
| <i>Clausula da provisão real que, em nome de sua Majestade, a Audiência de Quito deu para este descobrimento</i> | 113 |
| Anexos III | |
| <i>Memorial apresentado ao Real Conselho das índias sobre o dito descobrimento depois da rebelião de Portugal</i> | 115 |
| Anexos IV | |
| <i>Auto de posse de Pedro Teixeira</i> | 121 |

INTRODUÇÃO

As palavras carregam consigo significados profundos talhados pela História. Significados esses moldados na experiência vivida pelos sujeitos sociais, que revelam muito do universo cultural em que foram cunhados. Neste trabalho, nos ocuparemos da palavra *descobrir*. Nossa preocupação é perceber a dinâmica dessa palavra como *signo usável*, ou seja, como produto de ininterrupta atividade de comunicação entre indivíduos e evidência viva de um processo social continuado, dentro do qual as pessoas nascem e são formadas, e para o qual também contribuem de forma ativa, num processo permanente.¹ Interessa-nos pensar a palavra descobrir no âmbito dos processos de conquista e colonização da Amazônia no século XVII.

Nosso interesse não se formula ao acaso. As expedições de exploração da região amazônica no século XVII renderam cartas, relações, crônicas, histórias, mapas, notícias, descrições, informes e diários. *Tipos textuais* ou *discursivos* que marcam a diversidade da produção textual colonial.²

A Amazônia já era conhecida pelos europeus desde o início do século XVI e teve a calha do seu principal rio navegada em toda a sua extensão em 1542, na famosa viagem de Orellana. Os feitos da viagem ganharam narrativas que pulularam por toda a América e a Europa e inseriram a região no imaginário europeu. No século XVII, no sentido estrito da palavra, a Amazônia estava “descoberta”. No entanto, nos escritos coloniais produzidos no âmbito das viagens de “descobrimento” pelo rio Amazonas no século XVII, encontramos uma vigorosa produção discursiva acerca da palavra *descoberta*.

A primeira leitura desses textos nos leva a crer que se tratam de descrições de viagens sobre o rio, que relatavam as características físicas e etnográficas de suas margens, a situação e o curso de seus principais afluentes e a empresa de descoberta e conquista desses espaços. Até aqui não há nada de novo, considerando-se que “as crônicas indianas contêm sempre três

¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 43.

² Destaco o estudo de Walter Mignolo, centrado em três tipos textuais: *cartas relatórias, relaciones e crônicas*. Ver: MIGNOLO, Walter. *Cartas, crônicas y relaciones del descubrimiento y la conquista*. In: MADRIGAL, Luis Iñigo (coord.). *História da literatura hispanoamericana (época colonial)*. tomo I. Madri: Cátedra, 1992.

temas: em primeiro lugar a descrição geográfica do local; depois a descrição etnológica dos povos; e a narrativa dos fatos da descoberta, conquista e colonização dos territórios”.³

Contudo, para além desses aspectos claramente assinalados nos documentos consultados, e guardadas as suas especificidades, à medida que avançamos no trabalho de pesquisa – e que nos foi permitido construir um quadro detalhado das narrativas produzidas nas viagens de “descobrimento” do século XVII⁴ –, percebemos que, além de registrar as experiências da “descoberta” na região, existia forte preocupação em identificar os sujeitos partícipes desses processos. E, sobretudo, de construir, por meio das narrativas, uma memória da descoberta, ou seja, à tarefa de dar conhecimento da região e dos processos de descoberta e conquista se somava a da elaboração de uma memória. Mas em que implicava descobrir? Qual a força da palavra descoberta no âmbito da colonização?

O artigo de Vitorino Magalhães Godinho, *Que significa descobrir?*, é bastante esclarecedor sobre a problemática. O autor coloca-nos a par das pesquisas de Barradas de Carvalho⁵ acerca da palavra descobrir, no que se refere aos usos do termo e sua difusão no século XV. Nos textos consultados pelo autor, sobretudo relatos de viagens e crônicas, a palavra descobrir, bem como suas derivadas – *descoberta*, *descobrimento* – aparecem relacionadas à idéia de “buscar” [procurar] e, ainda, “achar” [*hallar*, encontrar]. Pequenas gradações de sentido distinguem “achar” de “descobrir”. Contudo, “descobrir denota freqüentemente uma exploração sistemática, enquanto achar se refere de preferência à determinada realidade cuja existência se ignorava, a um primeiro encontro. No entanto, a sinonímia se mantém com freqüência”.⁶

O minucioso trabalho de Jaime Cortesão nos ajuda a precisar as gradações da palavra descoberta no contexto das viagens portuguesas. À proporção que os trabalhos de

³ BRUIT, Hectór H. Apresentação geral das crônicas. In: *Idéias: Dossiê – Cronistas da América*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas, ano 11 (1), 2004, p. 16.

⁴ Ver Listagem Documental, nos anexos deste trabalho.

⁵ Mencionamos também a inovadora e rigorosa pesquisa do historiador Jaime Cortesão sobre a questão que inspirou fortemente os trabalhos de Barradas. Trata-se do artigo *Que é descobrimento*. In: CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. 3 ed. Lisboa: Horizonte, 1975. p. 651-660.

⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Que significa descobrir?* In: NOVAIS, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 61. O trabalho de Mahn-Lot, em especial o anexo, “Problemas e querelas de interpretação”, traz boas contribuições para o encaminhamento das questões acerca da problemática dos descobrimentos. In: MAHN-LOT, Marianne. *A descoberta da América*. São Paulo: Perspectiva, 1984. p.113-117.

“descoberta” avançavam, descobrir, inicialmente associado às conquistas geográficas [*hallar* – terras] e comerciais [*ganar* – aplicado a coisas e produtos], ganhou novos significados que apontam para um exercício de conhecer, investigar, perscrutar. Então, “a palavra descobrimento se utiliza na plenitude do sentido geográfico, econômico, político, religioso e épico, abrangendo a totalidade da empresa colonial”.⁷

A palavra descoberta, desse modo, começou a fazer parte de um repertório colonizador e ganhou outros significados.

Assim, partindo da idéia de que a descoberta é apreendida de formas múltiplas e de acordo com o código cultural de cada um dos grupos engendrados nos processos de descobrimento e colonização da Amazônia, repertório cultural que vai sendo renovado, readaptado, ou mesmo gerado a partir das experiências vivenciadas no âmbito da colonização, algumas questões são instigadoras.

O que significa descobrir para os diversos sujeitos imbuídos nos processos de descobrimento? Qual a força da palavra no âmbito da colonização da Amazônia? De que modo a descoberta foi trabalhada no interior da colonização espanhola na Amazônia, sobretudo por jesuítas e franciscanos, como elemento de legitimação da prática colonial e de construção de uma autoridade legal a partir dos direitos do descobridor?

Para tentar responder essas questões, dividimos o trabalho em três capítulos.

No capítulo 1 – *Descoberta, escrita e verdade* –, nosso esforço caminha no sentido de rastrear os elementos que aparecem associados aos processos de descoberta: a viagem, a escrita e o comprometimento dessa com a elaboração de uma verdade. Neste capítulo, estaremos voltados para o diálogo com autores que abordam questões relacionadas à “descoberta” da América, as relações estabelecidas com a alteridade, o papel da escrita no âmbito do processo colonizador e, finalmente, os processos de construção de legitimidade colonial para o domínio espanhol em terras americanas. Interessa-nos também localizar os

⁷ CORTESÃO, op. cit., p. 658.

primeiros contatos europeus com a região amazônica e os escritos gerados a partir desses contatos.

O capítulo 2 – *Amazônia como espaço “a descobrir”* – aborda como, no século XVII, o discurso da descoberta se construiu a partir da experiência iniciada com a viagem. O foco está em perceber o movimento de construção do espaço amazônico, a partir da chave da descoberta, nas narrativas geradas com as viagens dos Seiscentos. A descoberta se colocava como apreensão do espaço e as narrativas, necessariamente, deveriam conter elementos que expressassem o conhecimento desse espaço, bem como elementos que garantissem a veracidade do que era narrado. Tudo devia ser mapeado, medido, registrado e, finalmente, dado a conhecer.

Neste capítulo, nos centramos nas ações dos portugueses e espanhóis, sem, no entanto, desconsiderar as pressões que as outras nações – Holanda, Inglaterra e França – impuseram na disputa pelos espaços coloniais amazônicos. As disputas não se restringiam aos estados nacionais da Europa. No que diz respeito aos interstícios da colonização ibérica, a situação não era menos tensa, zona de interesses cruzados e fronteira entre as ordens religiosas.

O contexto de disputa pelos espaços coloniais amazônicos acabou por transformar a Amazônia em área de litígio, em extensão a ser conquistada, e exigiu dos sujeitos envolvidos nesse processo a elaboração de estratégias que garantissem a manutenção, ou ainda, o domínio do universo colonial. Acompanhamos, desde então, um novo fôlego discursivo acerca da descoberta nos escritos coloniais. Nossa principal hipótese de trabalho é que o vigor do discurso da descoberta no século XVII ganhou força à medida que se incrementou o processo colonizador na Amazônia, ou seja, quando se intensificaram as disputas pelos espaços amazônicos, também existiu um aumento na produção de discursos, o que mostra como a produção de conhecimento e de poder caminham, muitas vezes, lado a lado.⁸

No capítulo 3 – *Missionários descobridores* – o foco são os embates discursivos acerca da descoberta. O que pretendemos é seguir de perto a construção dos argumentos dos

⁸ Um ponto teórico muito trabalhado por Michel Foucault é que nenhuma instituição se sustenta se ela não for, ao mesmo tempo, acompanhada por uma produção de discurso. Precisa-se da linguagem, precisa-se dos discursos, permanentemente, para que as instituições possam ter sentido, para que possam continuar a produzir poder. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997; *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

missionários, sobretudo jesuítas e franciscanos, no que se refere à memória da descoberta. Narrativas escritas que possibilitaram, como documento/prova/verdade, estabelecer o que as sociedades européias julgavam ser um domínio legítimo sobre o novo mundo. Quanto mais se produzia tais narrativas, mais escancarada se apresentava a disputa, os embates e as forças em jogo.

Com a narrativa da experiência no espaço amazônico, inaugurada pela viagem de “descoberta”, acompanhamos também a construção de um discurso sustentado pela narrativa da presença missionária na região e dos seus trabalhos. Nesse sentido, a “descoberta” associou-se intimamente ao labor da fé, aos contatos com os grupos indígenas da região e relatos de conversão, ao martírio e abnegação dos que levavam a luz do evangelho, único capaz de tirar das trevas aquelas inúmeras almas e promover o “verdadeiro descobrimento”. A retórica missionária se construiu em função da exposição às condições do lugar, das narrativas das ações e obras dos grupos missionários, bem como para a pregação competente do evangelho.

Outros elementos se somaram ao caráter religioso da empreitada. Junto com a revelação da fé, os argumentos precisavam evidenciar as contribuições da empresa missionária ao projeto de levar adiante a colonização. Eram trabalhadas questões como: quem tem direito à descoberta? Quem deve ser legitimado e reconhecido? Quem está contribuindo mais para o projeto colonial? Quem está no topo da hierarquia e usufrui de reconhecimento, privilégio e honra?

Os missionários, principalmente os que defendiam os interesses da Coroa espanhola, tiveram o papel importantíssimo de levar adiante os planos de colonização, pois estavam na linha de frente no processo de interiorização dos rincões da Amazônia. Alguns autores falam em missões de fronteira⁹. Não descartamos essa interpretação, no entanto, quando recuperamos o vigoroso embate textual dos grupos missionários acerca da descoberta, nos parece que esses grupos, mais do que garantir espaços “ganhos” para a Coroa espanhola, estavam empenhados em construir uma memória da descoberta dos espaços amazônicos

⁹ BOXER, Charles R. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1978.

associada às ações de suas ordens, e, ainda, reivindicavam, baseados nos direitos de descoberta, o seu lugar de poder no interior do projeto de colonização espanhol para a região.

E, finalmente, algumas observações acerca das fontes com que trabalhamos.

As fontes privilegiadas para a análise são os escritos coloniais produzidos por missionários e por representantes das ordens missionárias no contexto da colonização ibérica da Amazônia no século XVII, com exceção de dois textos: a relação de 1616 do capitão português André Pereira, *Relazaom do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto*¹⁰, e a famosa *Relação do Rio das Amazonas*¹¹, de Pedro Teixeira, escrita em 1639 – neste documento o capitão lusitano informa o presidente da Audiência de Quito de sua viagem pelo rio Amazonas, de Belém até Quito.

A viagem rio acima de Pedro Teixeira gerou ainda o texto do padre jesuíta Alonjo de Rojas, intitulado *Descubrimiento del rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias: relación del descubrimiento del rio de las Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y declaracion del mapa donde está pintado*¹², e a *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*, de Maurício Heriarte, de 1662.¹³

No que se refere à viagem de volta, rio abaixo, destacamos a crônica dos jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda, nomeada *Nuevo descubrimiento del Gran Río Marañón*.¹⁴ O trabalho dos padres Acuña e Artieda surgiu em meio a uma situação polêmica desencadeada pela chegada de Pedro Teixeira a Quito e reforça a percepção da disputa entre

¹⁰ PEREIRA, André. Relazaom do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto. anno de 1616. In: PAPAVERO, Nelson et. al. *O Novo Éden: a fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000. p. 99-100.

¹¹ TEIXEIRA, Pedro. Relação do Rio das Amazonas. In: PAPAVERO et.al., op. cit., p. 137-144.

¹² ROJAS, Alonso. Relación del descubrimiento del río de las Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y declaración del mapa donde está pintado. In: PAPAVERO et. al., op. cit., p. 145-153.

¹³ Maurício Heriarte foi um dos companheiros de Pedro Teixeira nas viagens pelo rio Amazonas, “era Ouvidor-Geral, Provedor-mor e Auditor do Maranhão, sua ‘*Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*’ deve ter sido escrita por mandato do governador e capitão-general Rui Vaz de Siqueira, que governou o Estado entre os anos de 1662 e 1667”. In: PAPAVERO et. al., op. cit., p. 221-236.

¹⁴ ACUÑA, Cristóbal de. Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas, El año de 1639. Por la provincia de Quito, en el reino del Peru. In: FIGUEROA, Francisco de; ACUÑA, Cristóbal de et. al. *Informes de jesuítas en el amazonas (1660-1684)*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, Ceta, 1986 (Monumenta Amazônica). Para a citação textual no corpo da dissertação, optamos pela edição em português: ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1641)*. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

Espanha e Portugal sobre a Amazônia. Os espanhóis, alarmados com o fato de que os portugueses, conhecendo o caminho através dos rios, pudessem colocar em risco a dominação espanhola na região, sentiram a necessidade imediata de navegar e mapear toda a extensão do rio Amazonas. A viagem, pelo mesmo caminho anteriormente percorrido por Pedro Teixeira, então em sentido inverso, de Quito ao Pará, se apresentou para os espanhóis como oportunidade de mapear aquela estrada fluvial e suas vizinhanças, fazendo frente ao avanço português e aos perigos que esses representavam para o controle da região.

Interessa-nos, também, o manuscrito escrito por Rodrigo de Barnuevo em 1643, superior provincial dos Jesuítas em Quito, que circulou sob o título *Relación Apologética, así del antiguo como del nuevo descubrimiento del río de Las Amazonas o Marañón, hecho por los religiosos de la Compañía de Jesús de Quito, y nuevamente adelantado por los de la Seráfica Religión de la misma provincia para el desagravio de lo que lenguas y plumas impuntan a la Compañía de Jesus, y verdadero informe de la Católica Magestad del Rey Nuestro Señor y de su Chancillería de Quito y Real Consejo de Las Índias*.¹⁵ A relação é resultado da polêmica que se instaurou entre jesuítas e franciscanos, a partir da obra de Acuña e Artieda, no que se refere à descoberta.

Destacamos ainda a obra do jesuíta Manuel Rodríguez, intitulada *El descubrimiento Del Marañón*.¹⁶ Rodríguez construiu a sua obra a partir da rica teia de informações geradas no interior da Companhia de Jesus e da intensa troca de relatos e correspondências.¹⁷ O esforço do cronista em selecionar e organizar as cartas e os relatos que chegavam à casa provincial de Quito, e que serviam de matéria-prima para a elaboração de sua crônica, se inseriu em uma atividade para a qual a Companhia reservou cuidado especial: a construção de sua memória.

¹⁵ BARNUEVO, Rodrigo de. *Relación Apologética, así del antiguo como del nuevo descubrimiento del río de Las Amazonas o Marañón (...)*. In: FIGUEROA, ACUÑA et. al., op. cit., p. 109-135.

¹⁶ O nome da obra de Manuel Rodríguez é: *El Marañón y Amazonas. Historia de los descubrimientos, entradas y reducción de naciones, trabajos malogrados de algunos conquistadores, y ditochos de otros, así temporales, como espirituales, en las dilatadas montañas y mayores ríos de la América*, escrita por el Padre Manuel Rodríguez; de la compañía de Jesús, procurador general de las provincias de Indias, en la corte de Madrid. In: RODRÍGUEZ, Manuel. *El descubrimiento Del Marañón*. Edición, prólogo y notas de Angéles Duran. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

¹⁷ Manuel Rodríguez como procurador geral das Províncias das Índias, se serviu de cédulas reais, cartas do rei da Espanha, cláusulas de nomeação, cartas do vice-rei ao governador de Borja, memoriais e relatos que chegavam à casa provincial de Quito para a elaboração de sua história.

Rodríguez partiu de uma elaboração linear de sua história e identificou períodos que sucederam uns aos outros cronologicamente, determinados segundo a evolução dos assentamentos de missões na região. A sua incursão pelos primeiros descobrimentos empreendidos por espanhóis e outras ordens religiosas em terras americanas, processo que ele nomeou de “primeiro descubrimiento”, não se configura apenas como uma preocupação do autor em situar seu leitor no ponto zero do processo de colonização da América, mais especificamente, no processo de conquista do Peru. Ao dedicar várias laudas de seu livro à atuação fracassada de Pizarro e seus sucessores no processo de conquista da região do Alto Amazonas, Manuel Rodríguez apontou, uma a uma, as deficiências e insucessos da operação, e começou a sugerir um novo descobrimento para a região, então sob a égide de novos personagens que acabariam por conferir um efetivo “descubrimiento”.

Para o autor, as investidas dos jesuítas em território amazônico não implicavam na idéia de novidade, de descoberta de algo inédito e, sim, num desvelamento para o mundo cristão do que até então estava encoberto, e que se fazia mais urgente por se tratar de terras habitadas por homens “que lo son, aunque casi parecen brutos los indios”¹⁸, ainda não iluminados pela luz evangélica. Desse ponto de vista, o verdadeiro “descubrimiento” só se efetivaria quando aquelas terras e aqueles povos fossem tragados pelo mundo cristão-ocidental.

Tanto no trabalho de Acuña, construído a partir do seu próprio testemunho e experiência, quanto nos trabalhos de Barnuevo e Rodríguez, tecidos a partir da documentação elaborada pelos próprios jesuítas e da transcrição de parte significativa do diário de Acuña, existe uma clara intenção de associar os novos territórios ao labor da Companhia de Jesus e aos interesses da Coroa espanhola.

Finalmente, destacamos os textos produzidos no âmbito dos interesses franciscanos para a região. *Relación del primer descubrimiento del río de las amazonas, por outro nombre, del Marañón, hecho por la religión de nuestro padre San Francisco, por meio de los*

¹⁸ RODRÍGUEZ, op. cit., p. 47.

religiosos de la provincia de San Francisco de Quito, escrito por Jose Maldonado¹⁹, em 1642, e *Nuevo descubrimiento del rio de Marañon llamado de Amazonas hecho por la religion de San Francisco ano de 1651*²⁰, escrito, em 1653, pelo Frei Laureano de la Cruz. Textos que deram voz às reivindicações dos direitos dos franciscanos como “descobridores” do rio Amazonas, abrindo frente também para o embate entre interesses jesuíticos e franciscanos para a região.

Guardadas as suas especificidades, os textos apresentam de maneira geral um objetivo comum: compartilhar informações e propostas que favorecessem o duplo processo de colonização e de catequese, entendidos certamente como dois lados de uma mesma moeda, apesar do complexo jogo de convergências e divergências entre os membros da igreja e as autoridades coloniais.

Os escritos dos missionários e de representantes das ordens religiosas comprometidas com os processos de colonização e evangelização da Amazônia revelam uma grande capacidade de resposta às questões colocadas pelo momento colonial, o que faz cair por terra a tola imagem, que ainda hoje ronda os corredores da academia, de que se trata de uma literatura homogênea e repetitiva. Dentro de um mesmo objetivo político e religioso, existiam importantes singularidades, diferenças de opinião e de posicionamentos, inclusive entre membros de uma mesma ordem religiosa.

Sabendo disso, buscamos estudá-los considerando aspectos que vão desde a autoria do documento, suas condições de produção, seus possíveis destinatários e sua repercussão, até a aproximação da construção discursiva do autor, suas intencionalidades, as escolhas e omissões de sua narrativa. Procuramos considerar as “diferenças internas nesses olhares, pois havia percepções diferenciadas e estratégias específicas de apreensão e transcrição do outro,

¹⁹ MALDONADO, José. *Relación del primer descubrimiento del río de las amazonas, por outro nombre, del Marañón, hecho por la religión de nuestro padre San Francisco, por meio de los religiosos de la provincia de San Francisco de Quito*. Quito: Biblioteca Amazonas, vol.V, 1942.

²⁰ LA CRUZ, Laureano de. *Nuevo descubrimiento del río del Marañón llamado de las Amazonas hecho por los misioneros de la provincia de San Francisco de Quito el año de 1651*. Quito: Biblioteca Amazonas, volume VII, 1942. Publicación dirigida por Raul Reyes y Reyes – Presidente del Instituto Ecuatoriano de Estudios del Amazonas y Director de la sección de Historia.

já que cada autor provinha de microcosmos culturais aos quais eram destinados os seus textos”.²¹

²¹ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. São Paulo: Edusc, 2003. p. 26.

CAPÍTULO I

DESCOBERTA, ESCRITA E VERDADE

*Descobrir, descoberta, revelação portanto das partes encobertas, desconhecidas do mundo, a conjunção do Oriente e do Ocidente, a busca de novos caminhos e novas paragens e gentes, conduzindo ao encontro e a exploração metódica de novos mundos, suscitando a maravilha perante a novidade.*²²

Ainda que as balizas cronológicas e geográficas com as quais vamos trabalhar já tenham sido brevemente apresentadas – a região amazônica dos Seiscentos –, o itinerário que propomos para esta pesquisa tem como ponto de partida a inserção da América no universo cognitivo europeu. Falamos do que a historiografia convencionou denominar como “descoberta da América”.²³

Nossas inquietações dizem respeito ao universo que se descortina a partir do encontro entre o Velho e o Novo Mundo.²⁴ Experiência inédita, nunca vista quer em suas motivações, quer na amplitude de suas conseqüências – dada a sua dimensão e complexidade. Basta por ora dizer, tomando de empréstimo a sentença de Bornheim, que “as águas do descobrimento ainda hoje não se aquietaram, nem mesmo na mais estável de todas as areias”.²⁵

²² GODINHO, op. cit., p. 67.

²³ Em ocasião das comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento” da América, estudiosos dos mais variados campos das ciências sociais, entre eles, historiadores, antropólogos, filósofos, lingüistas, realizaram uma rica discussão sobre os significados do “descobrimento” e a pertinência, ou não, da palavra descobrimento para designar o “encontro” entre a Europa e a América. O debate não é de ordem nominalista. Por trás dos termos, se articulam complexos conjuntos de valores, avaliações, conceitos e juízos históricos, políticos e culturais. Não podemos permanecer neutros diante de noções como descobrimento, invenção, encontro, invasão, tropeção, genocídio. Neste capítulo, tentaremos, a partir de um diálogo com a historiografia, trabalhar algumas dessas noções.

²⁴ Fernando Ainsa afirma que a América foi a única região do globo que, ao ser descoberta, foi batizada como um “Novo Mundo”. Segundo o autor: “privilegio de comienzo y de génesis de un tiempo y un espacio del que es dueña, no sin cierta ambigüedad (...). Por está razón, su territorio ha sido propicio a la objetivación de la utopía y buena parte de las esperanzas frustadas em Europa se han concentrado en el Nuevo Mundo, donde la creencia em tabula rasa de uma historia abierta al futuro ha potenciado planes y proyectos de toda índole”. AINSA, Fernando. *De la edad de oro a El Dorado: génesis del discurso utópico americano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 11.

²⁵ Para Gerd Bornheim, o descobrimento não se esgota no estabelecimento de suas coordenadas históricas e geográficas “a experiência factual vive das bastardias que promete”. Para o filósofo, o conceito de descoberta só existe em função das fronteiras que insiste em devassar, o vigor do conceito está justamente “na dificuldade de

A “descoberta da América”, como expressou Adauto Novais em um belíssimo e inquietante artigo, intitulado *Experiência e Destino*²⁶, deflagrou um processo em que todos os agentes envolvidos sofreram transformações que abalaram definitivamente suas concepções de sujeito, de mundo e de história. Do ponto de vista europeu e em relação à América, a viagem de descoberta foi a ponte lançada entre duas margens.

Um mundo jamais visto antes. Aos olhos da Europa, uma sociedade inquietante se revela: são homens sem lei, sem fé e sem rei, que habitam a outra margem do Ocidente (...) toda margem delimita; ao mesmo tempo inclui e exclui, integra e divide, transita entre o diferente e o novo (...). Toda a ponte é sempre uma travessia, ponto de partida e ponto de passagem.²⁷

A travessia não se faz sem traumas. Não se trata apenas da expansão dos limites do mundo conhecido, é antes de tudo uma caminhada que conduz ao outro – outras terras, outras gentes. Mas o outro só pode ser alcançado com a própria transformação.²⁸ Os contatos com novas realidades e outras formas de humanidade exigiram dos europeus um longo exercício de reflexão sobre a sua própria condição.

... é como se tendo forçado os limites do horizonte, o ocidental fosse encontrar o seu Outro, como se o olhar não tivesse outra saída a não ser o reflexo de si mesmo no Outro (...). De início, o europeu espanta-se ao descobrir-se particular, quando antes se sentia universal, obrigando-o a recomeçar a pensar sua própria condição (...). O reflexo no espelho da cultura não produz apenas o duplo, produz também a consciência da diferença.²⁹

Contato que evidencia a diferença. Qual o discurso inaugurado pelo europeu quando em contato com a alteridade americana? Fernando Ainsa nos fornece as chaves interpretativas para avançarmos na nossa investigação. De acordo com o autor, “los mecanismos de apropiación de la alteridad – comparación de lo diverso con lo conocido, clasificación y jerarquización de la otredad, diferenciación y uniformización con el objeto de asegurar el poder y el control de la diferencia”.³⁰

emparelhar-se com qualquer tipo de completeza (...) ele se quer essencialmente aberto, como que a ignorar para sempre o próprio sentido de suas premissas”. BORNHEIM, Gerd. A descoberta do Homem e do mundo. In: NOVAIS, Adauto. *A descoberta...*, op. cit., p. 17.

²⁶ NOVAIS, Adauto. *Experiência e Destino*. In: NOVAIS, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

²⁷ *Ibidem*, p. 7.

²⁸ Sérgio Cardoso aborda com maestria essa noção no artigo O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAIS, Adauto (org.). *Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 347-360.

²⁹ NOVAIS, Adauto. *Experiência...*, op. cit., p. 8.

³⁰ AINSA, Fernando. *De la edad...*, op. cit., p. 39.

A experiência do “descobrimento” se revelou pouco hábil. A angústia que o desconhecido provocou no “descobridor” foi mitigada pela redução do outro ao que lhe era familiar, conhecido, doméstico. O novo se viu reduzido ao conhecido. Em lugar de desvelar o que lhe apareceu ante os olhos, o europeu encobriu o objeto com uma nova roupagem para torná-lo acessível e apreensível. Da dificuldade de ler a diferença, a descoberta se mostrou, paradoxalmente, um encobrimento. Na opinião de Leopoldo Zea:

Los ojos de los supuestos descubridores no vieron sino lo que quería ver y encontraron lo que querían encontrar. La auténtica realidad de esta región y sus hombres, quedo encubierta por los prejuicios que traían consigo sus descubridores (...). Los hábitos y costumbres de los indígenas fueron vistos y juzgados en relación con los propios (...). Los evangelizadores tampoco pudieron ver de este mundo sino lo que querían o podían ver, de acuerdo con la religión que trataban de expandir por el orbe hasta ayer desconocido. El mundo indígena fue visto como expresión de lo demoníaco y, por ello, destinado a desaparecer u ocultarse como una vergüenza. Todo el continente fue visto bajo el signo del pecado y, al ser descubierto, destinado a ser redimido por los hombres que habían encontrado con él. Así, el mundo con el cual se encontraron los descubridores y conquistadores fue encubierto por los prejuicios de los mismos. Conquistadores y evangelizadores cubrieron con una densa capa el mundo con el cual se encontraron.³¹

Não se conseguiu capturar o outro como alteridade possível. É como se, diante da “descoberta” do outro, esse fosse reelaborado (encoberto), para só então ser novamente “descoberto”. Nessa construção do outro, o europeu se afirmou como sujeito ativo e o descoberto-encoberto apareceu como necessariamente objetivado. Nesse sentido, “... esse Outro não foi ‘descoberto’ como Outro, mais foi ‘en-coberto’ como o ‘si-mesmo’ que a Europa já era desde sempre”.³²

Edmundo O’Gorman³³, considerando os processos em que se deu a apreensão desse novo universo aberto aos olhos do europeu, propõe a categoria de “invenção” da América, no

³¹ ZEA, Leopoldo. 12 de octubre de 1492. Descubrimiento o encubrimiento? In: _____. (org.). *El descubrimiento de América y su sentido actual*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 197.

³² O livro de Dussel, *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*, é resultado de uma série de conferências proferidas em Frankfurt, no ano de 1992, e propõe algumas reflexões acerca dos “descobrimientos” e o advento da modernidade europeia. Dussel localiza o nascimento da modernidade no ano de 1492, relacionando-o com a inserção da América no universo cognitivo europeu: “A modernidade nasceu quando a Europa pôde se confrontar com seu ‘Outro’ e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador e colonizador da alteridade constitutiva da própria modernidade. DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p. 8. Destacamos ainda o artigo: FALCON, Francisco J. Calanzans. Descubrimientos e modernidade ibérica. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, Jonh Manuel (coord.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998.

³³ O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

intuito de desvendar os pressupostos ontológicos com os quais foi inventada a idéia de América e o sentido que lhe fora outorgado na nova concepção de mundo que a emergência do continente ajudara a forjar. A partir da análise das viagens de Colombo e apoiado em farta gama documental, o autor desconstrói o conceito de “descoberta da América” para dar vez à idéia de “invenção da América”. Não se trata apenas de substituição de conceitos. Para o autor, a idéia de invenção considera a maneira com a qual a América foi inventada a partir de categorias pertencentes ao cognoscente europeu.³⁴ Com idéias constituídas previamente, herança de todo o imaginário que antecedeu o descobrimento, o europeu iniciou um processo de “invenção” do Novo Mundo.³⁵

Foi atribuída às novas terras a possibilidade de ser uma outra Europa. Descobrir, nesse sentido, pressupõe a ação de um agente que descobre o que estava ali à espera de seu desvelamento.

Descobrir: tirar a cobertura, deixando à vista o que estava coberto. Revelação das partes encobertas. Ação de desvelamento que pressupõe a relação entre aquele que descobre e o que é descoberto. O descoberto se constrói em relação ao seu descobridor, como se estivesse à espera de sua revelação, à espera da chegada daquele que lhe dotaria de plenitude, “por eso el descubridor nombra el descubierto y, al nombrarlo, le dota de la plenitud de su ser que

³⁴ Antonio Mitre faz uma crítica à leitura eurocêntrica de O’Gorman. Para Mitre, o autor trabalha numa perspectiva unilateral, na qual toda a atividade de elaboração de construção da alteridade americana se delinea a partir da experiência européia. A crítica advém do modo como o continente é apresentado: uma imensidão de terras e povos à espera de uma significação européia, sem qualquer questionamento, sobre como as culturas indignas teriam percebido o encontro e, ainda, sem considerar essa outra visão como parte da experiência encoberta sob o título de descobrimento da América. In: MITRE, Antonio. *O dilema do Centauro*: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 93-101.

³⁵ Fernando Ainsa, no artigo “Invención de la utopía y desconstrucción de la realidad”, mostra como o processo de “invenção” da América alterou de modo significativo a visão de mundo européia, e possibilitou um processo de invenção de si mesma, o que explica em boa parte “la renovada actualidad dos mitos primitivos e o surgimento de la utopia como género, através de los cuales a Europa ‘renace’ y se reinventa a partir de la invención de la América. La Edad de Oro reinstaurada, el cristianismo ‘primitivo’ e incontaminado de los dias revivido en la acción utópica misionera, el Paraíso ‘perdido’ reencontrado en el ‘edenismo’, la Arcádia americana son mitos reinventados como consecuencia directa de la propia invención del Nuevo Mundo. AINSA, Fernando. *Invención de la utopia y desconstrucción de la realidad*. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Sentido y proyección de la conquista*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993. p. 21-22. No mesmo caminho de reflexão está o artigo de João Alexandre Barbosa “América: Descoberta ou Invenção?”. In: BARBOSA, João Alexandre. *América: descoberta ou invenção?* In: ARAGÃO, Maria Lucia Poggi & MEIHY, José Carlos Sebe Bom (coord.). *América: ficção e utopias*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 21-24.

estava como en potencia. El acto de descubrir es así un acto de conocimiento que se realiza, se efectúa desde lo conocido”.³⁶

Assim, a conquista do continente americano pode ser vista como um processo de transformação da América numa espécie de extensão da Europa Ocidental. Isto é, a duplicação em solo americano, mesmo que desfocada e reajustada, de instituições, leis, crenças e práticas, próprias da Europa moderna, num processo contínuo de ocidentalização. Tratava-se de impor a esse novo mundo sistemas de interpretações e esquemas que pudessem torná-lo acessível e pronto para ser submetido.

No entanto, estamos mais inclinados a compartilhar da idéia desenvolvida por Carmen Bernand e Serge Gruzinski, no prefácio do livro *De la idolatria: una arqueología de las ciencias religiosas*.³⁷ Os autores afirmam que, se por um lado os europeus leram o novo continente através de referenciais próprios à sua cultura (o que não poderia ser diferente), acabaram, por outro lado, incorporando irreversivelmente elementos específicos das culturas que subjugararam, ou procuraram subjugar.

... sería erróneo pensar que las ‘redes’ em cuestión funcionaron exactamente como pantallas opacas. Com el passo del tiempo, sufrieron alteraciones profundas: se desplegaron una vez más em torno a novas articulaciones, se modificaron e desplazaron al contacto com la experiencia en el terreno y com los sistemas de pensamiento que se sucedieron en la Europa moderna.³⁸

“Redes”, que a princípio funcionaram como meio de tornar acessível o Novo Mundo “descoberto”, não permaneceram intocadas e terminaram por receber novas teceduras e arranjos por vezes inusitados, à medida que o processo de colonização avançava.

³⁶ GULDBERG, Horário Cerutti. Preságios de descubrimientos y tópicos del descubrir. In: ZEA (org.), *El descubrimiento...*, op. cit., p. 53.

³⁷ GRUSINSKI, Serge; BERNAND, Carmen. *De la idolatría: una arqueología de las ciencias religiosas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

³⁸ *Ibidem*, p. 8.

1. Viajar para descobrir

*O conhecimento depende da viagem, de um impulso incansável na direção das margens.*³⁹

Os descobrimentos foram obviamente originados por uma deslocação progressiva, e nesse aspecto, o conceito de viagem revela-se implícito no movimento de descoberta.

Com a viagem – pensada aqui em termos de deslocamento no espaço –, novos caminhos, terras e paragens foram alcançados. Novos pontos de contato e aproximação foram estabelecidos. Limites rompidos e novas fronteiras erguidas. A viagem, tal como uma caminhada, delineia um traçado no espaço – um caminho – que, do ponto de partida até onde se conseguiu chegar, abre para o fluxo de deslocamentos – ir e vir – entre lugares, em princípio, distantes.

O içar das velas rumo ao desconhecido foi sempre acompanhado por uma preocupação vital em localizar-se e em marcar pontos de referência na paisagem circundante, que pudessem guiar os viajantes. Enfim, em construir, à proporção que viajavam, caminhos seguros – rotas de orientação para fazer frente à desventura e ao infortúnio de se ver tragado pela vastidão dos lugares desconhecidos. Caminhos preciosos que conduziam ao novo, ao mesmo tempo em que permitiam o regresso. Ao caminho de ida se somava o ensinamento que permitia a volta, “pois partir nunca foi uma entrega que não projetasse um retorno”.⁴⁰

Se a viagem permite o traço no espaço, é a escrita que garante a sua fixação. Enquanto as embarcações sulcavam os mares por onde os homens se lançavam, os desenhos projetados nas águas – traços no espaço – antes de apagados e neutralizados, ganhavam tinta e materialidade pela pena do cronista. Diários de viagem, desenhos, mapas, relatos eram confeccionados ao soprar dos ventos, no exercício de apreensão do espaço, numa tentativa de não deixar escapar nada do que a viagem permitiu ver, ouvir, tocar, testemunhar, ou mesmo imaginar.

³⁹ GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 168.

⁴⁰ MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. p. 27.

A viagem permite ampliar horizontes de conhecimento, coletar informações e acessar novos campos culturais e modos de vida, enfim, romper os muros do conhecido e mirar outros horizontes. Permite ao indivíduo “contrastar costumes familiares com costumes alheios e, daí, ver o comum e o cotidiano a uma luz nova e reveladora, o que não acarreta necessariamente a suspensão dos juízos culturais”.⁴¹ Possibilita o conhecimento de outras realidades e implica necessariamente um exercício, nem sempre fácil, de aproximação e diálogo com outros homens, outras culturas, outros modos de viver. Nesse sentido, “viajar y descubrir consistió no sólo en la expansión del mundo conocido (...), empresa de conocimiento que supuso un reconocimiento de la existencia del otro. La alteridad es arrancada al caos y a la ignorancia e permite – gracias a la razón – fundar una nueva naturaleza completa”.⁴²

A novidade provoca o desejo de dar notícias sobre *la existencia del otro*. As instruções eram:

Los que fueren á descubrir por mar y tierra, procuren llevar algunos Indios é Intérpretes de las partes donde fueren más á propósito, haciéndoles todo buen tratamiento, y por su medio hablen y platiquen con los da la tierra, procurando entender sus costumbres, calidades y forma de vivir, y de los comarcanos, informándose de la religion que tienen, y que Idolos adoran, con que sacrificios y manera de culto: si hay entre ellos alguna doctrina ó genero de letras: como se rigen y gobiernan: si tienen Reyes, y si estos son por eleccion ó por derecho de sangre, ó guardan forma de República, ó por linajes: que rentas y tributos dan ó pagan, ó de que manera, y á que personas: que cosas son los que ellos mas precian, y cuales las que hay en la tierra, y traen de otras partes que tengan en estimacion: si hay metales, y de que calidad, especería, drogas, ó cosas aromáticas; y para mejor averiguarlo, lleven algunos de estos géneros: asimismo sepan si hay piedras preciosas de las que en nuestro Reyno se estiman; y se informen de la calidades de los animales domésticos y selvages, plantas, árboles cultos é incultos, y aprovechamientos que tienen de todo, y de las demas cosas contenidas en las leyes que de estos tratan, y de todo traygan muy cumplida razon.⁴³

Tratamos, portanto, de atos oficiais: questionários orientaram para a exploração metódica de todo o “descoberto”. Tudo interessava: os habitantes, a forma de povoamento, a nudez ou o vestuário, as organizações políticas e as distinções sociais, a produção e a alimentação, os corpos, os ritos. A questão era conhecer, descrever e organizar as terras descobertas.

⁴¹ GREENBLATT, op. cit., p.163.

⁴² AINSA, *De la edad...*, op. cit., p. 59.

⁴³ Ley viiiij. Que los descubridores lleven Intérpretes, y se informen de lo que esta Ley declara. Ordenanza 15. Mandadas Imprimir y Publicar Por La Majestad Católica Del Rey Don Carlos II. Tomo Segundo, Cuarta impresión. Hecha de orden del Real y Supremo Consejo de Las Indias. Madrid MDCCLXXXVI. Livro Quarto. Título Primero. De Los Descubrimientos.

2. A escrita da descoberta

Dado principio al viagem por mar ó tierra, comiencen los **descubridores á hacer memoria y descripcion** por dias do que lo vieren, hallaren y aconteciere en todo lo descubierto, y **habiéndole escrito** en un libro, se lea en público cada dia delante de los que fueren á la faccion porque mejor se averigüe **la verdad**, y firmado de alguno de los principales, guarden el libro con mucho cuidado, para que quando vuelvan lo presenten en nuestro Consejo ó Audiencia donde han de dar cuenta de lo capitulado.⁴⁴ [grifo nosso]

Fazer memória, descrever, registrar, tomar por testemunho, firmar a verdade e finalmente guardá-la, eis os procedimentos instituídos pela Coroa espanhola relacionados às descobertas – uma série de ações, atos e sanções constituídos e organizados a partir da viagem. Da descoberta, resultou a redação de uma notícia – sua materialização na escrita – com o fim de informar outrem, bem como instaurar a legitimidade da descoberta e identificar os seus descobridores. Escrita que registrou a descoberta e cristalizou a memória do descobrimento.

A atividade de elaboração da memória – fundada na experiência daquele que participa da viagem – esteve comprometida com uma escrita eficaz, que, para além da capacidade de pinçar e conservar elementos da realidade vivida, num desejo quase incontido de reter, de armazenar “lo que vieren, hallaren y aconteciere en todo lo descubierto”⁴⁵, também divulgou, propagou, venceu distâncias para trazer ao seio da cena sua matéria.

Segundo Michel de Certeau:

A escrita acumula, estoca os ‘segredos’ da parte de cá, não perde nada, conserva-os intactos. É arquivo. Por outro lado ela ‘declara’, avança ‘até o fim do mundo’ para os destinatários e segundo os objetivos que lhe agradam – e isto sem ‘sem sair do lugar’, sem que se desloque o centro de suas ações, sem que ele se altere nos seus progressos. Ela tem na mão a ‘espada’ que

⁴⁴ Ley vij. Que los descubridores describan su viage, leyendo cada dia lo escrito, y firmando alguno de los principales. D. Felipe II. Ordenanza 22 de Poblaciones Recopilacion De Leyes De Los Reynos De Las Indias, Mandadas Imprimir y Publicar Por La Magestad Católica Del Rey Don Carlos II. Tomo Segundo, Quarta impresion. Hecha de orden del Real y Supremo Consejo de Las Indias. Madrid MDCCLXXXXXI. Livro Quarto. Título Primero. De Los Descubrimientos. In: MENENDEZ-PIDAL, Gonzalo. *Imagen del mundo hacia 1570, según noticias del consejo de Indias y de los Tratadistas españoles*. Madrid: Consejo de la hispanidad, 1994.

⁴⁵ Ley vij. Que los descubridores describan su viage, leyendo cada dia lo escrito, y firmando alguno de los principales. D. Felipe II. Ordenanza 22 de Poblaciones Recopilacion De Leyes De Los Reynos De Las Indias, Mandadas Imprimir y Publicar Por La Magestad Católica Del Rey Don Carlos II. Tomo Segundo, Quarta impresion. Hecha de orden del Real y Supremo Consejo de Las Indias. Madrid MDCCLXXXXXI. Livro Quarto. Título Primero. De Los Descubrimientos. In: MENENDEZ-PIDAL, op. cit.

prolonga o gesto, mas não modifica o sujeito. O poder que seu expansionismo deixa intacto é em seu princípio colonizador.⁴⁶

Tocamos num ponto significativo. Para além de sua eficácia em capturar e armazenar os segredos “da parte de cá”, e de sua capacidade de romper com as distâncias “sem que se desloque o centro de suas ações”, a atividade escriturária permite a inscrição da alteridade. Ela não só cuida do delineamento do desenho da alteridade, ou seja, da construção da memória acerca do outro, como também, possibilita a propagação e a cristalização dessa memória.

De acordo com o historiador Fernando Bouza, na Espanha dos séculos XVI e XVII, ao contrário do que comumente se supõe, a escrita não triunfava de forma absoluta. Ainda que tenha adquirido grande relevância e fôlego na organização do Estado Moderno – baseado em documentos, diplomas, papel selado e na escala da negociação por despacho que se ancorava na consulta escrita⁴⁷ – e se disseminado nas diversas esferas da vida social, o espaço reservado à voz e à imagem, como suportes legítimos para a memória, era significativo.

Para o autor, nesse período, existia uma clara consciência de que tanto a escrita, quanto a oralidade e o imagético cumpriam a mesma função expressiva, comunicativa e rememorativa. Dentro do intenso debate que se organizou em torno da escrita, da oralidade e da iconografia como possibilidades para o suporte da memória, a escolha de uma ou outra forma se orientava de acordo com o que Bouza denominou como princípio de comunicação e princípio de conservação. Em relação ao primeiro, “conforme a sua expressividade prática e a sua presumível veracidade/verossimilhança; enquanto que em relação ao segundo, o debate

⁴⁶ Ainda sobre o poder da escrita, citamos: “Ele se estende sem ser mudado. É tautológico, igualmente imunizado contra a alteridade que poderia transformá-lo e contra aquele que poderia lhe resistir. Está envolvido num jogo de dupla reprodução, uma histórica e ortodoxa que preserva o passado, e outra missionária que conquista o espaço multiplicando o mesmo signo. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 217.

⁴⁷ Basta pensarmos no reinado de Felipe II como “el momento de la definitiva implantación de la consulta escrita en el modus gubernandi de la Monarquía Hispánica”. BOUZA, Fernando. Para no olvidar y para hacerlo: la conservación de la memoria a comienzos de la edad moderna. In: _____. *Imagen y propaganda: capítulos de História Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p. 29. Ver também: CORTÉS ALONSO, Vicenta. La producción documental en España y América en el siglo XVI. In: *Anuario de Estudios Americanos*, XLI. Sevilla: Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispánico-Americanos de Sevilla, 1984. P.195-227.

tinha em atenção o meio que era capaz de garantir uma perenidade e uma difusão mais extensa”.⁴⁸

Enfim, o que determinava o recurso às vozes, às imagens ou aos textos, ou mesmo o uso comum dessa “tríade comunicativa” eram as necessidades distintas a serem satisfeitas; as características comunicativas que lhes eram peculiares ou a capacidade de preservação que se atribuía a cada um deles.⁴⁹

Assim, a memória acerca dos atos de descoberta “empezará a no despegarse mucho de la escrita, cuja durabilidade y fijación se consideraba especialmente apropiada para garantir tanto la información necesaria a los gobernantes como, incluso, la verdad”.⁵⁰

Cabe ressaltar que, no contexto das descobertas, ainda que a cultura espanhola tenha incorporado a escrita, as vozes não foram silenciadas. Nos procedimentos relacionados às descobertas instituídos pela Coroa espanhola – Ley vij. *Que los descubridores describan su viage, leyendo cada dia lo escrito, y firmando alguno de los principales*. D. Felipe II. Ordenanza 22 de Poblaciones – isso se faz claro: “... y habiéndole escrito en un livro, se lea en público cada dia delante de los que fueren á la faccion porque mejor se averigüe la verdad, y firmado de alguno de los principales, guarden el libro con mucho cuidado”.⁵¹

Os atos eram públicos e oficiais. O entrelaçamento da escrita com a oralidade se fez evidente no processo de construção de uma verdade acerca da descoberta. Salvaguardado o papel da leitura no processo de construção de uma memória comprometida com a “verdade”, competia assegurar que tudo fosse registrado e revestido da maior autoridade.

Para uma sociedade que funda a justificação de seus direitos sobre “provas” escritas, “os documentos autenticados são um penhor da verdade da descoberta (...). Ou antes, eles

⁴⁸ BOUZA, Fernando. *Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Separata do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002. p. 115.

⁴⁹ Ibidem, p. 119.

⁵⁰ BOUZA, *Imagen...*, op. cit, p. 44.

⁵¹ Ley vij. *Que los descubridores describan su viage, leyendo cada dia lo escrito, y firmando alguno de los principales*. D. Felipe II. Ordenanza 22 de Poblaciones Recopilacion De Leyes De Los Reynos De Las Indias, Mandadas Imprimir y Publicar Por La Magestad Católica Del Rey Don Carlos II. Tomo Segundo, Quarta impresion. Hecha de orden del Real y Supremo Consejo de Las Indias. Madrid MDCCCLXXXI. Livro Quarto. Título Primero. De Los Descubrimientos. In: MENENDEZ-PIDAL, op. cit.

ajudam a produzir a ‘verdade’ e a ‘legalidade’, assegurando-se que as palavras não desapareçam uma vez proferidas, e que a memória da descoberta seja fixada”.⁵²

A Espanha, desde o processo inicial de descoberta e conquista da América, esteve preocupada com a constituição de uma legalidade para suas ações além-mar. Além dos atos instituídos referentes à descoberta – aqui brevemente trabalhados – que de algum modo já evidenciavam a preocupação espanhola em documentar, registrar e, sobretudo, autorizar e legitimar as ações ultramarinas, pode-se acompanhar a intensa elaboração jurídica e discursiva que visava garantir o domínio legítimo sobre as Índias.⁵³

Na opinião de Patrícia Seed, autora do livro *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo*, “os europeus do século XVI e XVII acreditavam no seu direito de governar. E criaram para si próprios esses direitos empregando palavras e gestos significativos”.⁵⁴

A autora identifica nas práticas cerimoniais de posse, cujas ações eram fundadas por conjuntos distintos de atos expressivos (sinais culturais) – a leitura do requerimento por parte dos espanhóis, a marcha em procissão para os franceses, o fincar de cruzes e a observação astronômica para os portugueses –, a principal forma de imposição do poderio colonial sobre a América. Atos que inauguravam, do ponto de vista europeu, um domínio legítimo sobre o Novo Mundo.

A sanção da autoridade colonial significava que as cerimônias, ações, discursos e registros tinham como primeiro alvo seus conterrâneos europeus. Acima de tudo, eram seus próprios compatriotas e líderes políticos, e não os povos indígenas, que os colonizadores deveriam convencer sobre a legitimidade de suas ações. Na ausência de diretrizes oficiais para a tomada

⁵² GREENBLAT, op. cit., p. 81.

⁵³ As leis e disposições que regeram a colonização e a administração da justiça na América e os métodos empregados em sua aplicação derivam em linha direta do sistema de direito medieval espanhol. Essa conformação jurídica é herança, por um lado, do direito germânico, especialmente o visigodo, e, por outro lado, do direito romano e canônico, tal como foram ponderados pelo Concílio de Toledo. Também o costume e posteriormente a noção de direito natural contribuíram para dar forma ao sistema. Ver: GONZÁLEZ, María del Refugio. El descubrimiento de América y el derecho. In: _____. *El descubrimiento de América y su impacto en la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. p. 95-111; HANKE, Lewis. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Madrid: Aguilar, 1959; MANZANO y MANZANO, Juan. *La incorporación de las Indias a la corona de Castilla*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1948.

⁵⁴ SEED, Patricia. *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999. p. 10.

de posse, as ações precisavam ser culturalmente persuasivas, abrangendo uma dimensão ampla de sua sociedade natal.⁵⁵

A viagem fornece os elementos para a elaboração da narrativa, mas o movimento entre a experiência da viagem e a construção de sua narrativa não se dá de modo simples e direto. Narrar determinado episódio, sublinhar as características de tal lugar e não daquele não se resume apenas a um mero exercício de seleção ao acaso ante o quadro que se apresenta.

Leonardo Olschki⁵⁶, em um trabalho sobre as componentes dos registros dos viajantes, considera importante examinar que aspectos, naturais e humanos, atraíam a atenção dos viajantes. A questão principal – o autor analisa especificamente os relatos de Marco Pólo e de Cristóvão Colombo – é identificar a razão da escolha que faz o viajante-narrador do que é digno de ser considerado e descrito. Escolha essa que pode ter sua origem nos interesses práticos, na instrução, na educação espiritual, no temperamento do viajante ou na capacidade de expressar e observar. Identificar a forma como foram apresentadas as terras descobertas e exploradas nos ajuda a compreender o efeito que essas narrativas tiveram sobre o imaginário e sobre as iniciativas dos homens da época.

3. Descoberta e invenção nas narrativas dos Quinhentos

As narrativas produzidas no âmbito das viagens de exploração do espaço amazônico no século XVI tiveram repercussão como fundadoras da presença europeia na Amazônia e inseriram-na definitivamente no universo cognitivo europeu. Contam-nos sobre a diversidade e riqueza de sua natureza, das *muitas gentes* que povoavam as margens dos rios, fazem referência à sua organização política, seus ritos, costumes e comércio e reservam um espaço significativo para as “maravilhas” que ali habitavam.

São registros escritos que carregam uma carga temática, uma leitura do universo amazônico que não resulta apenas da dinâmica das águas e das florestas, mas também das expectativas, idéias e representações próprias do imaginário europeu. Lendas e mitos medievais puderam ser rastreados nas aventuras vividas e narradas pelos conquistadores: “...

⁵⁵ Ibidem, p. 21.

⁵⁶ OLSCHKI, Leonardo. *Storia letteraria delle scoperte geografiche*. Firenze: Leo Olschki Editore, 1937.

Orellana descende el río que se bautiza con el clásico nombre de las Amazonas y el reino de El Dorado guía los pasos de Pizarro, como el mítico país de Cipango había guiado el rumbo de la carabelas de Colón”.⁵⁷

Neide Gondim, no seu livro *A invenção da Amazônia*, sustenta a idéia de que a Amazônia foi inventada pelos europeus a partir do momento em que passou a constar nos relatos dos primeiros descobridores. Inventada, porque a Amazônia real não fazia parte dos anseios dos homens que ali estiveram à procura de riquezas.⁵⁸

É interessante notarmos como as narrativas produzidas no contexto das viagens do século XVI refletem fortemente a tensão entre a realidade e o imaginário⁵⁹, entre “el ser y el deber ser americano”, como expressou Fernando Ainsa no artigo *Invenición de la utopia y desconstrucción de la realidad*.⁶⁰ Poderíamos falar num movimento de construção da alteridade, no qual as atividades de descoberta e de invenção se cruzavam no exercício de dar notícias desse universo que se abria. Descobria-se a Amazônia ao mesmo tempo em que era inventada.

Mas em que implicava descobrir e inventar?

Tomamos aqui por empréstimo a sentença de Ernest Bloch: “Inventar es transformar las cosas gracias a la intervención del hombre y descubrir es encontrar algo ya existente y hacerlo conocer a los demás”.⁶¹ Marcadas as diferenças assinaladas por Bloch entre descobrir e inventar, o que podemos observar, sobretudo no que se refere à Amazônia do século XVI, é um movimento em que a atividade da descoberta se somava à atividade da invenção.

⁵⁷ AINSA, *De la edad...*, op. cit., p. 14-15.

⁵⁸ GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

⁵⁹ A imaginação não trabalhava no vazio, e sim, a partir de uma trama de elementos compartilhados por todo o grupo social. O imaginário europeu “matriz codificadora de los diversos aspectos que se verán luego como partes de la ‘realidad’ americana. La realidad es una realidad construida mediante una labor coformadora de la percepción. Conformación que incluye la adaptación y acomodo de la capacidade perceptiva desde um ponto de vista histórico, social y cultural”. In: GULDBERG, op. cit., p. 49.

⁶⁰ Para o autor, a “reflexión especular entre o real y o imaginário de crónicas y relaciones, tensão entre o ser y el deber ser americano se manifesta en siglos sucesivos en el marco de diferentes modelos estéticos e ideológicos y se prolonga hasta hoy en día en el discurso ensayístico y hisitórico del continente. In: AINSA, *Invenición...*, op. cit., p. 22.

⁶¹ BLOCH, Ernest. *Le principe espérance*. vol. II. Paris: Gallimard, 1982. p. 363, apud: AINSA, *Invenición...*, op. cit., p. 17.

É sabido que o processo de conquista e colonização dos territórios americanos não se deu num único movimento, e seu ritmo esteve marcado por fatores que poderiam facilitar, ou ainda, barrar as pretensões de posse européia. A geografia dos territórios, as reações amistosas ou de resistência dos grupos indígenas, os ânimos dos conquistadores, ou ainda, as próprias orientações e determinações da política colonial imperial eram alguns dos elementos que regiam a marcha da conquista.⁶²

A expedição comandada pelo espanhol Vicente Yáñez Pinzón, em fevereiro de 1500, que atingiu a desembocadura do rio Amazonas, abriu um processo contínuo, ainda que com intensidades desiguais, de desvelamento do universo amazônico.⁶³ Mas foi somente a partir da década de 1530 que os espanhóis começaram a dispor de mais informações sobre o interior da Amazônia.⁶⁴

Na região amazônica, todos os conflitos inerentes ao processo colonizador se deram em um espaço geográfico que determinou táticas de ação e atuou como fermento na construção de imagens e representações desse universo. A selva e seus rios estavam postos como o cenário que congregava duas visões de mundo, duas formas de se relacionar e recriar esse espaço. De um lado, o espaço conquistado, ordenado segundo a lógica ocidental, em particular pelo tipo de colonização espanhola, erigida a partir da cidade agregadora dos ideais de civilização, ordem e domínio que se impunham; por outro lado, a lógica da natureza vislumbrada pelos europeus como selvagem, caótica, ameaçadora.

⁶² ELLIOT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. vol. 1. São Paulo: Edusp, 1999. p. 158.

⁶³ Os testemunhos dos que participaram da expedição foram recolhidos por Pedro Martín de Anglería, cronista de Castela, e registrados em sua crônica *Décadas Del Nuevo Mundo*. In: ANGLERÍA, Pedro Martín. *Décadas Del Nuevo Mundo*. (1ª edição espanhola, em latim, Alcalá, 1530). Buenos Aires: Editora Bajel, 1944.

⁶⁴ “A mediados de los años treinta del siglo XVI, los españoles comenzaron una serie de expediciones de conquista e exploración que deben considerarse como una de las eclosiones más dramáticas de los descubrimientos europeos, una serie de expediciones se lanzaron al interior de América del Sur. Tanto por el aguante de los expedicionarios, como por la distancia recorrida, tribus descubiertas, montes y ríos, estas ‘proezas’ excederán con mucho los conocidos viajes de los exploradores de la África del siglo XIX”. HEMMING, Jonh. *En busca de El Dorado*. Barcelona: Ediciones del Sebral, 1983. p. 68.

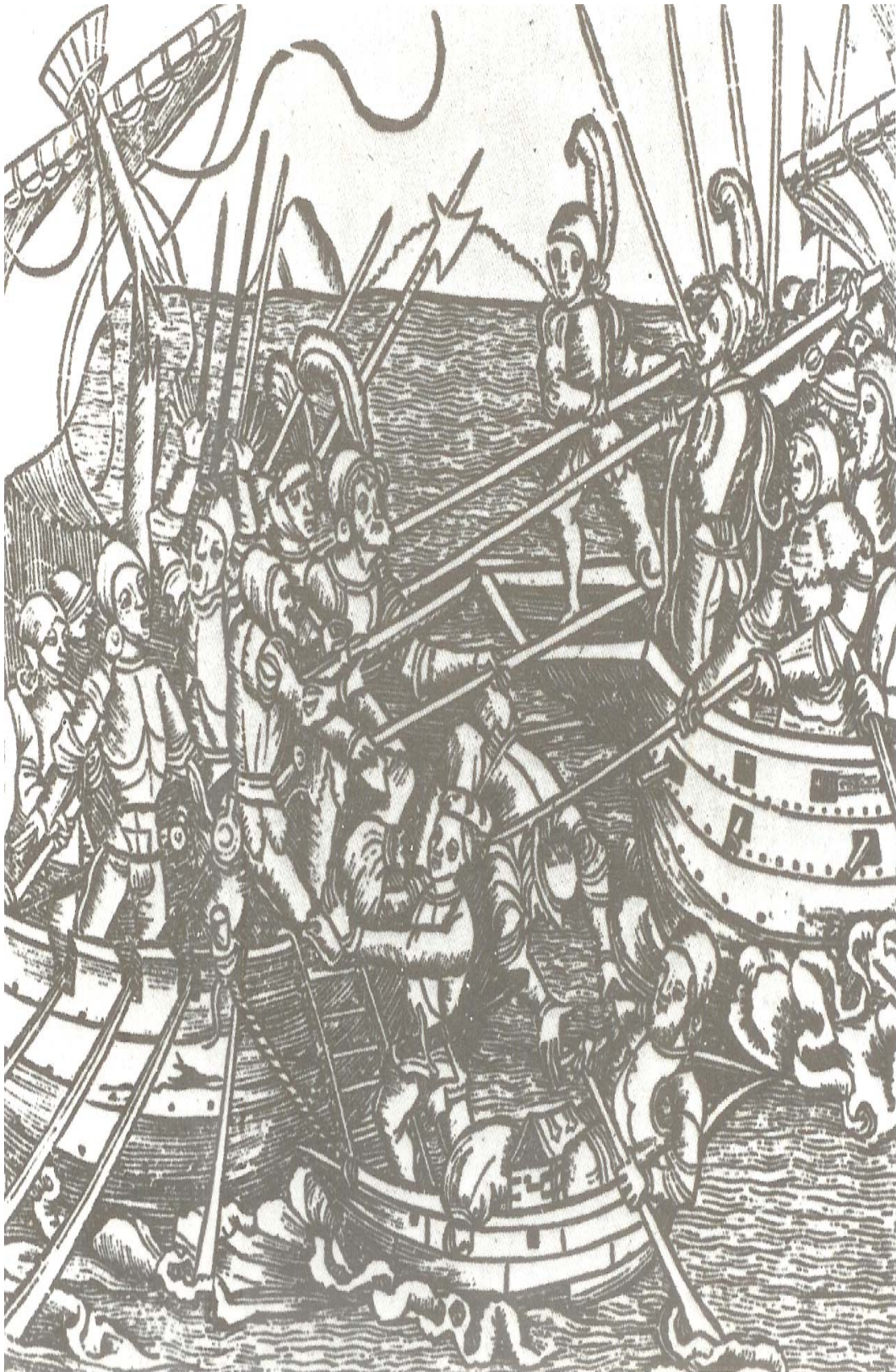


ILUSTRAÇÃO 1 - REPRODUÇÃO DA VIAGEM DE VICENTE YAÑEZ
PINZON PELO DELTA DO AMAZONAS

A região amazônica impunha fatigantes adversidades aos conquistadores. Os primeiros relatos sobre a região descreviam as dificuldades de trânsito enfrentadas por aqueles que se arriscavam pela mata fechada e úmida. As primeiras tentativas de avanço rumo ao interior foram feitas a pé. À medida que adentravam na região, aumentavam as dificuldades de locomoção, bem como a presença constante e infundável dos famintos e vorazes mosquitos, que não davam trégua aos aventureiros e exploradores. Somava-se ainda a sensação de desorientação que o ambiente monótono da floresta propiciava em função de sua vegetação – isso quando a sensação de desorientação não era substituída pela constatação real da perda.

A primeira expedição a partir dos Andes, em 1538, comandada por Alonso Mercadillo e composta de 185 homens – a pé e a cavalo – conseguiu avançar até a *Província dos Maina*, no baixo curso do rio Huallaga, região do Alto Amazonas. Um destacamento da expedição composta por vinte e cinco homens, entre eles o português Diogo Nunes, passou do rio *Huallaga* ao *Marañón* e desceu o rio até chegar à região situada entre Tefé e Coari, à época conhecida como *Província de Machiparo*, localizada hoje em território brasileiro.⁶⁵

No ano de 1553, Diogo Nunes redigiu seu *Apontamento do que V. A. quer saber*, endereçado ao rei D. João III de Portugal. A carta visava dar conhecimento ao rei de sua incursão na Amazônia, bem como informá-lo dos aspectos gerais dos lugares e populações e da existência de possíveis riquezas a serem exploradas. Diogo Nunes considerou o papel dos rios nos planos de colonização e conquista desses espaços, e assim, seu escrito começou identificando o curso do rio Amazonas como principal via de penetração.

Nesta província de Machifaro que eu vi se podem povoar cinco ou seis vilas mui ricas, porque sem dúvida há nela muito ouro (...). Esta terra está entre o rio Prata e o Brasil pela terra adentro. Por esta terra vem o rio grande das Amazonas, e na paragem desta terra tem este rio muitas ilhas no rio e bem povoadas e gente bem luzidia. E da outra banda do rio há muita povoação da mesma gente, de maneira que de uma banda e de outra está bem povoado. (...) Por este rio há de prover esta terra, porque podem ir navios por ele até onde se poderá povoar uma vila que seja porto e escala de toda esta terra...⁶⁶

⁶⁵ Antonio Porro, especialista em etno-história que estudou e traduziu uma série de crônicas sobre as populações que habitaram as margens do rio Amazonas, nos informa que a única fonte sobre o itinerário da expedição de Alonso Mercadillo é o livro de Cieza de León (1554), e uma reconstituição desse itinerário foi publicada por Jiménez de La Espada (1895). In: PORRO, Antonio. *As crônicas do Rio Amazonas*: tradução, introdução e notas de etno-história sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

⁶⁶ Diego Nunes, *Apontamento do que V. A. quer saber* (carta a D. João III de Portugal). In: PAPAVERO et. al., op. cit.

Quatro anos mais tarde, em 1542, o rio Amazonas foi percorrido em toda a sua extensão pela expedição comandada por Francisco Orellana. A viagem foi um dos desdobramentos da campanha organizada por Gonzalo Pizarro rumo às províncias de *La Canela e do El Dorado*.⁶⁷

Embevecida com as promessas de riqueza logo à frente, a empreitada contava com cerca de trezentos e quarenta soldados e mais quatro mil índios. Partindo de Quito, em fevereiro de 1541, a viagem esteve marcada por lances dramáticos. A falta de alimentos, as deserções e mortes pelo caminho exigiram de Pizarro a busca por uma alternativa que pudesse sanar as agruras do grupo. A solução encontrada foi enviar uma pequena tropa rio abaixo para buscar socorro e alimentos para a campanha, que, a essa altura, estava na confluência entre o rio Coca e o rio Napo.

O comando do destacamento foi confiado por Gonzalo Pizarro a Francisco Orellana. Era o início da epopéia que durou nove meses, entre os anos de 1541 e 1542, e resultou na primeira expedição a percorrer todo o rio Amazonas até a sua foz, no Oceano Atlântico. Os detalhes da viagem foram narrados pelo frei dominicano Gaspar de Carvajal em sua *Relación Del Nuevo Descubrimiento Del famoso Rio Grande que Descubrió por Muy Gran Ventura el Capitán Francisco Orellana*.⁶⁸

Antonio Porro afirma que “a crônica desta viagem, escrita por frei Gaspar de Carvajal, tornou-se uma das peças mais famosas, e também mais polêmicas da historiografia dos descobrimentos”.⁶⁹ Famosa por sua intensa repercussão nos meios espanhóis, nos quais ganhou eco em diversas *Histórias e Notícias* escritas nos anos que se seguiram à viagem de Orellana.⁷⁰ E polêmica por dar voz às histórias acerca das legendárias guerreiras Amazonas.

⁶⁷ As notícias que circulavam acerca do *El Dorado* e do *País da canela* encontraram boa receptividade em espíritos ávidos por riquezas. De certo modo, esses mitos que se configuraram nos anos trinta e quarenta do século XVI atuaram como vetores de impulsão rumo ao interior do continente: “la fiebre de El Dorado enviaba a los hombres al interior de América del Sur”. HEMMING, op. cit., p. 148.

⁶⁸ CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco Orellana*. Edición, introducción y notas de Jorge Hernández Millares. Quito, 1942 (Biblioteca Amazonas, I). Para a citação textual no corpo da dissertação, optamos pela edição brasileira com tradução de C. de Melo-Leitão. CARVAJAL, C.; ROJAS, A.; ACUÑA, C. *Descobrimientos do Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

⁶⁹ PORRO, *As crônicas...*, op. cit., p. 36.

⁷⁰ Para se ter idéia da repercussão da viagem de Orellana, Gonzalo Fernandez de Oviedo a incluiu em sua *Historia general de las Indias*; assim como Pedro Cieza de León, em sua monumental *Cronica Del Peru*. Toribio

Descritas por Carvajal como:

Mulheres muito altas e brancas, e têm o cabelo muito grande trançado em volta da cabeça. São muito membrudas, andavam nuas em pelo, e tapadas suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como a dez índios e, na verdade, houve muitas destas que meteram um palmo de flecha em um de nossos bergantins, e outras menos, que pareciam nossos bergantins um porco espinho.⁷¹

Os espanhóis não só haviam visto as Amazonas como também teriam pelejado com elas. O relato não se prendeu apenas à descrição física das amazonas e de sua habilidade para guerrear. Aspectos relativos à sua organização social, suas moradias e seus costumes são apontados no texto, bem como a geografia de sua zona de influência e a relação que essas mulheres estabeleciam com outros grupos indígenas. Informações essas conseguidas graças ao interrogatório conduzido pelo capitão Orellana a um índio que foi aprisionado após um difícil confronto entre os índios — ajudados pelas amazonas — e os homens da expedição de Orellana.⁷² Carvajal relatou detalhes do inusitado interrogatório.

Perguntou-lhe o capitão que mulheres eram aquelas que tinham vindo ajudá-los e fazer-nos guerra. Disse o índio que eram mulheres que residiam no interior, a umas sete jornadas da costa (...). Perguntou o capitão se estas mulheres eram casadas e o índio disse que não. Perguntou o capitão de que modo vivem. Respondeu o índio que viviam no interior, e que ele tinha lá estado muitas vezes e visto o seu trato e residências, pois como seu vassalo ia levar tributo, quando o senhor o mandava. Perguntou o capitão se estas mulheres eram muitas. Disse o índio que sim, e que ele sabia, pelo nome, setenta aldeias (...). Perguntou o capitão se estas aldeias eram de palha. Disse o índio que não, mas de pedra e com portas, e que uma ladeia a outra iam caminhos cercados de um e outro lado e de distância em distância com guardas para que não possa entrar ninguém sem pagar direitos (...). Tudo o que este índio

de Ortiguera, cronista da expedição de Ursúa e Aguirre, inseiu as notícias dessa navegação em sua *Jornada del Río Marañón*. Também fazem menção à viagem: Francisco Lopes de Gómara, em sua *Historia General de las Indias*; Agustín de Zárate, em *Historia del descubrimiento y conquista del Peru*; Garcilazo de la Vega, em seu *Comentários Reales*, e Antonio de Herrera, em sua *Historia general de los hechos de los castellanos y las islas y tierra firme del mar oceano*. Não se restringindo apenas à pena dos escritores espanhóis, outros também registraram a viagem de Orellana: André Thevet, *Singularidades da França Antártica (1558)*; Pero Magalhães Gandavo, *História da Província de Santa Cruz (1576)*; e Gabriel Soares de Sousa, em seu *Tratado descritivo do Brasil (1587)*. PAPAVERO et. al., op. cit., p. 9; UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 15-20.

⁷¹ CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, op. cit., p. 65.

⁷² "... íamos desta maneira caminhando quando demos de chofre na boa terra e senhoria das amazonas (...) Quero que saibam qual o motivo de se defenderem os índios de tal maneira. Hão de saber que eles são súditos e tributários das amazonas, e conhecida a nossa vinda, foram pedir-lhes socorro e vieram dez ou doze. A estás nós a vimos, que andavam combatendo diante de todos os índios como capitãs, e lutavam tão corajosamente que os índios não ousavam as espáduas, e ao que fugia diante de nós, o matavam a paulada". CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, op. cit., p. 65

disse, já nos haviam contado a umas seis léguas de Quito, porque ali se falam muito nestas mulheres, e para vê-las vêm muitos índios 1.400 léguas rio abaixo.⁷³

O curioso é que não se sabe em que língua se deu tal inquérito. Todas as respostas dadas pelo índio às perguntas de Orellana eram interpretadas, conforme as expectativas que os espanhóis tinham desde Quito, pois, segundo Carvajal, os expedicionários já teriam notícias de tais mulheres guerreiras nos arredores daquela cidade, quando a viagem começou em 1539, ainda comandada por Gonzalo Pizarro.

Ainda que a existência das valentes guerreiras tenha sido questionada por alguns⁷⁴, o fato é que, a partir do relato do frei dominicano, o mito das Amazonas foi vinculado de modo definitivo ao espaço amazônico⁷⁵. Os ecos da viagem, que ganharam força em narrativas orais e escritas, foram marcados pelo maravilhoso e se fizeram presentes em toda a Europa e América.⁷⁶

Na miragem dessas histórias, novas expedições foram organizadas⁷⁷ nos anos que se seguiram à viagem de Orellana. Além do reencontro com as Amazonas, buscava-se tudo aquilo que se acreditava existir: o *El Dorado*, o *Lago Paititi*, o *Gran Omagua*.⁷⁸

⁷³ CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, op. cit., p.68.

⁷⁴ López de Gómara afirma: “Entre los disparates que dije, fué afirmar que había en este río Amazonas, con quien él y sus compañeros pelearon. Que las mujeres anden allí con armas y peleen, no es mucho decir, pues en Paria, que no está muy lejos, y en otras muchas partes de Indias así acostumbraban; ni creo que ninguna mujer se corten y quemem el pecho derecho para tirar al arco, pues con él lo tiran muy bien, ni creo que maten o destierren a sus propios hijos, ni que vivan sin maridos, siendo lujuriosísimas. Otros, además de Orellana, han levantado semejante hablilla de Amazonas después de descubrirse las Indias, y nunca tal cosa se há visto ni se verá tampoco en este río. Con este testimonio, pues, escriben y llaman muchos río de las Amazonas, y se juntaron tantos para ir allá”. LÓPEZ DE GOMARA, Francisco. *Historia General de las Indias* (1552). Barcelona: Editorial Ibéria, 1954, vol. I, p.151, apud: UGARTE, Auxiliomar Silva. *Margens míticas: a Amazônia no Imaginário Europeu do Século XVI*. In: PRIORE, op. cit., p.17.

⁷⁵ Ver: KOSH, Ingenore Grunfeld Villaça. A descoberta do Brasil pela Amazônia: o relato de viagem de Gaspar de Carvajal. In: BARROS, Diana Luz Pessoa (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

⁷⁶ Ao findar da viagem, Orellana partiu rumo à Espanha para relatar ao imperador Carlos V sua façanha pelo rio que mais tarde seria conhecido como rio das Amazonas. Após o relato, o capitão foi nomeado *Adelantado* do território recém “descoberto” e lhe foram dadas capitulações que garantiam o direito e privilégios de explorar e povoar a região batizada como *Nueva Andaluza*. De posse das capitulações, firmadas em fevereiro do ano de 1544, que lhe conferiam o direito de explorar até duzentas léguas a oeste da desembocadura do rio, Orellana organizou nova expedição rumo à América do Sul, onde tentaria navegar o rio Amazonas, então em sentido inverso, desde sua boca até a província de Quito. No entanto, a morte do navegador, em 1545, breou os anseios de conquista.

⁷⁷ Vale lembrar a tumultuada viagem de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre (1559-1561) em busca de “ciertas provincias que llaman Omagua y Dorado” pelo rio Amazonas. A viagem de Ursúa e Aguirre ganhou diversas narrativas. Javier Ortiz de la Tabla, responsável pela introdução e notas da edição da relação de Francisco Vázquez – intitulada *Relación de todo lo que sucedió en la jornada de Amagua y Dorado, que fue a descubrir el*

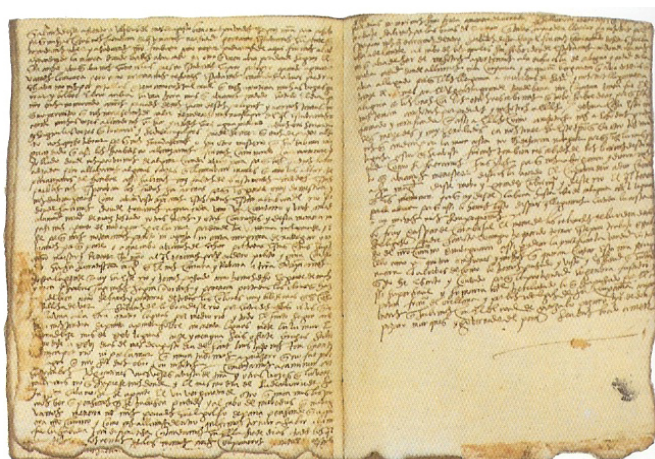


ILUSTRAÇÃO 2 - MANUSCRITO DO FREI GASPAR DE CARVAJAL, CRONISTA DA VIAGEM DE ORELLANA PELO RIO AMAZONAS

As notícias da viagem de Orellana repercutiram nos círculos cartográficos europeus, como observa o historiador Paulo Miceli.

Animada por uma variada e abundante literatura de viagens, crescia a curiosidade dos letrados europeus pelas notícias das terras encontradas nas viagens de expansão e da conquista ou pelos avanços e recuos das fronteiras de seus impérios, desenvolvendo-se, igualmente, a produção de mapas, principalmente em países que atuavam diretamente nesse processo ou que alimentavam o desejo de participar dele.⁷⁹

Já em 1554, o cartógrafo italiano Sebastião Caboto confeccionou um mapa da América do Sul com a representação da calha do rio Amazonas cortando todo o norte do continente, tal qual uma enorme serpente.⁸⁰ Além da serpente, Caboto, inspirado no relato de

governador Pedro de Ursúa, com poderes y comisiones que le dio el virrey Marqués de Cañete presidente de Perú. Tratase, asimismo, del alzamiento de Don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre –, fez a lista dos manuscritos gerados pelos participantes da viagem. Além da crônica de Francisco Vazquez, aparecem também, para citar apenas algumas: I - *Relación verdadera de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado...*, de Pedrarias de Alместo; II - *Relación breve hecha por Pedro de Monguía... de lo más sustancial... de la jornada del gobernador Orsua ...e del alzamiento de lope de Aguirre...*, de Pedro de Monguía; III - *Relación muy verdadera de lo sucedido en el rio Marañón en la provincia del Dorado*, de Gonzalo de Zúñiga; IV - *Jornada del Río Marañón*, de Toribio de Ortiguera; V - *Relación de la jornada del Dorado*, do Capitão Altamirano. In: VÁZQUEZ, F. *El Dorado: crónica de la expedición de Pedro Ursúa y Lope de Aguirre* (Intr. y notas de Javier Ortiz de la Tabla). Madrid: Alianza Editorial, 1987. p. 34-35. A mesma lista foi publicada por: PAPAVERO et. al., op. cit., p. 34.

⁷⁸ Ver: GIL, Juan. *Mitos y utopías del descubrimiento, III: El Dorado*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

⁷⁹ MICELI, op. cit., p. 235.

⁸⁰ Vale mencionar o mapa de Sebastião Caboto (1544), que retrata pela primeira vez toda a bacia do rio Amazonas como uma enorme serpente, e, ainda, os mapas de Sebastião Lopes (1558) e de Diogo Homem (1588). Ver: RUIZ, Luciete. *Um novo rio, um novo mundo: a Amazônia na cartografia dos séculos XVI e XVII*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC-SP; QUADROS, Eduardo Gusmão de.

Orellana, fez uma alegoria do combate travado entre os espanhóis e as amazonas. Protegidos por suas pesadas armaduras e escudos e de espadas em punho, os espanhóis aparecem em duplas pelejando com as amazonas, representadas com feições indígenas e cobertas com mantas e seus arcos e flechas.

Quatro anos mais tarde (1558), a bacia amazônica foi representada nos mapas de Diogo Homem e Sebastião Lopes. É interessante como o mapa de Sebastião Lopes expressa a situação geopolítica da região representada pelas bandeiras castelhanas sobre o rio, indicando os domínios coloniais ibéricos sobre aqueles territórios. O mapa de Diogo Homem não economiza nas alegorias, com destaque para as cenas de antropofagia, mas também marca com bandeiras e um escudo de armas o domínio espanhol na região. A cartografia registrou, com o conhecimento empírico que as viagens do século XVI geraram, as tantas maravilhas que marcaram o imaginário sobre a região nos Quinhentos.

Embaixadores de dois reinos: os missionários e as fronteiras na região amazônico-caribenha (1750-1801). Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de Brasília. p. 38-61.

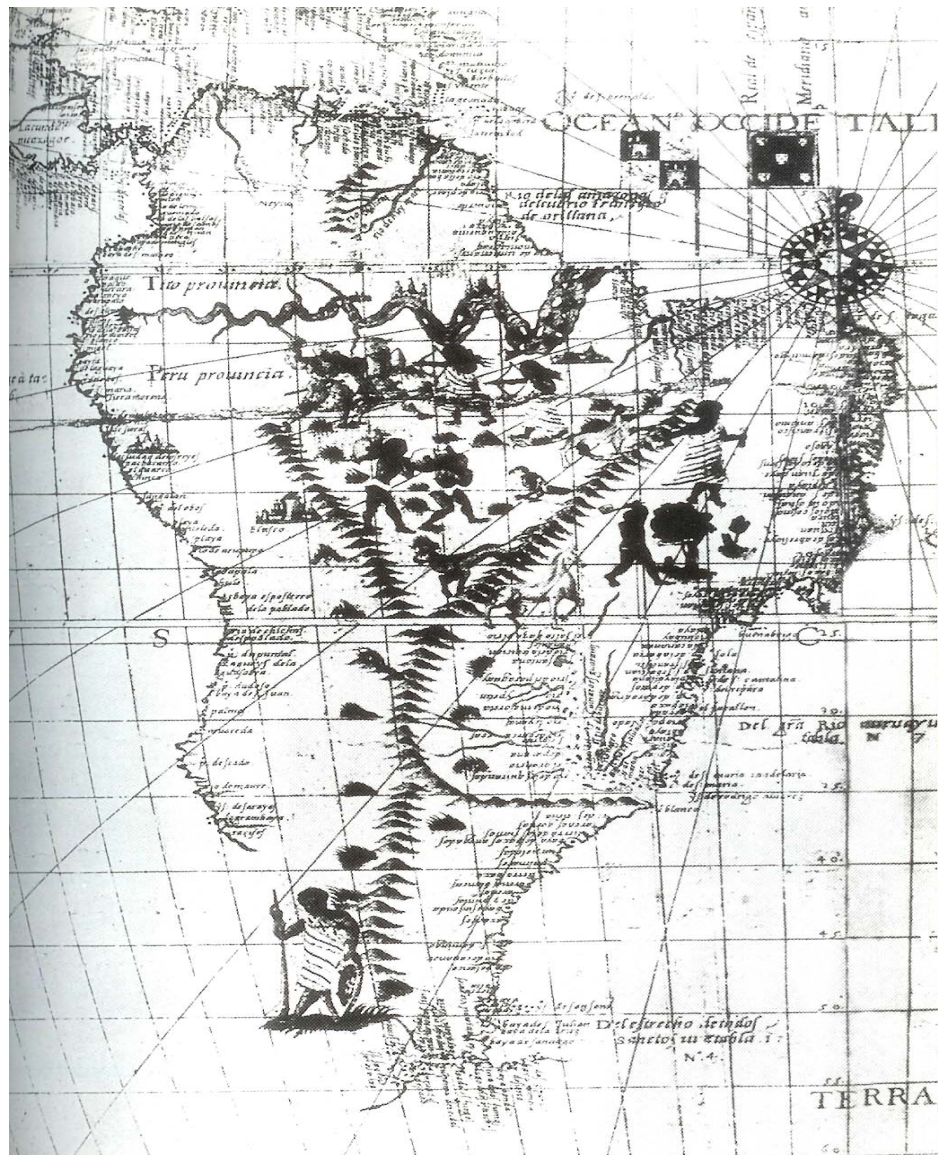


ILUSTRAÇÃO 3 - PLANISFÉRIO DE SEBASTIÃO CABOTO, C. 1544, GRAVADO EM LONDRES EM 1553. PELA PRIMEIRA VEZ É RETRATADA A BACIA DO RIO AMAZONAS

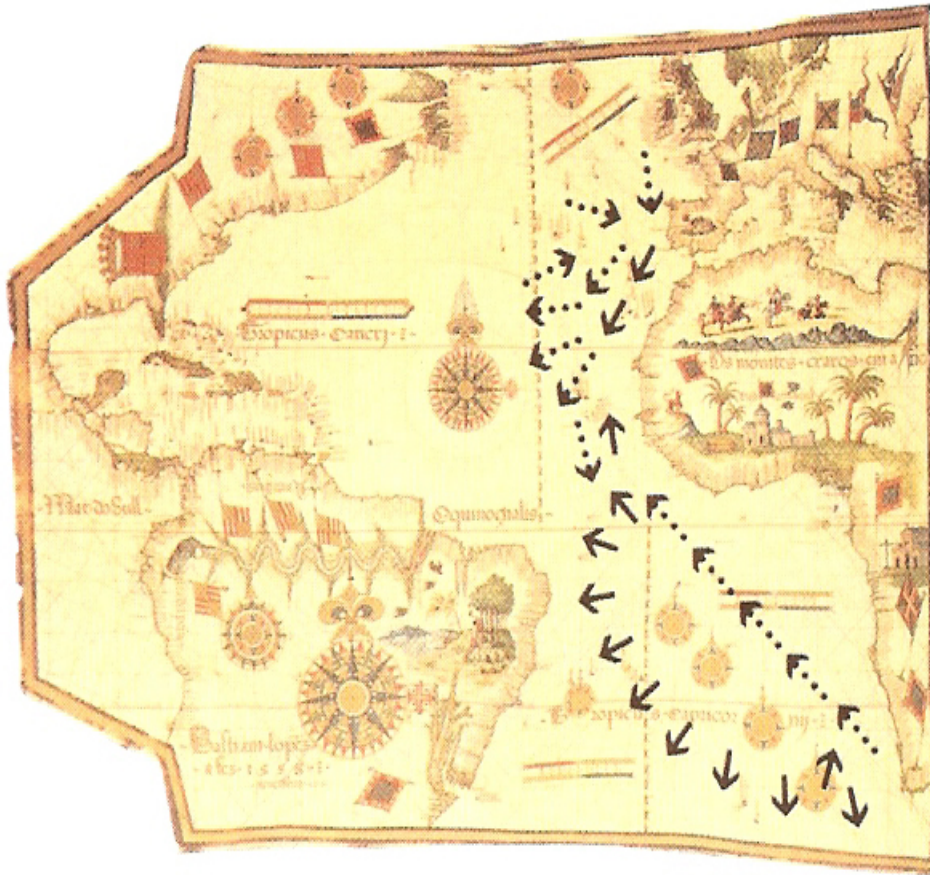


ILUSTRAÇÃO 4 - MAPA DE SEBASTIÃO LOPES, 1558.

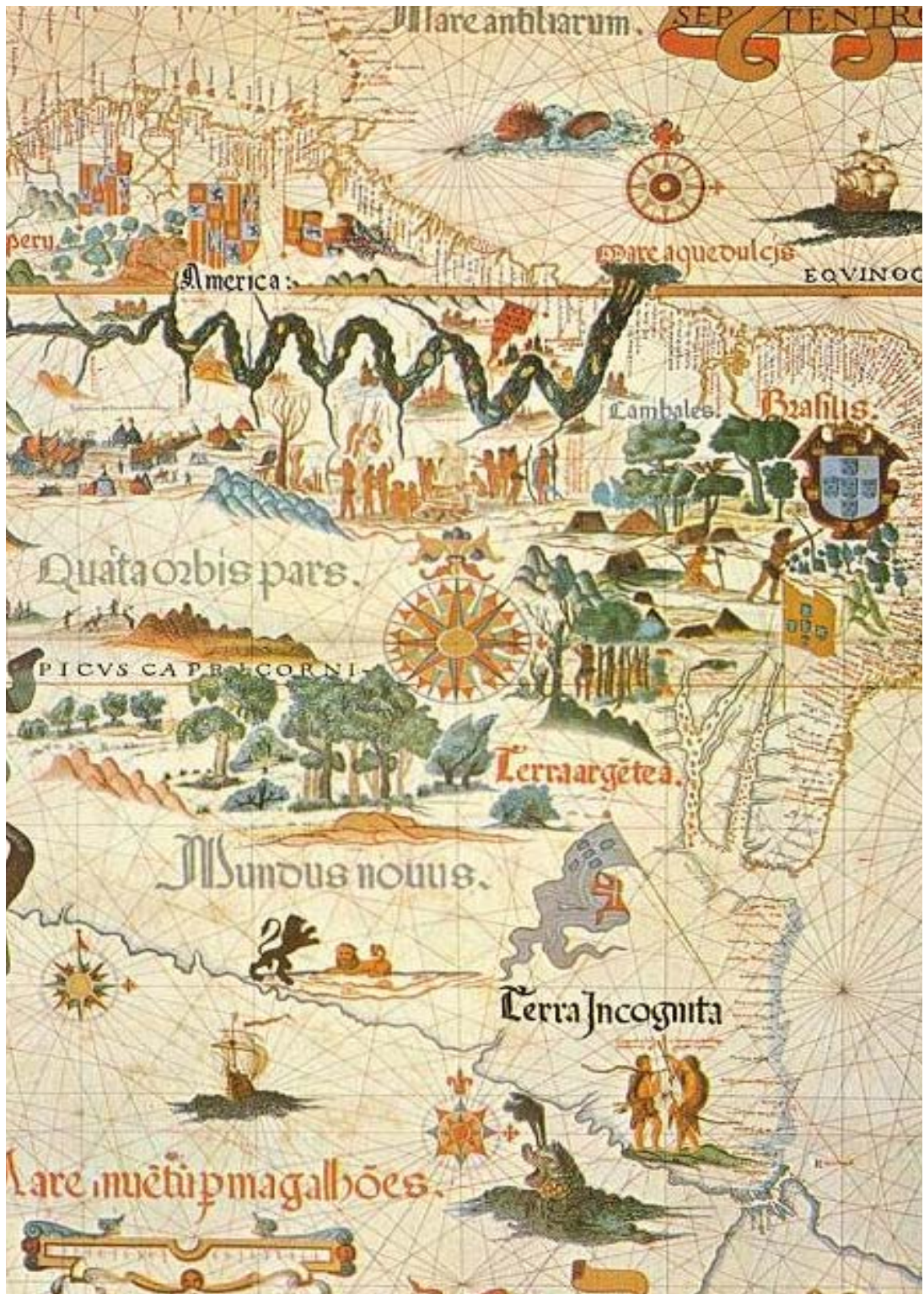


ILUSTRAÇÃO 5 - MAPA DE DIOGO HOMEM (1558)

A viagem do comandante Orellana, em 1542, pelo rio Amazonas evidenciou o canal de comunicação fluvial entre os núcleos de colonização andina, área de jurisdição espanhola, e de colonização lusa no litoral atlântico. Daí em diante, os rios foram cada vez mais tomados como estradas fluviais que permitiam por em ação os anseios de conquista e colonização desses espaços tidos como “a descobrir”. No entanto, o caminho navegado por Orellana e seus companheiros só voltaria a ser percorrido em toda a sua extensão no terceiro decênio do século XVII, ainda que as tentativas de percorrê-lo não tenham sido poucas, fosse por seu traçado estratégico, fosse pelas tantas riquezas e maravilhas que os europeus julgavam que possuía.

Quase junto com as primeiras vistas daquela parte da América que hoje tem o nome de Peru, surgiu em nossa Espanha, ainda que por notícias confusas, um ardoroso anseio pelo descobrimento do grande rio das Amazonas. E isso aconteceu não apenas pelas suas riquezas, das quais sempre se suspeitou, nem pela numerosa gente que vivia em suas margens, nem pela fertilidade das terras e a amenidade do clima, mas sobretudo por se entender, com não pouco fundamento, ser ele a via única, como que a rua principal que, correndo pelo centro do Peru, o sustentava por todas as vertentes que ao mar do Norte tributam suas alterosas cordilheiras.⁸¹

As viagens dos Seiscentos inauguraram um processo de “descoberta” do interior da Amazônia que alcançaria seu ápice nos séculos subseqüentes, com as famosas viagens de exploração encabeçadas na sua maioria por europeus ávidos por conhecer e rotular os espécimes dos quentes trópicos⁸². Descobrir no século XVII implicava um processo de conhecimento e averiguação do espaço amazônico. O rio Amazonas, antes porta e corredor de acesso às maravilhas e riquezas guardadas nos rincões da floresta, então, tomou outra função, tornou-se objeto de conhecimento e disputa.

⁸¹ ACUÑA, op. cit., p. 49.

⁸² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999. p 41-75.

CAPÍTULO II

AMAZÔNIA COMO ESPAÇO “A DESCOBRIR”

*Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço.*⁸³

*Será gustosa atención de la curiosidad y necesario presupuesto de mi historia manifestar la región a que caminan, ver lo que al mismo tiempo de su viaje se dejó registrar de testigos diversos que navegaron bajando e subiendo, así el Marañón como a otros ríos que le componen; veamos por todas as sus riberas qué naciones hay, qué calidades tienen, qué ritos, qué costumbres y, finalmente, qué disposición para recibir la fe que se les va a promulgar, que hasta aquel año todas eran confusas las noticias de lo interior del Marañón, que los Pizarros, Orellanas, Orsúas, Aguirres y otros, que en sus montañas solo tiraron a desentrañar sus tesoros. Ni consiguieron éstos ni vieron cosa apetecible en ellas, sino calamidades e malos sucesos.*⁸⁴

A experiência europeia em terras americanas foi moldada por um sonho de posse particularmente intenso. Diante da imensidão dos lugares da Amazônia, a diversidade de suas gentes e a complexa e extensa trama de seus rios, os europeus viram-se obrigados a lançar mão de uma série de ações que visavam a construção de um campo operacional, que tornasse possível, aos olhos desses homens, o exercício de posse e controle sobre tais espaços.

Nesse universo, os rios atuaram como via de deslocamento e de penetração no continente, via de ocupação e de integração aos domínios coloniais europeus e, ainda, como o principal referencial de ordenamento do espaço. O itinerário dos homens pelos espaços amazônicos foi condicionado pelo serpentejar dos seus rios e, embora, a floresta constitua outro elemento dominante na paisagem amazônica, ela não foi utilizada para definir a região no século XVII.⁸⁵

⁸³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 200.

⁸⁴ RODRÍGUEZ, op. cit., p. 174.

⁸⁵ É interessante notarmos o movimento histórico de composição do território amazônico. Os grandes rasgos que configuram a Amazônia, tal como a conhecemos hoje, começaram a ser estabelecidos a partir de meados do século XVIII, quando os tratados de Madri, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777, fixaram as fronteiras entre possessões espanholas e portuguesas. Daí em diante, até os primeiros decênios do século XX, outros tratados foram firmados no intuito de ajustar os limites – historicamente móveis – entre os territórios nacionais. Com o movimento de delimitação de fronteiras houve também um grande esforço em definir e caracterizar a região, sobretudo no século XIX, momento de afirmação de identidades regionais. Com efeito, o termo Amazônia, no

Como observa Antonio Porro:

A Amazônia numa primeira visão se apresenta geograficamente homogênea, compõe-se na verdade de dois ambientes naturais bastante diferenciados, que condicionam formas diferentes de adaptação das sociedades indígenas e, posteriormente, de ocupação pelo colonizador. Aproximadamente 98% da grande planície é constituída de terra firme, a terra normalmente não inundada, com altitude de 10 a 100 metros sobre o nível do mar. Aqui a espessa floresta tropical cobre solos, em geral, de baixa fertilidade, ácidos e de fragilíssimo equilíbrio ecológico. O segundo ecossistema da Amazônia é a várzea, que vem a ser a planície aluvial propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita às inundações anuais. A pequena expressão dimensional que ocupa é, contudo, inversamente proporcional à importância que a várzea teve no processo de ocupação colonial, por ter sido a única via de penetração. A própria imagem popular da Amazônia como uma gigantesca ‘terra imatura’, uniformemente alagada e impenetrável, resulta da visão que o viajante tem a partir do rio, e ela só corresponde à realidade da várzea.⁸⁶

O fato é que desde a Antiguidade os rios eram tidos como referenciais de deslocamento, ordenamento e fronteira, e sempre estiveram presentes na pauta de colonização.⁸⁷ Do ponto de visto estratégico, num primeiro momento, principalmente no que refere à Amazônia – por suas características especiais de mundo singularizado pela imensa bacia hidrográfica do rio Amazonas e seus afluentes –, reconhecer o traçado dos rios era uma

Brasil, só foi difundido nas últimas décadas dos Oitocentos, em meio a calorosos debates encampados por intelectuais e políticos brasileiros – entre eles, o historiador pernambucano Evaldo Cabral de Melo, o escritor paranaense José Veríssimo e o paranaense José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó – que buscavam uma definição para a região que abarcasse suas especificidades geográficas e políticas. Ainda nesse momento, as descrições da região, na sua maioria, estiveram fortemente vinculadas às suas características hidrográficas. No século XX, as dificuldades para definir a região aumentaram à medida que os critérios a serem considerados no exercício de construção de uma definição foram sendo alargados. Juntamente com a sua característica hídrica – fortemente marcada por sua gigante malha fluvial –, outros aspectos devem ser considerados no processo de delimitação da Amazônia, como por exemplo: sua cobertura vegetal, sua divisão política e os aspectos humanos e culturais ligados à região. Arthur Cezar Ferreira Reis, destacado estudioso da região, fala em “muitas Amazônias”. Segundo o historiador, “Começamos por uma afirmação: não há uma Amazônia. Conseqüentemente, não haverá um conceito de Amazônia. E não será possível definir a Amazônia como um todo homogêneo, harmônico e global. (...) Não de concordar que uma definição de Amazônia parece muito difícil, talvez impossível de obter-se a rigor. Porque evidentemente não há apenas uma Amazônia, mas várias”. No século XVII, baliza temporal do nosso estudo, o espaço amazônico se moldou ao desenho do rio Amazonas e seus principais afluentes. Foram os caminhos dos rios que forneceram os elementos para a construção de imagens e narrativas sobre a Amazônia seiscentista. COSTA, Kelerson S. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de Brasília. p. 13-17; REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Amazônia: conceito, sua evolução histórica*. In: *A AMAZÔNIA E A INTEGRIDADE DO BRASIL*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. (Coleção Brasil 500 anos). p. 15-30.

⁸⁶ PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Edusp/Vozes, 1995. p. 12-13.

⁸⁷ “O ocidente romano, de longa data, via os rios como estradas que definiam entradas e paradas, enfim rotas de circulação de bens e de homens. Mesmo na topografia simbólica das viagens imaginárias da Renascença, eram também os cursos de água que guiavam os viajantes em meio às densas florestas encaradas como sinônimo de caos e desorientação”. SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 266-267.

possibilidade de garantir domínio sobre esses espaços, “porque aquellos montes no tienen más que caminos que sus rios”.⁸⁸

As disposições régias em relação às notações acerca dos rios eram: “El rio o rios principales que pasaren por cerca y que tanto apartados del, y que parte y que tan caudalosos son, y si habiere que saber alguna cosa notable de sus nacimientos, aguas, huertas y aprovechamientos de sus riberas, y se hay en ella o podrían haber algunos regadios que fuesen de importancia”.⁸⁹

Num universo que se configurava em grande parte pelo desenho dos seus rios, o principal desafio era o de decodificar o seu traçado. Interessava o desenho de sua calha e o de seus principais afluentes – da sua origem à sua foz –, a qualidade e a força de suas águas, o conteúdo de suas margens, enfim, importava assinalar o potencial de seu aproveitamento e de exploração dentro do cenário colonial.

A apropriação do universo amazônico pelos europeus significou, num primeiro momento, o domínio dos espaços e das deslocções, bem como o controle da sua representação verificável. Espaço praticado pela viagem e ainda fabricado, controlado e delimitado pela ação escriturária.

No século XVII, o rio Amazonas voltou a ser navegado em toda a sua extensão, primeiramente de oeste a leste, com a viagem de dois padres franciscanos e de seis espanhóis de Quito até Belém, e, no rastro dessa, as viagens de caráter institucional e expansionista do comandante português Pedro Teixeira, de leste a oeste, ou seja, de Belém a Quito.

O percurso aberto por essas viagens e a perplexidade advinda da relação com o novo – “... um novo mundo, nações novas, reinos novos, ocupações novas, um modo de viver novo e, para resumi-lo em poucas palavras, um rio de água doce navegado por mais de mil e trezentas léguas, e todo ele, da nascente até o fim, cheio de novidades”⁹⁰ – conduzem, necessariamente, para o exercício de apreensão do universo que se apresenta aos olhos do

⁸⁸ RODRÍGUEZ, op. cit., p. 175.

⁸⁹ Leyes de Indias, libro IV, título I, ley 7. In: MENENDEZ-PIDAL, op. cit., apud: RUIZ, op. cit., p. 86.

⁹⁰ ACUÑA, op. cit., p. 36.

viajante. Seguimos o olhar do viajante. A Amazônia era tudo aquilo que a viagem permitiu ver, ouvir, tocar, testemunhar ou mesmo imaginar.

No século XVII, as imagens e as narrativas construídas sobre a região foram marcadas pelos caminhos por onde seguiam os rios. Com as viagens foram produzidas narrativas que descreviam ricamente os lugares visitados e instauravam novamente a presença europeia nos rincões amazônicos. Todas as informações colhidas pelas viagens foram diretamente registradas por escrito. A tarefa era abrir vias de acesso a esse novo mundo.

Como afirma Michel de Certeau: “o relato tem inicialmente uma função de autorização ou, mais exatamente, de fundação (...). Eis aí precisamente o primeiro papel do relato. Abre um teatro de legitimidade a ações efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes”.⁹¹

Neste capítulo, nossa atenção volta-se para as narrativas elaboradas no âmbito das viagens de descobrimento pelo rio Amazonas, no século XVII. No entanto, antes de avançarmos nesse propósito, cabe fazermos a seguinte ressalva: quando designamos os escritos produzidos nas viagens pela região amazônica como *narrativas de viagens*, não pretendemos circunscrevê-los a um gênero.⁹² A escolha pela terminologia se justifica pelo simples fato de que o nosso *corpus* textual de investigação versa sobre as viagens. No entanto, sublinhamos que, ainda que essas narrativas compartilhem uma temática comum, o tratamento destinado a elas, os espaços reservados aos seus principais atores, e tudo o mais que esses escritos permitiram tecer na ampla teia da colonização, diferiram profundamente para cada um dos autores.

Enfim, o que pretendemos é recuperar as viagens dos Seiscentos como uma experiência histórica que permitiu a emergência de narrativas comprometidas com a

⁹¹ CERTEAU, *A invenção...*, op. cit., p. 210.

⁹² Referência ao texto de Carmen M. Radulet, *Literatura de Descoberta e Expansão: considerações terminológicas e hermenêuticas*, em que a autora apresenta um amplo panorama acerca das posições assumidas pela crítica literária e historiográfica no que diz respeito a classificação e definição dos textos resultantes – de forma direta ou indireta – da experiência de navegação, descobrimento e expansão empreendida pelos países ibéricos, a partir do século XVI. A preocupação central da autora relaciona-se com questões de ordem metodológica. RADULET, Carmen M. *Os descobrimentos portugueses e a Itália*. 1 ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 35.

construção do espaço amazônico e a elaboração de uma memória da descoberta vinculada a determinados grupos sociais e circunstâncias. A Amazônia narrada como espaço a descobrir.

1. Espaços disputados

A Amazônia, durante todo o período colonial, esteve dividida entre interesses portugueses e espanhóis. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, que atribuía aos portugueses e espanhóis o direito sobre as terras e os mares em descobrimento, a Amazônia enquadrava-se, quase totalmente, na área conferida à Coroa espanhola. O acordo “fixou os portugueses, no vale amazônico, numa delgada fatia territorial ao longo do litoral entre a boca do Pará e os limites do Maranhão”.⁹³ Desse modo, o controle da região, do ponto de vista jurídico, estava nas mãos dos interesses ibéricos, fortalecidos ainda mais entre os anos 1580 e 1640, com a União Ibérica, quando os territórios coloniais, tanto espanhóis quanto portugueses, estiveram sob o domínio dos monarcas filipinos.

No entanto, os interesses europeus pela região, mesmo com todo o aparato jurídico constituído e expresso pelo Tratado de Tordesilhas, não se resumiram à atuação ibérica. Ingleses, franceses e holandeses estiveram presentes na Amazônia e não permaneceram como meros espectadores da ação ibérica. O direito exclusivo “sobre as terras descobertas e por serem descobertas”, concedido pelo pontificado da Igreja Católica Romana às Coroas de Portugal e Espanha, sempre foi questionado pelos excluídos da partilha do Novo Mundo – que não se intimidaram em lançar bases coloniais na Amazônia.

Como explica Arthur Cezar Ferreira Reis, a presença de outras nações européias na região amazônica foi marcante a partir do último decênio dos Quinhentos. De acordo com ele, ingleses e holandeses “dirigiram-se inicialmente para as Antilhas (...). Das Antilhas, partiram para a América do Sul; costa venezuelana e guianense, entre o Orinoco e Oiapoque. Depois, o litoral entre este último acidente geográfico e o Amazonas, que penetraram e lançaram igualmente as bases de uma área colonial”.⁹⁴

⁹³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 35.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 25-26.

As primeiras empreitadas *estrangeiras* pela região foram protagonizadas, em sua maioria, por corsários e aventureiros, em busca das incríveis riquezas que os rumores espalhavam aos quatro ventos. As notícias que circulavam acerca do *El Dorado* – mito que se configurou e ganhou status de realidade nas décadas de trinta e quarenta do século XVI – atuaram como verdadeiros vetores de impulsão rumo ao interior do continente, para além dos núcleos urbanos já sedimentados, e encontraram boa receptividade nos espíritos ávidos por riquezas.⁹⁵

A primeira aventura inglesa por aquelas paragens foi instigada por uma história. Simon Schama, numa parte de seu belíssimo trabalho *Paisagem e Memória*, intitulada “Correntes sangüíneas. Sir ‘Water’ Raleigh perde o rumo”, nos brinda com a narrativa das façanhas e viagens em águas americanas do famoso corsário inglês Sir Walter Raleigh, que se deixou seduzir pelas notícias que chegavam a seus ouvidos das incríveis riquezas da terra de *Manoa* ou *El Dorado*, “um lugar onde o rio dançava nas ondas iluminadas pelo ouro e belos peixes capturavam o brilho em suas escamas”.⁹⁶

Sir Walter Raleigh teve acesso ao relato sobre *Manoa* em 1586, quando o conquistador espanhol Pedro Sarmiento de Gamboa foi aprisionado por um de seus corsários. O infeliz, enquanto aguardava sua repatriação, “decidiu lançar um feitiço sobre seu captor. O feitiço era uma história”.⁹⁷

A história narrava a aventura do soldado Pedro Maraver de Silva, incumbido de encontrar as terras dos Incas, que teriam fugido dos espanhóis e construído um novo império em algum lugar a leste da Cordilheira dos Andes e norte do Peru.

A viagem, nas palavras de Schama,

... constituiu uma aventura estupenda, cobrindo muitos milhares de quilômetros de terreno bruto, o pior que montanha, floresta e planície poeirenta poderiam oferecer. Em algum ponto entre os tributários do Alto Amazonas, nas pastagens do Gran Llano, a expedição finalmente malogrou, os sobreviventes dividiram-se em pequenos grupos de desesperados. Entre eles, figurava um encarregado de munições, originário das terras áridas da Estremadura, como todo o seu bando, e chamado Juan Martín de Albuja. Quando o grupo perdeu, numa explosão, a

⁹⁵ HEMMING, op. cit., p. 148.

⁹⁶ SHAMA, op. cit., p. 312.

⁹⁷ Idem.

última pólvora que possuía e, portanto, ficou sem munição alguma, os companheiros o puniram pela negligência colocando-o num pequeno barco velho e lançando-o à deriva no Sul da Colômbia. O rio repleto de jacarés e sucuris, levou-o para o Norte e o Leste. (...) Prestes a morrer de fome, Martín foi capturado pelos índios que lhe vendaram os olhos e o conduziram floresta adentro. Quando lhe devolveram a visão, imediatamente um brilho intenso o ofuscou: ouro na pele de um grande chefe; ouro no corpo reluzente dos guerreiros; ouro cintilando nos braços e nas pernas e nos peitos dos índios, nas imagens e jarras dos templos; ouro que parecia latejar no chão a seus pés. Martín havia encontrado o Eldorado. O feitiço funcionou. Raleigh se encantou até o fim da vida com o que os próprios espanhóis chamavam de engano, a névoa ardente de alucinação capaz de tragar a realidade.⁹⁸

Entre 1595 e 1598, Sir Walter Raleigh viajou pela foz do Orinoco e pelas Guianas em busca das riquezas que lhe foram narradas. Suas aventuras foram publicadas em Londres, em 1596, no relato de sua autoria, intitulado *The discoverie of the large, rich and beautifull Empire of Guianna, with a relation of the great and golden citie of Manoa (which the spaniards call El Dorado) – A descoberta do grande, rico e belo império da Guiana, com uma relação da grande e dourada cidade de Manoa (a qual os espanhóis chamam de Eldorado)*. Juntamente com o relato, foi produzido um mapa que revela bem o estilo de apropriação territorial feita pelos ingleses.⁹⁹

Ainda que o projeto inicial tenha sido o de seguir pelas estradas aquáticas que conduziriam diretamente ao Eldorado, os ingleses estavam preocupados em mapear aqueles espaços e ocupá-los estrategicamente. Após as viagens de Walter Raleigh, os ingleses conseguiram concessões e tiveram aprovação para os projetos de colonização das Guianas e da Amazônia. Um dos interessantes aspectos da presença britânica na região foi a construção de baluartes militares às margens do rio Amazonas, num total de cinco, entre os anos 1612 e 1632.¹⁰⁰

Na mesma época, vários projetos independentes dos holandeses foram desenvolvidos na mesma região e no nordeste brasileiro.¹⁰¹ Os holandeses realizaram a primeira expedição à Guiana em 1598. No ano seguinte, alcançaram o Amazonas, onde estabeleceram pequenas

⁹⁸ Ibidem, p. 313.

⁹⁹ De acordo com Eduardo Gusmão de Quadros, o mapa foi elaborado pelo geógrafo Thomas Hariot. A reedição de *The discoverie of the large, rich and beautifull Empire of Guianna...*, em 1599, ganhou de seu editor, Theodore de Bry, ilustrações e um novo mapa. Ambos aparecem comentados em: QUADROS, op. cit., p. 43-46.

¹⁰⁰ QUADROS, op. cit., p. 33.

¹⁰¹ Sobre a presença dos holandeses no Nordeste brasileiro, ver: REIS, *A Amazônia e a cobiça...*, op. cit., p. 25-26.

feitorias. Por volta de 1600, já estavam bem estabelecidos na bacia do Amazonas, nas feitorias de Nassau e Orange, na região do Xingu.

Os franceses voltaram sua atenção mais sistematicamente para a Amazônia em princípios do século XVII, quando demonstrações oficiais de interesse pela região foram expressas por Henrique IV, rei da França, em ocasião da concessão das terras situadas entre a Amazônia e a ilha de Trindade e do título de *Lieutenant-General du Roy* a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, no ano de 1605.¹⁰² Já possuíam razoável experiência de exploração da região, uma vez que Jacques Riffault, depois de ter aportado na ilha do Maranhão em 1594, inaugurou a presença francesa na Amazônia, com a intenção de estabelecer conquistas. Sem sucesso, retornou à França deixando entre os índios Charles des Vaux e outros *truchements*, que seriam de grande utilidade no desenvolvimento ulterior do projeto francês de colonização.¹⁰³

Passados alguns anos, Charles des Vaux retornou à França, com o intuito de convencer o rei Henrique IV, com o relato de suas experiências com os índios tupinambás na ilha do Maranhão, da importância e viabilidade de uma campanha colonial na região. Antes de uma decisão efetiva, Henrique IV achou prudente enviar La Ravardière, na companhia de Charles des Vaux, à ilha do Maranhão, para que fossem confirmadas as entusiásticas notícias trazidas por des Vaux e realizada uma expedição de reconhecimento.¹⁰⁴

De volta à França, obtiveram a autorização e o apoio reais para organizar uma companhia privada com o fim de estabelecer comércio sistemático e bases de colonização no Maranhão. De acordo com Berredo, “a Rainha Regente não concorreu para a expedição com despesas da coroa; porém mostrou tanto que lhe era agradável, que não só passou as Patentes

¹⁰² Resultado das viagens de exploração de La Ravardière, que havia percorrido a costa da Guiana e firmado a primeira posição francesa na ilha do Macambo, que denominou Caiena. In: REIS, *A Amazônia e a cobiça...*, op. cit., p. 38.

¹⁰³ Os franceses adotaram como prática comum o abandono de homens em meio aos índios, para que compartilhassem de seus costumes e participassem do universo sociocultural dos grupos indígenas com os quais estavam em contato. A prática favorecia o estabelecimento de alianças e garantia eficácia nas relações comerciais a serem travadas, considerando que os *truchements* estavam aptos a servirem de bons intérpretes aos franceses. Ver: DAHER, Andrea. A conversão dos Tupinambá: entre a oralidade e a escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, ano 10, n. 22, jul./dez. 2004. p. 72.

¹⁰⁴ BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anaes Historicos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, 1986. (Monumenta Amazônica, livro II, Série Agentes Gubernamentales, IIAP – Ceta. parágrafo 111-113, p. 48-49.

de Lugar-Tenentes Generaes das Índias Occidentaes aos sócios nesta companhia; mas para mais honralla, até se declarou por directora della, entregando aos commandantes hum rico Estandarte azul celeste, com as Armas da França...”.¹⁰⁵

Em 1612, foi fundada a Companhia da França Equinocial, que cobriria “na geografia francesa, o espaço que é hoje o litoral do Amapá, vindo, portanto, até a margem esquerda do Amazonas”.¹⁰⁶ Após o ato de posse¹⁰⁷, uma das primeiras providências foi a edificação de um forte, chamado *Saint Louis*, em homenagem ao rei da França, e a construção de um convento que seria o ponto de apoio para a empresa espiritual levada a cabo por missionários capuchinhos.

Os capuchinhos enviados ao Maranhão, entre eles Arsène de Paris, Claude d’Abbeville e Yves d’Èvreux, foram os responsáveis por boa parte dos escritos que narram a experiência colonial francesa. Claude d’Abbeville escreveu *Historie de la Mission des Peres Capucins en l’Isle de Maragnan et terres circonuoisines ou est traicté des singularitez admirables & des moeurs merveilleuses des Indiens habitants dece país*, publicada em 1614¹⁰⁸, e Yves d’Èvreux publicou, em 1615, a *Suite de l’Histoire des choses mémorables advenues en Maragnan, és années 1613 & 1614*.¹⁰⁹ Somavam-se a esses textos as famosas cartas apologéticas enviadas pelos padres Claude d’Abbeville e Arsène de Paris a seus superiores, parentes e amigos. Eram missivas que testemunhavam a prosperidade “da colônia

¹⁰⁵ Ibidem, parágrafo 173, p. 69-70.

¹⁰⁶ REIS, *A Amazônia e a cobiça...*, op. cit., p. 39.

¹⁰⁷ “Foy o primeiro de Novembro o escolhido para esta cerimônia; e como os francezes seguirão nella a intenção política dos antigos Romanos, também os imitaram nos apparatus; porque os commandantes logo que postarão toda a Infantaria na ordem militar, assistida de multidão de índios, entregarão o Estandarte a seis Principaes dos de mayor nome; e pegando ambos nas duas pontas delle, marcharão em triunfo até junto da Cruz, lugar já destinado para a solenidade. Aqui fizerão alto, e depois de huma breve arenga do Senhor Ravardiere, que recommendava aos francezes a obrigação, em que se constituirão por aquelle acto, e outra mais longa de Racily, que seguindo também o mesmo assumpto, se encaminhava principalmente à constancia dos Índios, arvorarão logo os seis Principales as Armas da França, como publico testemunho da posse, que lhe davam de tão vasto domínio; a qual receberão os dous Commandantes com toda esta formalidade, sem advertir a sua paixão, que de nenhuma sorte lhes podia ser lícita, pertencendo toda aquella parte Septemtrional do Estado do Brasil à Coroa de Portugal, por Bullas Pontificias na justa atenção de suas Conquistas, e Descobrimentos”. BERREDO, op. cit., livro II, parágrafo 169-171, p. 68-69.

¹⁰⁸ Claude d’Abbeville permaneceu apenas quatro meses nas costas do Maranhão. Regressou à França levando consigo alguns Tupinambá não-batizados, para brindar os parisienses com o espetáculo da cristianização e chamar a atenção para o projeto da *France Equinoxiale*.

¹⁰⁹ A obra não chegou a circular por razões de ordem político-diplomática, relacionadas ao projeto de casamento de Luís XIII com a infanta espanhola Ana d’Áustria, que levou a França a abrir mão do projeto de implantação colonial no Maranhão. In: DAHER, op. cit., p. 70.

e contém inúmeros detalhes sobre os recursos naturais da região e sobre o bom entendimento entre os índios, além das múltiplas conversões e das milagrosas curas efetuadas”.¹¹⁰

Em face da presença cada vez mais freqüente e incômoda desses grupos na Amazônia, os portugueses e espanhóis deram início a uma movimentação pela região com a clara finalidade de resguardar os seus domínios. Estava dada a largada para uma série de confrontos entre as nações que disputavam espaços coloniais na Amazônia, que inaugurariam, na opinião de Reis, o “período heróico de jornadas de sangue”¹¹¹, nas primeiras décadas dos Seiscentos.

No século XVII, a garantia de posse sobre uma região era dada com base na ocupação efetiva do território e na sua maior ou menor capacidade de proteção militar. Os portugueses, por estarem próximos à foz do rio, foram os principais agentes no combate ao avanço colonial “estrangeiro”.

Os lusos sempre questionaram a presença francesa no Maranhão.¹¹² Expedições oficiais foram enviadas à região nos primeiros anos dos Seiscentos, ao mesmo tempo em que foram feitas as primeiras tentativas de estabelecimento de missões jesuíticas entre os índios.¹¹³ Em 1613, as ofensivas contra os franceses foram iniciadas sob o comando de Jerônimo de Albuquerque e se estenderam até 1615, quando os franceses foram banidos do Maranhão.¹¹⁴

Depois da expulsão dos franceses, os portugueses conseguiram alcançar a foz do Amazonas, em 1616, e fundaram o Forte do Presépio – fortificação que serviu de base militar

¹¹⁰ DAHER, op. cit., p. 69-70.

¹¹¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. p. 36.

¹¹² As primeiras tentativas de conquista do Maranhão pelos portugueses foram feitas já no século XVI, com as malogradas expedições de Aires da Cunha e Luís de Melo da Silva; mas foi somente no século XVII que os lusitanos lograram algum sucesso nesse intento.

¹¹³ Vale lembrar as expedições de Gabriel Soares da Silva e do capitão Pedro Coelho de Souza (1603). Sobre as missões jesuíticas, destacamos a dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, na Serra de Ibiapaba, em 1607, que não perdurou por muito tempo. Logo após alguns contatos amistosos com os índios, os missionários foram hostilizados e a missão terminou após a morte de Francisco Pinto e a retirada de Luís Figueira, em 1608. Sobre a missão de Ibiapaba, recomendamos o artigo de Alirio de Carvalho Cardoso e Rafael Chambouleyron, *Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. In: PRIORE; GOMES, op. cit., p. 33-60.

¹¹⁴ Em 1613, foi enviada uma expedição militar portuguesa sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, que se estabeleceu em Jericoaquara, onde foram iniciadas as hostilidades contra os franceses. Elas prosseguiram até novembro de 1614, quando ocorreu o combate de Guaxenduba, que marcou a derrota dos franceses e a sua saída definitiva, no ano seguinte. NETTO, Carlos de Araújo Moreira. Introdução. In: BERREDO, op. cit., p. 39-41.

para os combates a serem travados contra ingleses e holandeses que “infestavam as costas brasileiras” e que marcou o início da ocupação permanente da Amazônia pelos portugueses.

Os detalhes da movimentação portuguesa e dos trabalhos de descobrimento do rio Amazonas foram relatados pelo capitão André Pereira, no seu *Relazaom do que há no grande rio das Amazonas novamente descuberto (anno de 1616)*. Segundo ele,

Primeiramente depois que ò capitaom maior, Alexandre de Moura deu fin no Maranhaom à ò que tocava à ò servizo do Rey en deitar fora à ò enemigo como fez, è tendo a terra pacifica, è povoadas as fortalezas como lhe pareceo necessario, pos por obra mandar fazer este **novο descobrimento do grande Rio Amazonas** [grifo nosso], è pera tambem se saver ò que avia no Cavo do Norte, conforme à ordem que pera isso levava do Governador Geral do Brasil Gaspar de Sousa; è asi mandou 150 homens em tres companhias, è por capitão mor dellas à Francisco Caldeira de Castel Branco em tres embarcazens. Partimos para esta jornada dia de Natal pasado, em que deu principio à esta era de 1616. Correndo sempre à costa, è dando fundo todas as noites, tomando as conhecenzas da terra, è sondando sempre fazendo Roteiros pello Piloto Antonio Vizente Cochado, de que elle darà boa relazaom por ser à quem o dito Capitaom mor Alexandre de Moura mandou por Piloto mor deste descubrimto...¹¹⁵

A leitura do trecho do relato de André Pereira nos revela que naquele momento os trabalhos de descoberta do rio Amazonas apareciam associados à tarefa de apurar a situação da região, no que dizia respeito, principalmente, às áreas de influência e ocupação estrangeira. As coordenadas do rio eram medidas em relação ao forte recém-inaugurado e as notícias de proximidade dos inimigos “olandeses, è framengos que estavaom no Cabo Norte, de que tinhamos muita noticia é como estariom (...) repartidos em duas fortalezas de madeira”.¹¹⁶

Havia a preocupação em descrever o rio, sua largura, a força de suas correntezas e, principalmente, anotar as entradas e saídas “deste rio, è tudo ò mais que he necessário pera entrar Armada é sair delle”.¹¹⁷ Juntamente com o trabalho de mensuração do rio, seguia o de chamar a atenção para o potencial de exploração da região, que, na opinião de Pereira era de “terras muito fertilíssimas com muita diversidade de madeiras”.¹¹⁸

O relato não deixa de especular sobre as riquezas guardadas pelo rio. Para o autor, a própria imensidão do rio já seria um indicativo delas: “o rio parece capaz pera mui grandes

¹¹⁵ PEREIRA, op. cit., p. 99.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Ibidem, p. 100.

¹¹⁸ Idem.

couzas por ser da largura que digo”]; sem falar nas notícias que chegavam aos seus ouvidos, acerca das serras de ouro, pérolas e pedras preciosas guardadas naqueles rincões, a espera de serem surrupiadas.¹¹⁹

Sobre a sua população, o relato fala apenas da diversidade dos grupos indígenas que habitavam aquelas partes, sem apresentar características pormenorizadas desses grupos, a não ser quando se propõem a formular uma inusitada hipótese: “Há neste rio em todas as partes delle muito gentio por extremo de diversa nazoens, o mais delle mui bem encarado sem barba, trazem os homens cabelo comprido como molheres, è de mui perto ò parecem de que pode ser nasceria o engano que dizem das Amazonas; pois naom há outra cousa de que à este propósito se pudesse deitar maom”.¹²⁰

Pereira arrisca uma explicação para o que ele chamou de *engano* com relação às Amazonas, guerreiras que ganharam os relatos do século XVI e acabaram por nomear o rio por onde desceu a famosa expedição de Francisco Orellana, no ano de 1542. Para o português, a presença das Amazonas naquelas paragens não passaria de um engano proporcionado pela aparência de homens que, por não possuírem barba e terem os seus cabelos compridos – características que, na opinião dele, lhes conferiam a semelhança à figura feminina –, poderiam ter gerado tal engano e levado os espanhóis a confundi-los com as Amazonas.

Como explicou Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do paraíso*, os portugueses eram donos de um realismo desencantado, com clara inspiração utilitarista.¹²¹ Suas descrições sobre a calha amazônica estão repletas de leituras que convergem para a determinação de ocupação efetiva sobre o espaço, considerados desde os seus aspectos naturais, humanos, comerciais e, principalmente, sua localização em relação aos interesses estrangeiros para, até o ponto de vista da estratégia, criar barreiras de impedimento.

¹¹⁹ As notícias sobre as mercadorias comercializadas com os índios e o potencial de exploração do rio chegavam pelos franceses, que eram aprisionados pelos portugueses e submetidos a interrogatórios sobre o posicionamento de holandeses e ingleses.

¹²⁰ PEREIRA, op. cit, p. 100.

¹²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. Nesse trabalho, Sérgio Buarque de Holanda afirma que os mitos ligados ao descobrimento, que guardavam grande força de mobilização nas Índias de Castela, refreavam-se ou atenuavam-se em território luso. Essa tese, contudo, não implica na afirmação da ausência de imagens míticas e fantásticas sobre o novo Mundo em terras colonizadas pelos portugueses. Holanda ocupou-se do inventário na literatura dos séculos XVI e XVII, em especial nos textos de Fernão de Cardim, Simão de Vasconcelos, José de Anchieta, Pero de Magalhães Gandavo, Frei Vicente de Salvador, entre outros autores.

Se, por um lado, a freqüente ameaça estrangeira impediu uma interiorização mais avançada na calha do rio Amazonas, por outro, ajudou a definir a característica portuguesa de atuação, centrada na edificação de fortalezas que, além de marcas de possessão e soberania portuguesas, eram estrategicamente erigidas em pontos que atendessem a preocupação com o fechamento de possíveis portas de acesso à ação estrangeira que ameaçava os espaços recém-conquistados.

Por algum tempo, os inimigos barraram a pretensão ibérica em seguir rumo ao interior da calha amazônica, para finalizar o “descobrimento do grande Rio Amazonas”.¹²² Esse anseio só se realizaria no final do terceiro decênio dos Seiscentos, com as viagens do português Pedro Teixeira pelo rio, oportunidade em que os portugueses revelaram a sua excepcional consciência do espaço, capacidade de expansão e intuição política.

¹²² Os anseios de descoberta da região remontam aos primeiros decênios do século XVII, quando o rei Felipe IV despachou Cédula à Real Audiência e Chancelaria de São Francisco de Quito, para que se estabelecessem as devidas condições ao dito descobrimento. Intento esse que não teve desdobramentos significativos. Outras Cédulas Reais foram expedidas, com o intuito de mobilizar os portugueses que ocupavam a entrada do rio Amazonas. Em 1626, Bento Maciel Parente, na ocasião capitão-mor do Pará, foi autorizado a levar adiante os propósitos de descoberta do interior do rio Amazonas, a partir de sua foz, o que não foi possível, considerando a guerra de Pernambuco que mobilizou boa parte da força de defesa portuguesa. Em 1633 ou 1634, como relata o padre jesuíta Acuña, Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão e Pará, recebeu ordenamento para que fosse posto em execução o descobrimento do rio que, mais uma vez, teve que ser adiada diante da presença dos holandeses que ocupavam as costas brasileiras e ameaçavam os espaços conquistados. In: ACUÑA, op. cit., p. 52.

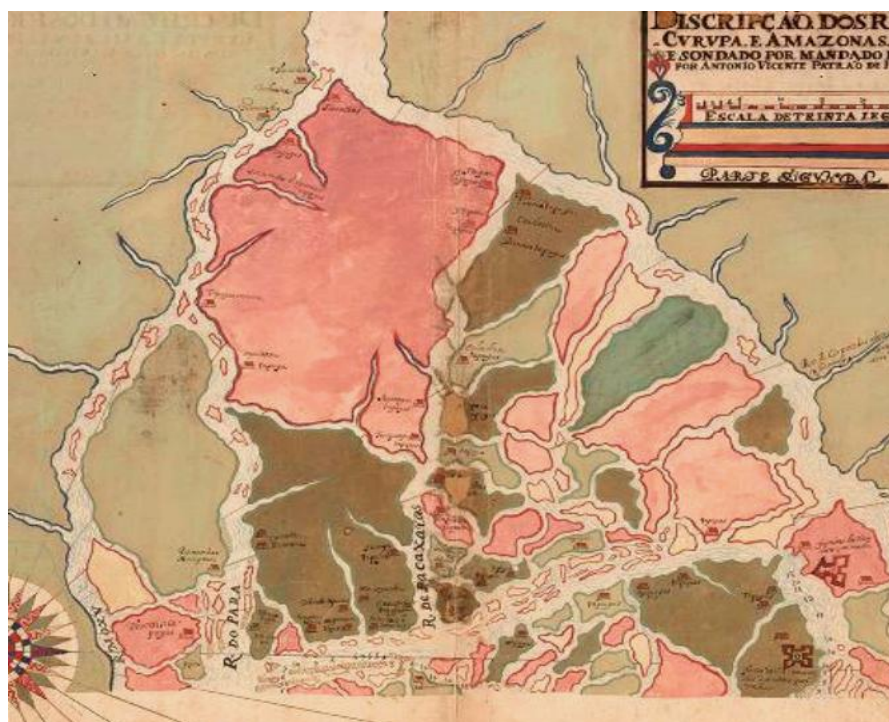


ILUSTRAÇÃO 6 - DISCRIPÇÃO DOS RIOS PARA CURUPA E AMAZONAS. DISCUBERTO E SONDAO MANDADO DE SUA Magestade por ANTONIO VICENTE PATRAO DE PERNAMBUCO. DIVIDIDO EM DUAS SEÇÕES. AUTOR: COCHADO, ANTÔNIO VICENTE (1623). DEMONSTRA OS IMPORTANTES CONHECIMENTOS NÁUTICO-GEOGRÁFICO OBTIDOS PELOS PORTUGUESES E AS AÇÕES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA APÓS A FUNDAÇÃO DO FORTE DO PRESÉPIO, QUE DARIA ORIGEM À CIDADE DE BELÉM.



ILUSTRAÇÃO 7 - JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ (OFICINA), PEQUENO ATLAS DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (1629)

2. As viagens dos Seiscentos

A chegada inesperada de uma pequena canoa espanhola no forte de Gurupá¹²³, em 1637, vinda das províncias de Quito, área de jurisdição espanhola, renovou o anseio de descoberta da calha do rio Amazonas e abriu novas perspectivas de consolidação do projeto de ocupação colonial e de absorção indígena (catecúmenos e mão-de-obra) das áreas que permaneceram “por descobrir”.

A pequena comitiva era composta pelos leigos franciscanos Domingos de Brieva e André de Toledo, acompanhados por seis soldados espanhóis que, fugidos de uma rebelião indígena na província dos Encabellados, situada na boca do rio Aguarico, região do Alto Napo, aventuraram-se “... por aquél oceano de águas dulces, en una canoa, sem guías, remeros, ni auxiliares de ninguna clase, sin conocimiento alguno de navegación, en la terrible contingencia de perderse en el infinito labirinto, que contituye el sistema fluvial del rey de los rios (...) sin más compañeros que su enorme fe y su inquietud descubridora”.¹²⁴

Começaram a viagem em outubro de 1636 e alcançaram o forte português em fevereiro de 1637. De lá, foram levados à cidade de Belém do Pará para receberem os primeiros-socorros e seguiram para São Luís do Maranhão, para dar informe da jornada ao governador do Estado do Maranhão¹²⁵, Jácome Raimundo de Noronha. Os franciscanos narraram viagem¹²⁶ ao governador e lhe asseguraram que saberiam repetir a proeza pelas águas do rio Amazonas até Quito, “se achassem companheiros do mesmo animo”.¹²⁷

¹²³ A fortaleza de Gurupá, construída em 1623, sob o comando do capitão-mor Bento Maciel Parente, era o posto lusitano extremo. Erigida em meio aos combates contra os holandeses e ingleses, a fortaleza estava num sítio estratégico, numa das ilhas do conjunto denominado Gurupá, na entrada do canal principal do Amazonas, passagem obrigatória para todos que entrassem no grande rio, fosse pela sua foz, na costa norte, fosse pelo rio de Pará e o estreito de Breves. In: COSTA, op. cit., p. 40.

¹²⁴ REYES Y REYES, Raul. Prólogo. In: LA CRUZ, op. cit., p. v.

¹²⁵ Em 1621, por disposição real, as capitânias do Maranhão, Pará e do Ceará, foram reunidas num Estado independente no Brasil, o Estado do Maranhão, com capital em São Luís. A divisão vigorou até o ano de 1774. Ver: SAMPAIO, Patrícia de Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. In: PRIORE, GOMES (org.), op. cit., p. 123-139.

¹²⁶ Não consta que Brieva e Andrés Toledo tenham deixado qualquer relato de suas viagens. Quem se encarregou de fazer a primeira narrativa da aventura dos leigos franciscanos foi o jesuíta Alonjo Rojas, no relato *Descobrimiento do rio Amazonas e suas dilatadas províncias. Relación del descubrimiento del río de las Amazonas, hoy s. Francisco de Quito, y declaración del mapa donde está pintado*, escrito em 1639. Mais tarde, os próprios franciscanos se incumbiram da tarefa.

¹²⁷ BERREDO, op. cit., livro IX, p. 290.

Diante da oportunidade e respaldado por algumas cédulas reais “en que le mandaba descubriese aquel gran rio”¹²⁸, Noronha tratou de organizar uma expedição que seguiria pelo rio Amazonas, com o claro objetivo de obter notícias detalhadas da região: “embiar gente río arriba asta la ciudad de Quito, que con más atención y menos recelos notassen todo lo que hallassen en él digno de advertencia; para esta empresa nombró por cabeza y caudillo de todos a Pedro Texeira, capitán de Su Magestad de los descubrimientos”.¹²⁹

Primeiramente, enviou Andrés de Toledo à Espanha com “cartas y aviso de la llegada de aquellos siervos de Dios, de como quedaba aprestada una armada para despacharla com el Hermano Fray Domingo de Brieva por el rio por donde havia bajado, para que se viese más despacio y reconociesen las naciones de Gentiles y todas las demás cosas que el aquelle rio viese digno de advertencia, para dar cuenta de todo á su Magestad y a su Real Consejo”.¹³⁰

Em seguida, tratou de colocar em prática os planos de enviar uma expedição de exploração da calha amazônica. Para tal empresa, nomeou o português Pedro Teixeira como capitão.¹³¹

A decisão de Noronha foi vista como “uma loucura” pelos seus pares. Como poderia o governador fragilizar a segurança da região enviando seus principais homens para a empresa de descoberta, considerando a presença dos inimigos?

O principal argumento de Noronha era o de que a navegação e a exploração do rio Amazonas pelos portugueses, bem como o conhecimento da configuração geográfica e

¹²⁸ Sobre as cédulas reais, ver a nota 122.

¹²⁹ RODRÍGUEZ, op. cit., p. 181.

¹³⁰ LA CRUZ, op. cit., p. 20.

¹³¹ A nomeação de Pedro Teixeira comandante da expedição Amazonas acima, em 1637, correspondeu à sua vasta experiência no projeto de expansão e proteção da região amazônica, a favor dos interesses portugueses. Pedro Teixeira, português nascido em Castanheda, localidade próxima a Coimbra, participou, juntamente com Caldeira Castelo Branco, da fundação do forte do Presépio, na baía de Guajará, junto ao qual se ergueu a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, chamada na época de Feliz Lusitânia. Sua reputação se firmou a partir de 1616, com os enfrentamentos entre portugueses e holandeses, que estavam organizados em feitorias na costa e nas margens do rio Amazonas, com o intuito de fazer comércio de produtos da região. Em 1625, minou o forte holandês localizado no rio Xingu e ajudou a expulsar os ingleses que estavam assentados ao longo da margem esquerda do Amazonas. Em 1626, subiu um bom trecho do Tapajós, com o propósito de fazer cativos os índios que habitavam às suas margens e em 1629 expulsou os ingleses da fortaleza de Tocujós. Por essa época, já se havia produzido alguma tentativa de remontar o curso do Amazonas, como a do capitão-mor do Pará, Bento Maciel Parente, que obteve uma licença para tal fim, mas que resultou em uma empresa falida. Os dados biográficos de Pedro Teixeira foram retirados de: PAPAVERO et. al., op. cit., p. 137.

humana de toda a sua calha, livraria e guardaria os minérios de Potosí, principal eixo articulador da economia colonial¹³², de futuras investidas estrangeiras, sobretudo holandesas, que, num atrevimento, poderiam navegar pelo mesmo canal e chegar à região do Alto Peru, onde estava localizada Potosí. Na opinião de Noronha, os batavos poderiam ameaçar o escoamento de prata, que já sofria com as inúmeras ações de saque feitas por navios piratas, contrabando e fraudes. Com a navegação portuguesa pelo rio Amazonas, o canal de comunicação com o vice-reino do Peru ficaria definitivamente sob o controle das Coroas ibéricas, inclusive a população de suas margens.¹³³

Por fim, a armada foi despachada pelo governador do Maranhão:

A los 17 días del mes de octubre de 1637 salió la armada portuguesa de la plaza de el Curupá (...), con 40 canoas de buen porte y 1200 indios remeros y de pelea y tantos Portugueses, más cuatro Castellanos de los seis que bajaron con los religiosos, todo a cargo de el General Pedro Teixeira (...), levando por guía á Dios Nuestro Señor y al Hermano Fray Domingo de Brieva y por Capellan al Padre Fray Agustín de las Llagas, hijo de una de las Provincias de nuestro Padre San Francisco de Portugal y Presidente del Convento de San Antonio del Gran Pará.¹³⁴

A descrição da logística da expedição difere para os autores que contam a viagem, no que se refere à apresentação dos principais atores da expedição, ao número de pessoas e às canoas envolvidas na empresa. No entanto, são unânimes em atribuir à viagem de Pedro Teixeira o sucesso de trazer novamente a Amazônia para o palco central da colonização. As dificuldades da viagem e artimanhas utilizadas pelo comandante para driblá-las foram contadas por Berredo na sua monumental obra *Annaes Historicos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo mais que nelle tem succedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718*.¹³⁵

¹³² Potosí, desde a sua descoberta em 1545, engordou os cofres espanhóis com a exploração de suas riquezas. Segundo Helen Osório, o auge da produção mineira de Potosí ocorreu entre os anos de 1575 e 1600; sua produção foi superior a de qualquer outra zona de produção mineira do período colonial. Isso se deveu à combinação da riqueza excepcional das minas com a abundância de mão-de-obra indígena (mitayos) e a existência de mercúrio, utilizado no refino do metal, oriundo das minas de Huancavélica. Ver: OSÓRIO, Helen. Estruturas socioeconômicas coloniais. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). *História da América latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996. p. 52.

¹³³ BERREDO, op. cit., livro IX, parágrafo 664-666, p. 290-291.

¹³⁴ LA CRUZ, op cit., p. 23.

¹³⁵ É importante localizarmos o momento histórico e as condições de produção do texto de Bernardo Pereira de Berredo. Enquanto foi governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre 1718 e 1722, Berredo iniciou sua obra *Anais Históricos do Maranhão*, na tentativa de apresentar a situação colonial que viveu e que deveria reger e, sobretudo, na tarefa de recriá-la segundo os interesses e valores da metrópole portuguesa, da qual era delegado. O período em que Berredo governou o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi dominado por dois temas fundamentais, freqüentemente interligados e que, ao findar-se o reinado de D. João V, em 1750, determinaram transformações essenciais na política colonial, especialmente em relação à Amazônia. Esses dois problemas relacionavam-se com os regimes das missões e com questões de limites dos domínios coloniais limítrofes. O

A navegação, iniciada em outubro de 1637, terminou em Quito, em julho de 1638. De acordo com Berredo, a comitiva foi recebida com entusiasmo e festas pelos espanhóis, “correrão touros por alguns dias, e depois cavahadas, e para que as noites não interrompessem os divertimentos, houve também em todas excellentes músicas e danças (...) demonstrações honrosas, a que se corresponderão com tanta igualdade as que se seguirão”.¹³⁶

No entanto, as atitudes das autoridades locais não expressavam conforto em relação à proeza lusa e, ainda que portugueses e espanhóis estivessem submetidos à mesma Coroa, as desconfianças acerca das pretensões portuguesas não foram abafadas. O fato é que a restauração portuguesa estava às portas e a presença lusa em Quito evidenciava a fragilidade do domínio espanhol na região.¹³⁷

Pedro Teixeira foi recebido pelo presidente da Audiência de Quito e fez informe, “pelo espaço de mais de huma hora, de todos os sucessos de seu descobrimento”.¹³⁸ Além do informe oral, Teixeira também redigiu em espanhol a *Relação do rio das Amazonas*¹³⁹, datada de 2 de janeiro do ano de 1639, que, anexada à carta hidrográfica da viagem, foi despachada para conhecimento do vice-rei do Peru, Conde de Chincón.¹⁴⁰

O vice-rei, em resposta rápida à presença portuguesa em Quito, ordenou o retorno imediato de toda a armada portuguesa ao Pará, pelo mesmo caminho que tinham percorrido, dando como justificativa para tão rápido regresso a necessidade da presença de “tão bons

governo de Berredo voltou-se totalmente para a discussão desses temas. Em seu texto, é explícito o empenho em mapear e descrever as áreas em litígio, seus recursos naturais e humanos, bem como seus limites. Mais do que fazer uma história da Amazônia, ele estava primeiramente interessado na história da expansão do domínio colonial português na Amazônia. O autor fez um dedicado trabalho de recolhimento e análise de documentos, por quase 30 anos. Finalmente, em 1749, a obra foi publicada, um ano após a sua morte. O fato de os *Anais Históricos do Maranhão* terem sua primeira publicação em 1749, data próxima ao Tratado de Madri (1750), que resolve e define a maioria dos conflitos de fronteira entre os portugueses e espanhóis da América do Sul não foi, provavelmente, uma coincidência. A longa gestação da obra se deve a objetivos e conveniências de natureza política, principalmente no que tange as diplomacias coloniais e a determinação de fronteiras. Ver: BERREDO, op. cit.

¹³⁶ BERREDO, op. cit., livro IX, parágrafo 688, p. 301.

¹³⁷ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹³⁸ BERREDO, op. cit., livro IX, parágrafo 686, p. 300.

¹³⁹ TEIXEIRA, Pedro. *Relação do Rio das Amazonas*. Relação endereçada ao presidente da Audiência de Quito, datada de 2 de janeiro de 1639. In: PAPAVERO et. al., op. cit., p.137-144.

¹⁴⁰ “Como fez logo este ministro hum maduro conceito do muito, que convinha ao serviço do Príncipe e utilidade publica a conservação de hum tal descobrimento, consultou os meyo de facilitalla ao Vice-Rey Conde de Chinchon por hum expresso, que lhe deipachou no seguinte dia, com a relação, e carta hydrografica de toda a jornada”. In: BERREDO, op. cit., livro IX, parágrafo 687, p. 300.

capitães e soldados naquelas fronteiras, de ordinário tão infestadas pelo inimigo holandês”.¹⁴¹ Foi ordenado, também, que junto à expedição de regresso dos portugueses deveriam partir duas pessoas “das de melhor opinião, para que como testemunhas de vista, podesse grangear a sua relação, na Corte de Madrid o mais inteiro crédito”.¹⁴²

A viagem, pelo mesmo caminho anteriormente percorrido por Pedro Teixeira, mas em sentido inverso, de Quito ao Pará, se apresentava para os espanhóis como uma oportunidade de mapear aquela estrada fluvial – o rio Amazonas – e suas vizinhanças, além de fazer frente ao avanço português e aos perigos que esses representavam para o controle da região. Era imprescindível que se fizesse uma relação detalhada dos territórios visitados e que se produzisse um documento oficial espanhol “de todo o descoberto e tudo mais que na viagem de volta se fosse descobrindo”.¹⁴³

Para a viagem de regresso, foram escolhidos os jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda.¹⁴⁴ Os padres acompanharam, entre fevereiro e dezembro de 1639, o capitão Pedro Teixeira na viagem de volta pelo rio Amazonas, anotando todo o trajeto percorrido para apresentar um relato ao rei da Espanha, com o objetivo de “tudo dar bastante notícia, como testemunha de vista”.¹⁴⁵ Em mãos, a cláusula real que ordenava “este descubrimiento”. As instruções eram as seguintes:

... partais desta minha Corte com vosso companheiro para a citada Província do Pará, em companhia do Capitão-Mor Pedro Teixeira e mais gente da milícia que com ele vá, tendo, como haveis de ter, especial cuidado em descrever, com a maior clareza que vos for possível, a distância em léguas, províncias, povoações de índios, rios e paragens particulares que houver, desde o primeiro embarque até a dita cidade e porto do Pará, informando-vos com a maior certeza que puderdes para de tudo dar bastante notícia, como testemunha de vista, ao meu Real Conselho das Índias.¹⁴⁶

Para “dar notícia” eram necessários a observação e o inventário da nova realidade. Não se tratava, de modo algum, de içar velas à aventura, nem de recolher informações ao

¹⁴¹ ACUÑA, op. cit., p. 63.

¹⁴² BERREDO, op. cit., livro IX, parágrafo 689, p. 301.

¹⁴³ ACUÑA, op. cit., p. 63.

¹⁴⁴ A eleição dos inicianos gerou uma série de conflitos e insatisfações entre os franciscanos, que consideravam certa a nomeação de um dos seus para a tarefa. No capítulo 3, trataremos do assunto.

¹⁴⁵ Cláusula da provisão real que, em nome de sua Majestade, a Audiência de Quito deu para este descobrimento. In: ACUÑA, op. cit., p. 43.

¹⁴⁶ A transcrição integral da cláusula da Provisão Real – *Cláusula da provisão real que, em nome de sua Majestade, a Audiência de Quito deu para este descobrimento* – está no anexo II.

acaso das circunstâncias. Desde o início, foi uma exploração metódica. O que se buscava era que a realidade, em sua totalidade, fosse bem conhecida. Aspecto exhaustivamente observado por Cristóbal de Acuña e Andrés de Artiedas na viagem. Nas palavras dos jesuítas:

Aos dezesseis de fevereiro de mil seiscientos e trinta e nove, os ditos padres deram início a essa longa viagem, que durou dez meses, até a chegada à cidade do Pará. Ali aportaram no dia doze de dezembro do mesmo ano, depois de terem palmilhado as altas montanhas que, com a seiva de seus veios, alimentam e dão o primeiro sustento a esse grande rio, e navegado por suas águas até onde, alargando-se em oitenta e quatro léguas de embocadura, ele paga caudaloso tributo ao mar oceano; depois de terem **anotado**, com especial cuidado, tudo o que nele há digno de advertência; depois de terem **marcado** o seu nível, **assinalado** pelos seus nomes os rios que nele deságuam, **identificando** as nações que vivem em suas margens, **comprovando** sua fertilidade, **experimentado** os alimentos ali existentes, **sentindo** o seu clima, **entrado em contato** com os nativos e, finalmente, **depois de não terem deixado sem averiguação nada que nele se contivesse e que não pudessem ser testemunha de vista**.¹⁴⁷ [grifo nosso]

Todas as informações foram registradas por escrito – era isso o *descobrir*, como apreensão do espaço. Descobrir era a tarefa de dar legibilidade a um espaço desordenado, caótico, para organizá-lo, dotá-lo de sentido e, então, submetê-lo. “É esta acumulação de um inigualável capital de informações sobre os outros que constitui a outra trave mestra das descobertas e cuja acumulação prosseguirá sistematicamente. Avança-se até ao largo trazendo um autêntico plano de pesquisa. Este questionário será preenchido recorrendo a sólidos testemunhos e a observação activa”.¹⁴⁸

O fato era que os portugueses já haviam saído à frente nessa tarefa.

3. A escrita e a mensuração da realidade

A viagem dos portugueses rio acima produziu, além do texto escrito pelo capitão Pedro Teixeira (*Relação do rio das Amazonas...*), a relação *Descubrimiento del rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias: relación del descubrimiento del rio de las Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y declaracion del mapa donde está pintado*, cuja autoria foi

¹⁴⁷ ACUÑA, op. cit., p. 67.

¹⁴⁸ GODINHO, op. cit., p. 74.

atribuída ao jesuíta Alonjo Rojas¹⁴⁹ e, ainda, a *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*, escrita pelo português Maurício Heriarte em 1662.¹⁵⁰

A relação do padre Alonso Rojas, construída com base nas informações obtidas do piloto da expedição Bento da Costa, impressiona pelos dados que fornece, no que se refere às medidas do rio Amazonas. O comprimento do rio “desde la provincia de Los Quijos, en el reino de Quito, hasta desaguar en el mar del Norte (...) tiene 1600 leguas castellanas esto es, por la orilla que se acerca a la Equinoccial, porque la contraria orilla serán más de las léguas, por tener más vueltas y senos el rio, que é camina culebreando por tan luengo espacio”.¹⁵¹ As distâncias entre as suas margens e a profundidade de suas águas foram medidas, sistematicamente, ao longo de todo o percurso da viagem.

Juntamente com o trabalho de mensuração dos espaços amazônicos, o relato de Rojas traz aguçadas observações político-estratégicas para o aproveitamento da calha amazônica, bem como identifica pontos vulneráveis à ação estrangeira. Num universo que se configurava em grande parte pelo desenho dos seus rios, a principal barreira estava na determinação do seu traçado para cercear qualquer possibilidade de deslocamento do inimigo. Nesse sentido, conhecer os rios era uma garantia inicial de controle desses espaços disputados. As figurações geográficas tornaram-se instrumentos para calcular operações, elaborar estratégias e defender territórios.

Como indica o título completo do escrito de Alonso Rojas – *Descubrimiento del rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias: relación del descubrimiento del rio de las Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y declaracion del mapa donde está pintado* –, o texto parece ter sido concebido para orientar a leitura do mapa que, em vários momentos o autor faz menção, fora elaborado por Bento da Costa.

¹⁴⁹ Quem atribuiu a autoria do relato a Alonjo Rojas foi Jimenez de la Espada, que publicou o relato em: JIMÉNEZ DE LA ESPADA, M. *Viaje del Capitán Pedro Texeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*. Madrid: Imprenta de Fortanet, 1889. Melo-Leitão publicou uma versão do texto em português, em 1941. CARVAJAL, ROJAS, ACUÑA, op. cit.

¹⁵⁰ Maurício Heriarte foi um dos companheiros de Pedro Teixeira nas viagens pelo rio Amazonas, “era Ouvidor-Geral, Provedor-mor e Auditor do Maranhão. Sua “‘Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas’ deve ter sido escrita por mandato do governador e capitão-general Rui Vaz de Siqueira, que governou o Estado entre os anos de 1662 e 1667”. PAPAVERO et. al., op. cit., p. 221.

¹⁵¹ ROJAS, op. cit., p. 146.

A presença e colaboração do piloto da expedição, Bento da Costa, na construção textual de Rojas é fortemente sentida e aproxima o relato do jesuíta ao que Seixo identifica como o modo de narrar do viajante português. De acordo com Seixo, os textos portugueses, utilizam, de preferência, a descrição para servir à narração, e nisso estão muito mais próximos do ato de navegar e inventariar, comunicando a natureza mesma do olhar em trânsito, diarístico, temporal e repetitivo.¹⁵²

Característica que observamos também na *Relação do rio das Amazonas* de Pedro Teixeira. Seu relato funciona como uma espécie de diário de viagem sem, no entanto, se deixar render às impressões ou elucubrações sobre a mesma. Sua narrativa é pontual e marcada conforme sua esquadra avança rio acima.

A função de apontar riquezas naturais ou de sugerir a existência de seres exóticos desapareceu rapidamente. O que se pretendia era o conhecimento detalhado e o mapeamento de toda a calha e seus afluentes. É significativo o modo como Teixeira também lança mão da observação dos costumes indígenas como um demarcador de áreas.

Atravessando esse rio vai-se correndo terra até os Tapajós, que distam oitenta léguas do Curupá, e todo esse caminho é despovoado sobre o rio, mas a duas ou três léguas terra adentro são incontáveis os índios que há; usam já todos os deste quadrante, de flechas ervadas tão venenosas que vertendo mesmo um pouco de sangue não há remédio algum, nem os que as usam o conhecem; são todos notavelmente carneiros, comendo-se uns aos outros como fazem todos os do rio.¹⁵³

... caminhamos para oeste umas 80 léguas, tendo o rio sempre de duas léguas a duas e meia de largura até um estreito (...). Tem lindas praias para fortalezas e defesas do rio e lindos sítios junto a terra (...). Havia 120 léguas deste sítio até os Tupinambás; esta nação e de gente mui feroz carneira e nunca quis conhecer sujeição; por isso vieram fugidos do Brasil rompendo por terra e conquistando grande numero de gentios até chegar ao grande rio e sítio onde hije vivem. (...) aqui se acabam as flechas ervadas perigosas e ainda que por todo o rio as haja, não matam como as sobreditas.¹⁵⁴

E [fomos] caminhando dali por outros sete dias (...). Ao cabo dessas jornadas começam os Omáguas que usam as cabeças chatas; ocuparão de longitude do rio 100 léguas e terão de povoados 400, pouco mais ou menos; gente mui carneira, e suposto que todos os do rio o são, esses passam da conta porque não usam de outra carne senão a humana e têm por troféu as

¹⁵² SEIXO, Maria Alzira. Entre cultura e natureza: ambigüidades do olhar viajante. *Revista USP – Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, (30), jun./ago. 1996. p. 129.

¹⁵³ TEIXEIRA, op. cit., p. 140.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 141.

caveiras dos que matam penduradas em suas casas (...) essa gente desceu fugida dos Quijos; a maioria dos povoados são grandes e abundantes de todo o necessário.¹⁵⁵

O relato de Pedro Teixeira chama a atenção no que diz respeito à preocupação do português em localizar geograficamente cada etapa da sua viagem. A apropriação do universo amazônico, naquele momento, significava o domínio do espaço e das deslocções, bem como o controle da sua representação verificável em narrativas e esboços da malha fluvial. A necessidade de marcar os pontos de conhecimento tinha uma clara finalidade de ordenamento e centralização da informação. À atividade narrativa se somava a atividade cartográfica. O mapa, nesse caso, é o resultado empírico de uma vivência no espaço geográfico.

El mapa, instrumento privilegiado de la geografía, es el simulacro de lo lejano y mantiene con el exotismo una relación paradigmática. Es a la vez el modelo y la aproximación intocable. Permite ver, pero no permite apropiarse. Para apropiarse hay que partir. Por esta razón puede aventurarse una extraña aporía: sin mapa no hay descubrimiento, pero sin descubrimiento no hay mapa. El mapa tiene una doble función: es imagen y representación del mundo, es instrumento de descubrimiento y conquista.¹⁵⁶

Temos conhecimento de duas cartas hidrográficas originárias das viagens de descoberta do século XVII. A primeira é *Planta do Amazonas*, resultado da viagem dos leigos franciscanos Domingos de Brieva e André de Toledo pelo rio Amazonas.

O mapa teria sido finalizado em 29 de maio de 1637, provavelmente em São Luís do Maranhão, conforme a data que aparece ao final do texto que o acompanha. De acordo com Rocha, o mapa estava anexo “a um ofício destinado ao governador colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Jácome Raimundo de Noronha”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ AFFERGAN, Francis. *Exotisme et alterité*. Paris: PUF, 1987. p. 33, apud: AINSA, *De la edad...*, op. cit., p. 60.

¹⁵⁷ ROCHA, Luiz Francisco R. B. B. Telles da. *Práticas imagéticas nas retratações da Amazônia: séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC-SP. p. 113.

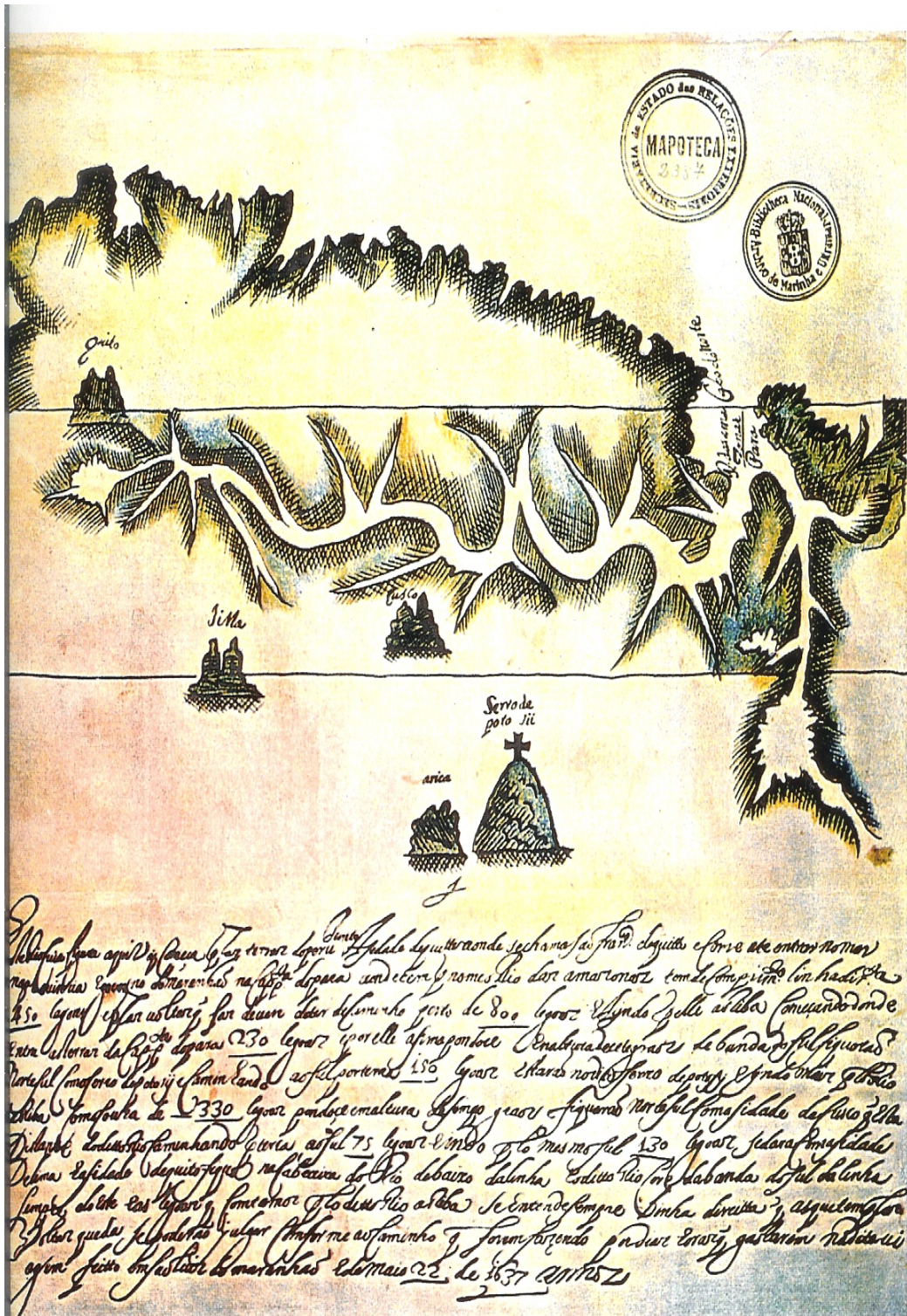


ILUSTRAÇÃO 8 - PLANTA DO AMAZONAS (1637)

O texto junto ao mapa diz:

Este Rio cuja figura Vaj começa plas terras do peru junto a cidade de quito aonde se chama são Fran. Co de quito e corre ate entrar no mar na província e governo do Maranhão na Capp.ta do para aonde tem por nome o Rio das Amazonas tem de comprimento linha dir.ta 450 legoas e plas uoltas que devem ter de caminho perto de 800 legoas. e indo por elle aRiba começando donde entra as terras daCapp.ta do para 230 legoas e por elle asima pondoce en altura de sete graos da banda Sul ficarão Note Sul com o Serro de Potosí e caminhando ao sul por terra 150 legoas pondonce en altura de simço grãos ficarão Norte Sul com a cidade de Cusco que esta distante do dito Rio caminhando por terra ao Sul 75 legoas e indo pelo mesmo Sul 130 legoas se dara com a cidade De lima E a cidade de quito fica na Cabeceira do Rio de baixo da linha e o ditto Rio core da banda do Sul da linha sempre a loeste e das legoas que contamos plo ditto Rio aRiba e se Entende sempre linha direita que as que tem plas volta que dá se poderão julgar Conforme ao caminho que forem fazendo e a dias e oras que gastarem na dita viagem feito em São Luis do maranhão e de 22 de 1637 annos.

A leitura do cenário colonial era feita em referência aos caminhos do rio. Cada uma das principais cidades coloniais era lida e medida em relação a ele. As distâncias eram sublinhadas e a mensuração da realidade pouco a pouco era realizada.¹⁵⁸ Os caminhos percorridos, “itinerários fluviais”, foram os que deram possibilidades de elaboração do “mapa”. Nesse sentido, mapear se aproximava do que poderíamos chamar de uma “cartografia da experiência”, isto é, tratava-se da representação resultante do deslocamento – da experiência da viagem – e implicava, fundamentalmente, em identificar os caminhos possíveis, garantindo os mecanismos básicos para a circulação nesses espaços e a sua posse.¹⁵⁹

Outro mapa que conseguimos localizar foi produzido na viagem de subida de Pedro Teixeira.¹⁶⁰

¹⁵⁸ CROSBY, Alfred W. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600*. São Paulo: Ed. da Unesp/Cambridge, 1999.

¹⁵⁹ BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. São Paulo: Edusc, 2005.

¹⁶⁰ O mapa foi reproduzido no livro: RIBEIRO, Berta G. *Amazônia Urgente: 5 séculos de história e ecologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. p. 45, apud: PEREZ, A. (org.). *Culturas Indígenas de la Amazônia*. Madrid: Biblioteca Quinto Centenário, 1986. Não há indicação de fonte.

Nesse mapa, o que também predomina são os caminhos pelo rio. Caminhos marcados pelo intenso fluxo das águas do rio Amazonas e de sua complexa rede de afluentes. A leitura do mapa nos remete à imagem da calha do rio Amazonas construída pelo padre jesuíta Manuel Rodríguez. O inaciano comparou o rio Amazonas e seus afluentes a uma árvore, sendo o Amazonas o seu tronco e seus afluentes as ramas que tocam o interior.

Este río es como un árbol, sus raíces entran tanto en el mar como en tierra que le comunica su humor, que ochenta leguas en mar adentro se ven y se gustan sus aguas dulces, y en un semicírculo de cien leguas de circunferencia hacen un golfo nada salobre, tanto que le llaman mar Dulce los navegantes, tan profundo como deben serlo las aguas, que son como raíces de el Marañón; subiendo por el tronco de este río como árbol a sus ramas, es cierto que por muchas leguas hazen un cuerpo de río los tres principales, que pueden y deben llamarse con distinción las Amazonas, Orellana y el Marañón.¹⁶¹

A vastidão do espaço amazônico impunha àqueles que o desejavam procedimentos de leitura e sistematização do espaço, para que pudessem exercer domínio sobre ele. A apropriação do universo amazônico naquele momento significava o domínio do espaço e das deslocções, a sua representação verificável; tratava-se de superá-lo como um espaço desconhecido para transformá-lo em conhecido. Espaço conhecido pela viagem e fabricado/controlado/delimitado pela ação escriturária. A posse se fazia primeiro pela escrita. Aquele que registrasse pela escrita o espaço seria o que primeiramente o possuiria.

¹⁶¹ RODRÍGUEZ, op. cit., livro I, p. 71.

CAPÍTULO III

MISSIONÁRIOS DESCOBRIDORES

Até aqui, acompanhamos os processos de descoberta na região amazônica. Falamos das viagens e experiências dos vários sujeitos nesses espaços, pudemos perceber como esses mesmos sujeitos traduziram os espaços em narrativas e mapas, que foram confeccionados à medida que eram percorridas aquelas paragens. Dedicamos algumas laudas ao estudo das narrativas produzidas na viagem de subida dos portugueses pelo rio Amazonas e apontamos para algumas características presentes no modo de narrar o espaço “descoberto”.

Neste capítulo, nos interessa ainda investigar os textos que foram gerados a partir da viagem de descida do rio Amazonas pela esquadra de Pedro Teixeira, em especial, o escrito por Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda. Trata-se do *Nuevo descubrimiento del Gran rio Amazonas*, publicado em 1641¹⁶², considerado um dos textos mais importantes para o estudo da Amazônia seiscentista pela riqueza de informações que traz sobre a Amazônia Ibérica, e principalmente no que toca a nossa problemática de estudo, por ter suscitado a produção de tantos outros textos que polemizavam e questionavam a “descoberta” do rio Amazonas, bem como a legitimidade de seus “descobridores”. Textos escritos por missionários, jesuítas e

¹⁶² Jaime Regan, autor da introdução do livro *Informes de jesuítas en el Amazonas*, escreve que “Cuando Acuña presentó su informe al Consejo de Indias algunas personas le aconsejaron no publicarlo para evitar que una descripción del río llegase a manos enemigas. Sin embargo se publicó y su trayectoria ha sido impresionante”. A obra teve um forte impacto na opinião pública, por se tratar de um texto que veio suprir a ausência de informações detalhadas sobre a região. Regan também menciona as edições que *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas* ganhou desde sua primeira publicação no século XVII. Aqui, só citaremos algumas, para que o leitor possa ter a dimensão de sua repercussão: a primeira edição é de 1641, feita na Espanha, com o título *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas, El año de 1639. Por la provincia de Quito, en el reino del Peru*. O livro foi reproduzido na obra do jesuíta Manuel Rodríguez, *El descubrimiento Del Marañón*, em 1684. Ganhou uma edição em português em 1659 “en la obra de Cândido de mendes de Alemada ‘Memoria para a Historia do Extinto Estado de Maranhao’. (...) En 1682 lo tradujo al francés M. de Gomberville y se publicó bajo el título de Relation de la Riviere des Amazones. (...) Hube una segunda edición en 1684, y la tercera de 1716 que incluye otros escritos referentes a la Amazonía. Se publicó en inglés en 1689 co el título de A Relation of the Great river of the Amazons in South America (...). Se publicaron dos ediciones en Castellano en 1942 para comemorar el cuarto centenario del primer descubrimiento del Amazonas por la expedición de Orellana, que casi coincide con o tercer centenario del viaje de Acuña, una salió a luz en Emece Editores de Buenos Aires (...); la outra fue editada por el Ministerio de Educación de Colômbia...”. REGAN, Jaime. Introducción. *Informes de jesuítas en el amazonas (1660-1684)*. In: FIGUEROA, ACUÑA et. al., op. cit., p. 11-12.

franciscanos, que expressam a disputa por espaços de atuação colonial na Amazônia entre as duas ordens religiosas.¹⁶³

A construção de argumentos em torno do discurso da descoberta gerou uma série de embates textuais, travado no âmbito da cultura letrada missionária, pelos direitos conferidos aos “descobridores”. A intensa produção do discurso da descoberta nas narrativas missionárias dos seiscentos na Amazônia, não nos parece algo neutro e destituído de interesses. As narrativas de descobrimento, à medida que buscavam imprimir uma memória da descoberta, materializada na crônica, também visavam identificar os “verdadeiros” ou “legítimos” descobridores do espaço amazônico. Memória disputada, que gerou versões da descoberta.

Podemos, *grosso modo*, identificar dois tipos de autoria: de quem participou da viagem de “descoberta” e de quem, mesmo não tendo participado *in locus*, estava comprometido com a elaboração da memória do fato. O escrito de Acuña e Artieda, como já sabemos, se insere na primeira modalidade, a força de seu relato e a sustentação da sua argumentação está justamente na experiência proporcionada pela viagem, ponto que também será explorado pelo franciscano Laureano de La Cruz em sua obra *Nuevo descubrimiento del río del Marañón llamado de las Amazonas hecho por los misioneros de la provincia de San Francisco de Quito el año de 1651*. Já o inaciano Rodrigo de Barnuevo, e frei José Maldonado construíram suas narrativas, baseados principalmente em documentos¹⁶⁴, e em testemunhos dos que participaram dos processos de “descoberta” da região amazônica no século XVII. Ambas as categorias tinham como alvo a tarefa de construir uma memória para a descoberta do rio Amazonas, vinculada à determinada circunstâncias, atores e interesses.

¹⁶³ Os textos publicados pela Mapfre em ocasião das comemorações do quinto centenário de descoberta da América ajudam a delinear o quadro de ação das duas ordens religiosas em questão na América. Ver: ABAD PÉREZ, Antonín. *Los franciscanos en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, e HERNÁNDEZ, Ángel Santos. *Los jesuitas en América*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

¹⁶⁴ Como superiores de suas ordens, José Maldonado e Rodrigo de Barnuevo tinham amplo acesso aos arquivos da ordem e as cartas enviadas entre os missionários e seus superiores. Barnuevo chega a citar algumas cartas textualmente em seu texto. Sobre o assunto ver: TORRES LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Tempos do Sagrados*, Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

É importante ressaltar a capacidade modeladora e constitutiva das narrativas do próprio tempo histórico do qual emergem e entendê-las enquanto construções onde o movimento de idéias, concepções, imagens, modo de ver e relatar o vivido, de interpretar o que foi visto e ouvido, concorrem na elaboração e formatação de realidades históricas. Feitas essas primeiras considerações passemos para a análise dos textos, no que tange a nossa problemática de pesquisa.

1. Nuevo descubrimiento del Gran Río Maranhão

O relato de Acuña e Artiedas, intitulado *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas, El año de 1639. Por la provincia de Quito, en el reino del Peru*, impressiona pela riqueza de detalhes que oferece, no que se refere à geografia do rio Maranhão, bem como à descrição minuciosa de sua natureza e dos grupos indígenas que habitavam suas margens. Acuña não deixou de se espantar com a imensidão do rio Amazonas, entendido por ele como “o maior e mais célebre do mundo”; exaltou as riquezas de suas águas, margens e suas gentes.

A respeito do rio Amazonas pode-se afirmar que suas margens são, pela fertilidade, paraísos, e se a arte ajuda a fecundidade do solo, todo ele terá aprazíveis jardins (...). As províncias vizinhas ao rio das Amazonas não necessitam de bens raros, porque há abundância de peixes em suas águas, de caça em suas montanhas, de pássaros em seus ares, de frutos em suas árvores, de colheita em seus campos, de minas em seu solo, e os nativos que ali habitam possuem muitas habilidades e aguda inteligência para tudo o que lhes importa, como iremos vendo no curso desta história.¹⁶⁵

Dividida em três partes¹⁶⁶, a relação registra desde as primeiras tentativas de descobrimento da região, incluindo a viagem dos leigos franciscanos e a expedição de Pedro Teixeira¹⁶⁷, até uma descrição mais apurada de toda a calha do rio Amazonas, com clara

¹⁶⁵ ACUÑA, op. cit., p. 69

¹⁶⁶ O texto de Acuña está dividido apenas em capítulos (83). No entanto, depois de uma leitura sistematizada da obra, é possível identificarmos três momentos: Na primeira parte do seu relato – do capítulo I ao XVII – Acuña apresenta os antecedentes da viagem da qual participa até a sua nomeação como representante legal da Coroa espanhola para a jornada. Na segunda parte, capítulos XVIII ao XLIII, dá início a uma apresentação apurada de tudo o que a viagem permitiu conhecer. E finalmente, na terceira parte do trabalho, a partir do capítulo XLIV se dedica ao mapeamento das principais entradas que levam ao rio Amazonas.

¹⁶⁷ Para essa construção, Acuña se apoiou no relato do padre jesuíta Alonjo Rojas “*Descubrimiento del rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias: relación del descubrimiento del rio de las Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y declaracion del mapa donde está pintado*”, a ponto de transcrever parágrafos inteiros da relação. Ver: ROJAS, op. cit.

preocupação em localizar os lugares visitados, descrever suas riquezas e apresentar os grupos indígenas.

O etno-historiador Antonio Porro, em seu livro *Os povos das águas*, coletânea de artigos dedicados à investigação dos grupos indígenas que viviam à margem do rio Amazonas, chama a atenção para o rico panorama etnográfico que os escritos coloniais permitem vislumbrar. Aspectos sociais, econômicos e traços culturais, bem como notícias sobre a densidade demográfica e a distribuição geográfica dos diversos grupos indígenas que viviam junto ao Alto e ao Médio Amazonas foram contemplados por esses escritos de exploradores e missionários que lá estiveram. Impressionou esses visitantes a quantidade e a diversidade dos grupos indígenas.

Y no sólo el río de las Amazonas está tan poblado de gente, sino también los ríos que en él desaguan, (...) cada uno de estos ríos es un reino muy poblado y el río grande un mundo entero mayor que lo descubierto hasta ahora en toda la América (...). De suerte que tiene por cierto que son más los indios de estos ríos que todo el restante de las Indias descubierto; que son tantos e tan sin número los indios, que si desde el aire dejaren caer una aguja, há de dar en cabeza de índio y no en el suelo.¹⁶⁸

As visões acerca das sociedades indígenas oscilavam de acordo com as intervenções coloniais e com a própria dinâmica organizacional dos grupos que sofreram alterações substanciais no seu modo de vida. A desaparecimento dos padrões adaptativos originais dos grupos, os movimentos migratórios, as relocações geográficas, por vezes conduzidas pelos grupos colonizadores, e a formação dos novos arranjos étnicos foram fatores que levaram à significativa alteração do mapa etnográfico da Amazônia no período de colonização¹⁶⁹. Para Antonio Porro, o traço fundamental na história indígena do Amazonas está naquilo que denominou:

Fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação européia e que irá resultar, em meados do século XVII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentista. Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio

¹⁶⁸ ROJAS, op. cit.

¹⁶⁹ Ver o interessante artigo de TAYLOR, Anne Christine “História pós-colombiana da Alta Amazônia”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p.213-238.

Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização.¹⁷⁰

Assim, quando analisamos os registros etnográficos da região, temos que avaliar e considerar o momento e as condições em que foram escritos. Porro identifica dois momentos que marcam os documentos produzidos nos processos de exploração da Amazônia e que refletem situações muito distintas quanto aos efetivos demográficos, formas de organização social, poder político e instituições religiosas. Na opinião do etno-historiador, os textos escritos nos Quinhentos, dadas as precárias e improvisadas condições dos viajantes, não permitiram observações mais apuradas e qualitativas dos grupos indígenas encontrados, limitando-se a descrevê-los superficialmente, com especial ênfase em sua quantidade. Nos Seiscentos, o quadro colonial era outro, a presença constante dos europeus, permitiu o registro mais apurado dos grupos que habitavam as margens do rio Amazonas e seus principais afluentes.

E notável no relato de Acuña¹⁷¹ a preocupação em identificar os grupos que ali viviam. De uma descrição inicialmente generalizante de todo o rio e dos costumes indígenas, pouco a pouco, o jesuíta se debruça num trabalho de mapeamento e observação cuidadosa das tribos ribeirinhas dos Omáguas, Curucirari (Aisuari), Yoriman (Solimões), Carabayana, Tupinambá, Canuris (Condurizes) e Tapajós – conhecimento adquirido com base em suas observações pessoais, o que faz do seu trabalho uma rica referência para os estudos da etnografia seiscentista da região.¹⁷² Acuña forneceu, também, os nomes de uma centena de tribos distribuídas pelos principais afluentes do Amazonas, que não chegou a visitar, mas sobre as quais procurou informar-se, dando notícias esparsas. Acuña pode contar com as preciosas informações fornecidas pelos intérpretes:

Quando a armada subiu o rio, não foi possível averiguar com fundamento coisa alguma das que se encontraram neste rio porque não havia intérpretes para com a ajuda dos quais fazer inquirição. E se algo pareceu aos portugueses haverem entendido, tal aconteceu por meio de sinais, os quais eram tão incertos, que cada um os interpretava conforme lhes convinha. Tudo

¹⁷⁰ PORRO, Antonio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 175.

¹⁷¹ Por questão de comodidade, peço permissão ao leitor para que, quando nos referirmos ao relato escrito por Acuña e Artieda, mencioner apenas o primeiro a quem a historiografia atribuiu o texto.

¹⁷² PORRO, *O povo...*, op. cit., p. 182.

isso mudou na volta, pois querendo Nosso Senhor favorecer esta jornada, proveu-a de **bons intérpretes, graças aos quais se averiguou tudo o que consta desta relação** [grifo nosso]¹⁷³

Existia uma clara preocupação em nomear e saber os nomes das coisas. Como nos lembra Hartog, a nomeação é uma das molas da escrita da narrativa de viagem, o viajante “é aquele que sabe os nomes: no espaço geográfico sabe recortar os nomes dos lugares, no tecido dos acontecimentos, sabe recortar os nomes dos atores principais”.¹⁷⁴ Impor um nome ou conhecer os nomes implica, pois, num certo poder¹⁷⁵. Acuña faz questão de expressar seu conhecimento, e informar cada ponto de sua viagem. Sua história é sempre uma história rigorosamente localizada, com atenção as circunstâncias topográficas, hidrográficas, climáticas, e claro, para as características de sua população. Tudo lhe era de interesse e cabia que tudo fosse devidamente registrado, para que “anotando e observando todo o necessário, pudesse dar a total e devida notícia do mencionado descobrimento”¹⁷⁶.

A viagem, a escrita e o espaço são elementos que aparecem articulados e que foram constantemente acionados no intuito de construir um discurso legítimo. A experiência da viagem era evocada e tudo o que ela permitiu conhecer. O trabalho com esses três elementos garantiria a posse sobre os territórios. Aquele que conhecia o espaço pela viagem e fazia a sua narrativa seria o seu descobridor. Para Acuña, as chaves do *descobrir* eram: saber onde se pretendia chegar; estabelecer marcos na via suscetíveis de conduzir os viajantes ao seu destino; conseguir traçar a rota que os reconduziria ao porto de largada; e, finalmente, saber regressar ao mesmo destino e chegar a salvo.

E expressivo quando Acuña faz o relato da reação de um “nativo” frente à constatação da navegação feita pelos espanhóis de toda a calha do rio Amazonas. O jesuíta habilmente atribui ao índio, o argumento para a legitimação do poderio espanhol para a região, que ele acreditava ser suficiente para garantir a posse daqueles espaços disputados: a navegação e conseqüentemente, no entendimento de Acuña, a descoberta do rio Amazonas¹⁷⁷. Vejamos:

¹⁷³ ACUÑA, op.cit. p. 126.

¹⁷⁴ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 260.

¹⁷⁵ CERTEAU, *A invenção...*, op. cit., p. 206.

¹⁷⁶ ACUÑA, op.cit, p.32.

¹⁷⁷ O jesuíta Manuel Rodríguez comunga da opinião de Acuña: “mostrando todos el gozo que tenían de ver en sus tiempos **no sólo** descubierto, sino también navegado, desde su fin asta sus principios, el famoso río de las Amazonas”. In: RODRÍGUEZ, op. cit., p. 183.

Melhor entendimento e discurso apresentou outro nativo, ao lhe ser perguntado por que, estando seus companheiros refugiados no mato, receosos da aproximação dos espanhóis, saía ele sozinho, apenas com alguns parentes, tão sem temor de cair-lhes nas mãos. Respondeu ele considerar que gente que havia subido o rio uma vez, em meio a tantos inimigos, e descido de novo, sem dano algum, e que, ao assenhorear-se deste grande rio, voltara a navegá-lo e povoá-lo muitas vezes mais; sendo assim, não queria andar sempre sobressaltado, escondendo-se; e preferia de bom grado reconhecer como amigos aqueles que os outros teriam de receber a força.¹⁷⁸

¹⁷⁸ ACUÑA, op. cit., p. 103.

N V E V O
DESCUBRIMIENTO
DEL GRAN RIO DE LAS
AMAZONAS.

POR EL PADRE CHRSTOVAL
de Acuña, Religioso de la Compañia de
Iesus, y Calificador de la Suprema
General Inquificion.

AL QVAL FVE, Y SE HIZO POR ORDEN
de su Magestad, el año de 1639.

POR LA PROVINCIA DE QUITO
en los Reynos del Perú.

AL EXCELENTISSIMO SEÑOR CONDE
Duque de Oliuares.



Con licencia; En Madria, en la Imprenta del Reyno,
año de 1641.

ILUSTRAÇÃO 10 - FRONTISPÍCIO DE “NUEVO DESCUBRIMIENTO DEL GRAN RIO DE LAS AMAZONAS” DE CRISTÓBAL DE ACUÑA (1641, PRIMEIRA EDIÇÃO)

2. *Experiência e Verdade*

E significativo o papel que a experiência do sujeito vai assumir nos processos de descobrimento, e conseqüentemente, no modo de narrar o Novo Mundo¹⁷⁹. A emergência do sujeito individual, enquanto estância fundamental no processo de conhecimento gerou a crise do paradigma imanentista (cosmovisão que se sustenta no caráter imanente da verdade – próximo ao mundo criado. Deus manifestaria a verdade nas próprias coisas do mundo, sem a necessidade de testemunhos individuais ou de fatalidades humanas produzidas) e a formação doutro, que irá caracterizar os tempos modernos em geral, onde a posição solar será preenchida pela capacidade e condições de conhecimento do sujeito individual¹⁸⁰. A crença aos poucos cede lugar à experimentação.

com a experiência, o pensamento estabelece uma nova modalidade de razão, operante partir das coisas do mundo. Experiência quer dizer prova, tentativa, ensaio. Na época dos descobrimentos, a palavra experiência designava o conjunto de aquisições do espírito em contato com a realidade. Já no fim do XVI, o termo adquire conotações científicas, significando ‘praticar operações destinadas a estudar algo’. A etimologia nos ensina que experiência liga-se a importante raiz indo-européia per que quer dizer ‘ir adiante’, ‘penetrar em’...¹⁸¹

A viagem estava ligada ao apelo constante à experiência pessoal e autoridade do testemunho. A autoridade baseava-se na evocação do que pessoalmente viu e ouviu, e era na sua constante afirmação que o autor de um relato pretendia garantir a veracidade de seu texto.¹⁸² A narrativa sobre um espaço imenso e pleno de novidades, enfim, de “um rio de água doce navegado por mais de mil e trezentas léguas, e todo ele, da nascente ao fim, cheio de novidades”¹⁸³, precisava possuir elementos que garantissem a aceitação dos escritos como parceiros “da verdade”.

¹⁷⁹“Para um mundo que ao mesmo tempo, se ampliava e se reduzia (à medida que seus limites, outrora desconhecidos, foram sendo descobertos e controlados), a partir de múltiplas estratégias de conquista, também deveriam ser descobertas novas formas de narrativa que pudessem dar conta do cenário que se queria descrever”. In: MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos. Viagens e Viajantes na História da expansão e da conquista. Portugal, séculos XV e XVI*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 3ª edição, 1998, p. 34-35.

¹⁸⁰ LIMA, Luiz Costa Lima. O transtorno da viagem. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *A Crônica: gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992.p. 43.

¹⁸¹ NOVAIS, op. cit., p. 09.

¹⁸² GREENBLAT, op. cit., p. 164.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 36.

Neste sentido, o excelente trabalho de François Hartog, em seu livro *O espelho de Heródoto*¹⁸⁴ nos auxilia a refletir sobre estas questões. De acordo com o historiador:

Se a narrativa se desenvolve justamente entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto, a questão é então perceber como ela ‘traduz’ o outro e como faz com que seu destinatário creia no outro que ela constrói. Em outros termos, trata-se de descobrir uma retórica da alteridade em ação no texto, de capturar algumas de suas figuras e de desmontar alguns de seus procedimentos – em resumo, de reunir as regras através das quais se opera a fabricação do outro (...) as diversas figuras são postas em movimento pelo narrador, que intervém de múltiplos modos no interior de sua própria narrativa. A leitura deve pois atentar para todas as marcas de enunciação, que apresentam estas figuras e que, para o destinatário, as carregam finalmente com um peso específico de persuasão.¹⁸⁵

Assim, não basta apenas operar a tradução do *Outro*, é necessário, também, garantir que a sua tradução seja aceita como a mais fiel e próxima da verdade daquilo que se quer conhecer. Para Hartog, são quatro as figuras de enunciação, ou ainda, quatro operações que são postas em ação no exercício de narrar a alteridade e de garantir junto ao leitor a credibilidade para o que está sendo narrado. São elas: *eu vi*, *eu ouvi* – mas também *eu digo*, *eu escrevo*.

No caso das narrativas escritas no âmbito das viagens do século XVII, na Amazônia Ibérica, existia uma clara preocupação dos autores em construir, para o seu destinatário, uma malha de credibilidade que permitisse que a sua versão da descoberta fosse aceita como verdadeira. É nesse sentido o apelo constante dos autores à experiência da viagem, ao que viu e ouviu, ao testemunho do outro e mesmo ao seu próprio lugar social.

Curioso leitor, a novidade e a descrença nas grandes coisas nasceram tão irmanadas que mais parecem gêmeas de um parto único. Do mesmo modo que a admiração deve encarar o novo com cautela, o acreditar periga no espírito dos mais prudentes. E embora seja verdade que o poder da curiosidade natural nos inclina a saber de novidades, a incerteza quanto a veracidade delas priva o entendimento de maior deleite que sem dúvida usufruiria se, persuadido do certo, depositasse toda perplexidade no duvidoso. **Desejando, portanto, levar ao conhecimento de todos o novo descobrimento do grande rio das Amazonas, e acreditando que, apesar da novidade, isso seria apreciado, eu não deixaria, contudo, de ter receio quanto à veracidade, razão por que quis assegurar-te de uma e outra coisa.** A primeira, prometendo-te um novo mundo, nações novas, ocupações novas, um modo de viver novo e, para resumi-lo em poucas palavras, um rio de água doce navegado por mais de mil e trezentas léguas, e todo ele, da nascente ao fim, cheio de novidades. A segunda, expondo a teus olhos meus deveres de religioso da Companhia de Jesus, de sacerdote, de legado de Sua Majestade e outros, que nem a ti importa sabê-los, nem a mim dizê-los; e se, com isso, te

¹⁸⁴ HARTOG, *O espelho...*, op. cit.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 228.

convenceres do empenho e cuidado com que trabalhei, me basta. Ouve os que, de fora, com testemunho sob juramento, certificam esta Relação.¹⁸⁶ [grifo nosso]

E disso **só posso dar verdadeira relação**, por tê-lo **navegado e experimentado** (...); e todo o contido nessa relação o certifico e juro pelos Santos Evangelhos ser tudo verdade por ter andado nele e **visto com meus próprios olhos** e me ter certificado de muitas coisas para não parecer fabuloso.¹⁸⁷ [grifo nosso]

Se o novo incita ao descrédito (Acuña) ou pode beirar ao fabuloso (Teixeira) a atividade de narrar um espaço imenso e cheio de novidades precisa possuir elementos que vão garantir credibilidade e aceitação de seus escritos como parceiros da verdade. Neste sentido, os olhos atuariam como testemunho da verdade. A verdade seria dada por aquilo que se viu. Assim, o espaço da experiência parece identificar-se com o domínio do olhar atento, da vigilância empírica aberta para a evidência dos conteúdos visíveis.

Tudo no sonho de posse europeu se baseia no testemunho, entendido como uma forma de visão significativa e representativa. **Ver é assegurar a verdade** [grifo nosso] daquilo que de outra forma poderia ser considerado incrível (...). Mas, embora essencial, ‘o testemunho certo e verdadeiro’ do observador é quase sempre insuficiente, pois não há tempo, como desde o começo reconheceu Colombo para ver tudo o que foi ‘descoberto’. O descobridor vê apenas um fragmento e o resto ele imagina no ato da apropriação. O complemento que a imaginação fornece à visão amplia o campo perceptivo, abrangendo vales e colinas distantes, toda uma ilha ou todo um continente, e o pouco que realmente viu torna-se por metonímia, uma representação do todo. Essa representação, por seu turno, é transmitida, relatada a um público, e o ver se transforma no testemunhar.¹⁸⁸

A visão, entendida como ato de ver, é a faculdade de observar, verificar, certificar. Mas ao mesmo tempo, é a incógnita da ilusão e do engano, da fascinação e da maravilha. Acuña não deixou de especular, assim como o fez o jesuíta Alonjo Rojas que acompanhou a esquadra portuguesa comandada por Pedro Teixeira na viagem que subiu o rio Amazonas. Ao lado de aguçadas observações estratégicas, como já havíamos comentado anteriormente (capítulo II), Alonjo Rojas reservou algumas laudas de seu relato, para a leitura da Amazônia pelo viés religioso, em que a herança bíblica e medieval da busca pelo Paraíso era manifesta:

O rio Amazonas (...) podemos classificar de maior e mais célebre do orbe. Pois se o Ganges rega toda a Índia, e, de tão caudaloso, escurece o mar quando nele deságua, fazendo-o perder seu nome e chamar-se Sinu-Gangético, ou Golfo de Bengala; se o Eufrates, afamado rio da Síria e parte da Pérsia, faz as delícias desses reinos; Se o Nilo irriga o melhor da África,

¹⁸⁶ ACUÑA, op. cit., p. 36.

¹⁸⁷ TEIXEIRA, op. cit. .

¹⁸⁸ GREENBLAT, op. cit., p. 162.

fecundando-o com sua corrente – o rio das Amazonas banha reinos mais extensos, fertiliza mais planícies, sustenta mais homens e aumenta com suas águas oceanos mais caudalosos. Para vencê-los em felicidade, só lhe falta ter origem no Paraíso, como daqueles afirmam grandes escritores...¹⁸⁹

Acuña não só reproduziu esse fragmento do texto de Rojas em sua crônica, como também, em seu relato cedeu algumas laudas a escrita e especulação da localização dos lugares desejados como *El Dorado*, e de seres míticos como as guerreiras Amazonas, e dos fabulosos gigantes que andavam nus e ricamente adornados, chegando a medir “dezesseis palmos de altura”, reforçando o imaginário europeu sobre a região.

Segundo informações [grifo nosso] de pessoas que os haviam visto, e que se ofereciam para levar-nos até suas terras, são gigantes de dezesseis palmos de altura, andam nus e usam enormes medalhas de ouro nas orelhas e no nariz.¹⁹⁰

Entre essas nações, todas falando diferentes línguas, **de acordo com as notícias** [grifo nosso] que pelo reino de Nova Granada corre, está o sonhado Lago Dourado, que mantém tão inquietos ânimos de toda a gente do Peru. Não afirmo com certeza, mas queira Deus que um dia saíamos dessa perplexidade.¹⁹¹

O que os Tupinambás nos disseram veio também confirmar **as longas notícias** [grifo nosso] que por todo o rio recolhemos sobre as famosas Amazonas, das quais adveio o nome desde o começo (...). Os argumentos que há para ratificar a existência da província das Amazonas neste rio são tantos e tão fortes, que não lhes dar crédito seria faltar a fé humana.¹⁹²

O lugar de desejo estava no interior. Acuña especulou, como já haviam feito todos os seus precursores, sobre a localização do *El Dorado* e a existência das Amazonas. A selva permanecia um mundo de maravilhas, fascinação e perigo.

En la medida en que el espacio conocido se ha ido ensanchando, los límites de países legendarios y la localización de las islas paradisíacas han retrocedido en ese círculo cada vez más amplio y lejano de lo desconocido. La invención imaginativa se há refugiado en espacios recónditos y su preservación se ha garantizado únicamente gracias a la distancia y la inaccesibilidad.¹⁹³

Acuña não se arriscou a dar tudo como verdadeiro. Teve o cuidado de dizer que se tratavam de notícias que chegavam aos seus ouvidos e que imediatamente ganhavam status de

¹⁸⁹ ACUÑA, op. cit., p. 68.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 134.

¹⁹¹ Ibidem, p. 130.

¹⁹² Ibidem, p. 152.

¹⁹³ AINSA, *De la edad...*, op. cit., p. 24.

testemunho. Para alcançar o que se situa além do que a sua vista pudesse atestar, o testemunho da visão deve inevitavelmente dar lugar ao *ouvi dizer*.¹⁹⁴

Acuña dedicou-se ainda à escrita “das coisas do rio e de suas entradas”.¹⁹⁵ A preocupação do jesuíta era fazer uma descrição cuidadosa e pontual dos caminhos percorridos, com especial atenção para as entradas possíveis no rio Amazonas: “meu desejo é tão somente esclarecer e assinalar, como com o dedo, todas as portas por onde, a partir das regiões do Peru, podem seus habitantes ter acesso certo a este grande rio”.¹⁹⁶

Essa postura reflete, também, a preocupação quanto à conservação dos domínios coloniais espanhóis. Acuña esteve bastante lúcido para a situação colonial que vivia e conseguia dosar a ameaça do avanço dos portugueses sobre a região amazônica. A situação ficou ainda mais crítica quando Teixeira pôs em ação a determinação oficial de tomar posse de um território em nome da Coroa portuguesa, que ultrapassava os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, estabelecendo, assim, uma nova fronteira no interior da região.

Conforme consta no auto de posse:

Anno del nacimiento de Nuestro Señor Jesucristo de mil y seiscientos y treynta y nueve años a los veynte y seis dias del mes de Agosto en frente de los Eurajaris y las bocas del Rio de oro, estando allí Pedro Teixeira Capitan mayor por su Magestad de las entradas y descubrimiento de Quito, o Rio de las Amazonas, y viendo la derrota del dicho descubrimiento mandó venir ante si Capitanes, Alferes y soldados de sus compañías y presentes todos les comunicó y declaró que el traia orden del Governador del estado del Marañon conforme al regimiento que tenia el dicho Governador de su Magestad para descubrir el dicho descubrimiento un sitio que mejor le pareciesse para hazerse en el una poblacion y por quanto aquel, en que al presente estaban, le parecia coveniente assi por la tierra de oro, de que avia noticia, como por ser buenos ayres y campiñas para todas las plantas, pastos de ganado, y crias, les pedia sus pareceres, por quanto tenia ya visto todo ó lo más del descubrimiento y Rio; **y luego por todos y cada uno fué dicho, que en tido el discurso del dicho descubrimiento no havia sitio mejor, ni mas acomodado y suficiente pra la dicha poblacion que aquel en que estaban por las razones dichas y declaradas lo qual visto por el dicho Capitan mayor en nombre del Rey Felipe quarto Nutro Señor, tomo posesion por la corona de Portugal del dicho itio y las demas tierras, Rios, navegaciones y comércios, tomando tierra en las manos y echandola al ayre, y cavando com un azadon deciento en altas voces, que tomaba posesion de dichas tierras y sitio en nombre del Rey Felipe qarto Nuestro Señor por la corona de Portugal.** [grifo nosso] Si avia, quien a dicha posesion contradixese o tubiesse embargos, que alli estava un escribano de la dicha jornada y descubrimiento y que el los recibiria; Por quanto alli vinieron Religiosos de

¹⁹⁴ GREENBLATT, op. cit., p.164

¹⁹⁵ ACUÑA, op. cit., p. 106.

¹⁹⁶ Idem.

la Compañía de Jesus por ordem de la Audiencia Real de Quito y por ser tierra remota poblada solamente de Índios, no hubo por ellos ni por otros, quien le contradixesse dicha posesion: por lo qual Yo Escribano tome tierra en las manos, y se la di en mano del dicho Capitan mayor, y en nombre del Rey Felipe quarto Nustro Señor lo hube permitido é investido en dicha posesion por la corona de Portugal del dicho sitio el dicho Capitan mayor puso por nombre la Franciscana, de todo lo qual Yo escribano hize este auto de posesion, en que puso su firma el dicho Capitán mayor y los testigos que presentes.¹⁹⁷

Francisco M. Padrón, em seu estudo acerca das cerimônias de posse do território americano e sua fundamentação jurídica, analisa as repetidas tomadas de posse de um mesmo cenário, fosse por conta da localização estratégica do território ou pelas dificuldades que a região impunha à colonização.¹⁹⁸ Para o autor, em espaços de disputa e de tensão, os códigos de posse deviam ser constantemente renovados, principalmente, nos pontos onde “el amago extranjero se dejaba sentir con bastante fuerza y donde de continuo había de estar alerta elevando una barrera colonizadora o un monumento jurídico si la zona no estava colonizada”.¹⁹⁹

Acuña estava lá, mas nada falou. Sua leitura da situação foi expressa no documento sigiloso que ele redigiu, endereçado ao Conselho das Índias: trata-se do *Memorial ao Real Conselho das Índias*²⁰⁰, datado de 1641, portanto, depois da restauração portuguesa. O documento expressa a preocupação do jesuíta no que diz respeito à conservação dos domínios coloniais espanhóis na Amazônia. De acordo com Acuña, ainda que a boca do rio já estivesse definitivamente perdida para os portugueses, não se poderia “desistir nem retardar a posse deste grande rio”.²⁰¹ Para ele, era necessário e urgente o controle das principais entradas para o rio Amazonas, desde a província de Quito, bastando para isso “que capitule as entradas que mais convenham pelos rios”.²⁰² A parte espiritual da empresa dessas conquistas, no tocante a conversão e ensino dos nativos, caberia aos jesuítas, uma vez que:

... neste particular descobrimento, com não pequeno título, podem mostrar algum direito, já que seus filhos não apenas iluminaram, à custa de seu zeloso trabalho e zelo, e também de muitos ducados, as sombras de um novo e vasto império que, banhando este grandioso rio, oferece grandes incrementos à Real Coroa de vossa Majestade, como também pela posse de mais de quarenta anos, adquirida pelo sangue do ditoso Padre Rafael Ferrer, derramado pelos

¹⁹⁷ A transcrição integral do *Auto de posse de Pedro Teixeira* está no anexo III.

¹⁹⁸ PADRON, Francisco Morales. Descubrimiento y toma de posesion. *Anuários de Estudos Americanos*, tomo XII, Sevilha, 1955, p. 379.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 364.

²⁰⁰ A transcrição integral do *Memorial ao Real Conselho das Índias*, escrito por Acuña, está no anexo IV.

²⁰¹ ACUÑA, op. cit., p. 171.

²⁰² *Ibidem*, p. 172.

nativos, aos quais pregava nas cabeceiras deste rio. Para manterem este direito os padres da Companhia de Jesus que em Santiago de las Montañas há anos cultivam, com sua doutrina, os principais caudais dessa nova conquista...²⁰³

Tocamos aqui num ponto nevrálgico. Acuña, ao apontar os jesuítas como os sujeitos que seriam os responsáveis pela conversão dos nativos – baseado num direito adquirido, considerando que “seus filhos não apenas iluminaram à custa de seu zeloso trabalho, e também de muitos ducados, as sombras de um novo e vasto império”, como também, pelos trabalhos iniciados pelo Padre Rafael Ferrer²⁰⁴, nos anos de 1599 junto aos *Cofanes*, na região do Alto Amazonas – restaurou a discussão sobre os interesses e o espaço de atuação dos jesuítas e franciscanos na região.

A polêmica já havia sido estabelecida, antes mesmo da viagem e da escrita da narrativa de Acuña, ou seja, no momento em que se deu a escolha das duas pessoas que deveriam acompanhar a esquadra portuguesa na viagem de regresso ao Pará – de acordo com a ordem expressa pelo vice-rei do Peru, para que “por parte de la Real Audiencia y en nombre de S. M. descubriesen y marcasen la longitud, espacios, y provincias y localidades de toda aquella tierra y gran rio de las Amazonas hasta su boca del mar, y despues dar cuenta de todo á S.M. é á su Real Consejo de Indias”.²⁰⁵ A escolha gerou grande confusão:

... se achava já prompto o Capitão mór Pedro Teixeira para se por em marcha; mas continuando as contradicções na Cidade de Quito sobre a nomeação dos dous sujeitos, que havião de seguillo, se dilatava ainda a sua ultima expedição, até que o Fiscal da Real Audiencia Belchior Soares de Poago, Ministro muy zeloso do serviço de Deos, e de seu Principe, maduramente ponderando, que a Companhia de Jesus desempenharia por todos os princípios o acerto da escolha, propoz este discurso no mesmo Tribunal; e merecendo elle huma uniforme aprovação, se mandou logo communicar ao Padre Francisco Fuentes, Provincial da mesma Companhia. Estimou este exemplar Prelado, como grande honra da sua sagrada Religião, o conceito, que fazião della huns tão doutos ministros; e tratando-o já como inspiração da alta Providencia, elegeo promptamente para tamanho emprego o Padre

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ De acordo com Pablo Maroni, a Companhia de Jesus começou seus trabalhos em Quito em 1586. O Padre Rafael Ferrer “valenciano de nación, muy exercitado en misiones entre españoles, (...) entro á esta espiritual conquista el año de 1559 con facultades auténticas de la Real Audiencia en lo secular, y del señor obispo, don fray Luis Lopez de Solís, en lo espiritual; y habiendo penetrado felizmente hasta la provincia de los Cofanes, situada en las riberas del rio Aguarico, fundó con aquellos bárbaros varias reducciones, (...) sendo el primer sacerdote que entró por las puertas de aquellos rios y naciones la luz del Evangelio y gracia del sagrado Baptismo que administró á muchos, reduciéndolos por vía de paz, antes que ningun español entrase por ahí cõn estruendo de armas”. MARONI, Pablo S. J. *Notícias Autênticas Del Famoso Rio Marañon (1738)*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, 1986 (Monumenta Amazônica, Série Misioneros de Maynas, IIAP – CETA). p. 210.

²⁰⁵ BARNUEVO, op. cit., p. 130.

Christovão da Cunha, Reitor actual do Collegio de Cuenca, irmão do Corregedor D. João Vasques (...) e em segundo lugar o Padre André de Artieda, Leitor de Theologia nos estudos de Quito, Religiosos ambos de tantas letras, como virtudes.²⁰⁶

A indicação dos padres jesuítas Cristóbal de Acuña²⁰⁷ e Andrés de Artieda gerou insatisfação por parte dos religiosos de São Francisco que, obviamente, esperavam a nomeação de um dos seus para a nova empreitada. A escolha dos jesuítas foi duramente questionada pelo Padre Jose Maldonado²⁰⁸, Comissário Geral das Índias dos Franciscanos. Suas palavras fizeram uma severa crítica aos manejos políticos que favoreceram os jesuítas em detrimento dos franciscanos.

... en breve determinaron que viniese en primer lugar el P. Cristóbal de Acuña... muy aficionado del presidente de aquella Audiencia y juntamente hermano del corregidor de la ciudad de Quito, Don Juan Vasquez de Acuña... se facilitó sua venida, poniéndose de buena voluntad por su religión, por su amigo y hermano a los trabajos y provincias que no había visto en su vida y con gente que no conocía ni había tratado.²⁰⁹

²⁰⁶ BERREDO, op. cit., livro X, parágrafo 693-694, p. 304.

²⁰⁷ Cristóbal de Acuña “nació en Burgos por el año 1597 y en 1612 entró en la Compañía de Jesús, en la Provincia de Castilla. Pasó a la Viceprovincia de Chile, viajando por toda la costa de Brasil, el Río de la La Plata y Paraguay. En 1634 fue destinado a la Provincia del Nuevo Reino y Quito donde fue fundador y primer rector del colegio de Cuenca”. FIGUEROA, ACUÑA et. al., op. cit., p. 9.

²⁰⁸ Raul Reyes y Reyes, editor e autor do prólogo da edição utilizada para a pesquisa, traça uma pequena biografia do padre Maldonado, sobretudo no que se refere a sua trajetória eclesiástica: “hijo de Quito, y del convento de San Pablo de Quito, fué nombrado (...) Comisario Provincial por la Provincia Franciscana de Quito (1618). Agosto del mismo año, fué nombrado confesor de las Religiosas Descalzas del Convento de Valdemoro, cargo que ejerció durante 23 años, y posteriormente del Imperial Convento de Descalzas de Madrid (...). En 1634 fué nombrado Comisario y Procurador General de los Lugares Santos de Jerusalem (...). En 1636 fué nombrado Comisario General del Peru (Audiencia de Quito, de Lima, del Cuzco y de Charcas), cargo que renunció casi de inmediato para aceptar el de Secretario Confidente del P. General de la Orden. En 1641 fué nombrado Comisario General de las Índias”. MALDONADO, Jose. *Relación del primer descubrimiento* (...). Quito, 1942 (Biblioteca Amazonas, V). p. IV.

²⁰⁹ MALDONADO, op. cit., p. 22.

SEÑOR.

CHRISTOVAL De Acuña, Religioso de la Compañia de Iesús, que vino por orden de V. Magestad, al descubrimiento del grã Rio de las Amazonas, Cuydadoso siempre de los mayores aumentos de su Real Corona, y zeloso de que acontecimientos menos favorables, vistos a nuestras puertas, ahoguen, y impidan el lucimiento de sus afecruosos servicios: Dize, que aunque es verdad, que la principal puerta de aquel nuevo mundo descubierta, para mas en breve començar a gozar de los provechosos y ricos frutos, que liberal ofrece; es la boca principal de el, por la parte q̄ desagua en el Oceano, de las costas de el Brasil, sujeta a Portuhucês, y por esso, menos razonada, para q̄ se presente se procure esta entrada. Pero que no por esso debe V. Magestad dilatar, ni dilatar la possession de este gran rio, pues con mas facilidad, y muchos menos gastos lo podrá hazer por la Provincia de Quiró en los Reynos de el Perú, por las mesmas entradas por donde el, y sus compañeros vajaron. De que resultarán sin duda grandes servicios de Dios nuestro Señor, y de Vuestra Magestad, y se evitaran no menores inconvenientes, que de no executar lo, en breve se experimentaràn, y quizá sin remedio. Lo qual se podrá efectuar sin gastos considerables de la Real Hacienda, con solo imbiar orden a la Chancilleria de Quiró, para que capitule las entradas que mas convenga, por los rios, que en su jurisdiccion desaguan en este principal, con algunas de las muchas personas, que a su costa se ofrecen a hazer estas conquistas, solo por los intereses que de ella se facan: como son, las encomiendas de los Indios, repartir tierras, proveer officios, y otros semejantes. Cometen lo juntamente lo espiritual de ellas, en lo tocante a la conversion, y enseñanza de los naturales, a los Religiosos de la Compañia de Iesús, cuyo instituto es este, y a que con no pequeño titulo, en este particular descubrimiento, pueden mostrar algun derecho: pues sus hijos, no solo han aclarado, a costa de sus trabajos, y desvelo, y aun de muchos ducados, las sombras de un nuevo, y dilatado imperio, que viniendo de este grandioso rio, ofrece crecidos aumentos a su Real Corona de su Magestad; sino que por possession de mas de quarenta años, adquirida cõ la sangre de el dichoso Padre Rafael Ferrer, derramada por los naturales, aquenes en los principios deste rio predicava, les deb: Continuada el no perder este derecho los Padres de la Compañia, que por Santiago de las Montañas, 2 años que cultivan con su doctrina los principales ranjales de esta nueva conquista; que para continuar se necesita en aquella Provincia de Quiró, nuevos obreros de Europa, que les ayuden en tan copiosa meta. A que no duda acudirã V. Magestad con la piedad que siempre, y a liberalidad que pide la necesidad estrema de tanta inmenidad de naciones diferentes. De que resultarán los provechosos siguientes.

El primero, y que siempre lo es en el Christianissimo pecho de V. Magestad, darale sin mas dilaciones, principio a la conversion de un nuevo mundo de Indios, que miserables jazzen en la sombra de la muerte; obra tan de el servicio de Dios, que no se puede ofrecer otra que mas le agrade; y tal que por ella se vana por obligado a establecer con perpetuidad su Corona de V. Magestad, y de nuevo dilatara a mayores imperios.

Lo segundo, ahorrarãse los muchos gastos, que como forzosos, eran inescusables en esta Conquista se huviera de hazer como se intentava, por la boca de

3. *Embates textuais*

Acuña e Artieda não eram os únicos religiosos na viagem, o leigo Domingo de Brieva, que participou das duas primeiras viagens pelo Amazonas, conseguiu autorização para compor a esquadra portuguesa de retorno a Belém do Pará.²¹⁰ A Brieva se somou a presença do também franciscano Frei Agustín de las Chagas, na função de capelão, e a de dois mercedários, que tinham como missão fundar um convento em Belém do Pará.

Acuña não fez referência à presença de Brieva na viagem da qual fez parte. Comentou rapidamente a viagem dos leigos, Domingo de Brieva e Andrés de Toledo rio abaixo. Para a viagem de subida, reservou fôlego para narrativa da façanha portuguesa, falou das dificuldades da viagem, considerando a ausência de guias para a esquadra – mais uma vez, a presença de Brieva foi subtraída de sua narrativa. As repetidas “ausências” não se fizeram inocentemente. Ao que nos parece, Acuña estava preocupado em vincular o “nuevo descubrimiento” do rio Amazonas aos jesuítas; para isso, seria inevitável promover um “apagamento”, ou ainda, uma diminuição da participação franciscana nesses processos. Quando isso não foi possível, como no caso da primeira viagem, o inaciano buscou desqualificar o feito, associando-o a uma aventura que pouco contribuía para o conhecimento da calha do rio Amazonas e para os planos espanhóis de colonização e catequese da região. Em sua opinião, “a situação do nosso descobrimento estava, assim, confusa” se fazia necessário “esclarecer essas sombras”.²¹¹

Ainda que Acuña tenha ao longo de toda a sua relação, chamado a atenção de seus leitores para o caráter oficial e institucional do seu relato, uma vez que ele juntamente com Artieda seria o responsável legal pelo informe, que seria encaminhado ao Conselho Real das Índias Ocidentais, é perceptível na sua narrativa as sombras dos outros atores que participavam da viagem e das narrativas que estavam sendo escritas, e que poderiam concorrer diretamente com a sua.

²¹⁰ Só temos acesso a essa informação pelos textos escritos pelos próprios franciscanos, que se dedicaram à narrativa das viagens de descobrimento. Cristóbal de Acuña não fez qualquer menção à presença de Domingos de Brieva. Nem mesmo os textos que foram escritos mais tarde, como é o caso da *História* do Padre Manuel Rodríguez, narram a presença do leigo franciscano. O texto de Berredo, por uma questão óbvia, se baseia nos textos de Acuña e Rodríguez para dar conta daquele momento da história colonial; também não há referência a Brieva. Ver: LA CRUZ, op. cit. e MALDONADO, op. cit.

²¹¹ ACUÑA, op. cit., p. 58.

Como tal, pois, e como pessoas a quem tantas obrigações levam a ser rigorosas no que nos foi incumbido, peço aos que está relação lerem que me dêem o devido crédito, porquanto sou uma dessas pessoas, e, em nome e por acordo comum, tomei a pena para escrevê-la. Digo isto porque outras que poderão vir à luz talvez não sejam tão condizentes com a verdade, como conviria. Esta o será, e tanto, que em caso algum eu nela porei o que não possa, de cara limpa, atestar, com mais de cinquenta espanhóis, castelhanos e portugueses, que fizeram a mesma viagem, afirmando o certo pelo certo e o duvidoso pelo duvidoso, para que, em assunto tão sério, e de tamanha importância, **ninguém se aventure a acreditar em mais do que nesta relação se afirma** [grifo nosso].²¹²

Falei até aqui, em geral, de tudo que toca a este grande rio das Amazonas. Mister é agora, descendo ao particular, tratar de suas entradas, nomear seus portos, averiguar as águas das quais se alimenta, desentranhar suas terras, assinalar suas elevações, anotar as características de suas nações; enfim não deixar de lado coisa alguma que seja digna de saber-se, pois, **como testemunha de vista e enviado de sua Majestade para tudo investigar, poderei melhor que outros, dar conta do que me foi incumbido** [grifo nosso].²¹³

... ambos cumpriram o que lhes competia no tocante ao serviço de Sua Majestade, por quem foram enviados como bons e fiéis vassallos seus, anotando e observando todo o necessário, para darem a total e **devida notícia do mencionado descobrimento, e aos quais se devem dar inteiro credito, mais que a qualquer outro integrante da mesma jornada** [grifo nosso].²¹⁴

O fato é que, ao mesmo tempo em que Acuña apresentava seu relato e memorial ao Conselho das Índias Ocidentais, o Comissário Geral das Índias, o franciscano Jose Maldonado, enviou ao rei Felipe IV, em 1642, um informe sobre as viagens dos leigos pelo rio Amazonas e dos trabalhos que os franciscanos desenvolviam na região de Putumayo y Aguarico, desde os anos de 1632, com o título *Relación del primer descubrimiento del río de las amazonas, por outro nombre, del Marañón, hecho por la religión de nuestro padre San Francisco, por meio de los religiosos de la provincia de San Francisco de Quito. Para informe de la Católica Majestad del Rey, nuestro Señor, y su Real Consejo de las Indias. Por el Padre Fray Jose Maldonado, natural de Quito, Comisario General de la Orden Franciscana de todas las Indias.*

Maldonado escreveu seu relato a partir dos dados fornecidos por Domingos de Brieva – que participara das três viagens pelo rio Amazonas – e dos conhecimentos sobre a região adquiridos quando, ainda criança, ouvia os relatos de seu pai, o capitão Jose de Villamor y Maldonado “descubridor y pacificador de los Quijos”, e de sua mãe, Maria de Illanes, filha de Juan de Illanes, um dos companheiros de Orellana em sua viagem pelo rio Amazonas em

²¹² Ibidem, p. 67.

²¹³ Ibidem, p.106.

²¹⁴ Ibidem, p. 39.

1642, e, mais tarde, quando pode percorrer a região: “... esta breve relación, que del examen de este religioso, testigo de vista fidedigno, y de las noticias que pude tener siendo mozo, de las conversaciones con mi padre, encomenderos y soldados, siendo después religioso, de haber andado algunas veces en aquellas tierras...”²¹⁵

A leitura do índice do seu relato, já nos fornece alguns indicativos dos passos para a construção argumentativa de Maldonado.

- I. Relación del **primer Descubrimiento** del **Río de las Amazonas** por otro nombre el Marañón, que ha hecho la religión de Nuestro Padre San Francisco por medio de los religiosos de la Provincia de Quito;
- II. **Segundo Descubrimiento** de este gran Río, hecho por cuatro religiosos de la Orden de Nuestro Padre San Francisco de la misma provincia de Quito, año de mil seiscientos treinta y cuatro;
- III. **Tercer Descubrimiento** de este **Río de las Amazonas**, que hicieron siete religiosos y dos donados de nuestro Padre San Francisco de la misma provincia de Quito, y algunas cosas prodigiosas que en él sucedieron, año de mil seiscientos treinta y cinco;
- IV. **Descubrimiento cuarto** que hicieron del Río de las Amazonas dos religiosos de nuestro Padre San Francisco, el uno de la provincia de Quito y otro de la Rávida, el año de mil seiscientos treinta y ocho;
- V. **Jornada** que hicieron en el **río de San Francisco de Quito**, ya del todo descubierto y navegado, dos Padres de la Compañía de Jesus con dos religiosos de la Merced y otros de nuestra seráfica religión, el año de mil seiscientos y treinta e nueve. [grifo nosso]

Notemos que o rio que era antes chamado de Amazonas passa a ser chamado de São Francisco. Maldonado, ao se referir a viagem de Acuña, não fala em *descobrimiento*, mas sim em *jornada* pelo rio já de todo “descoberto y navegado”. Na viagem de Acuña, o rio já estava descoberto. Outro aspecto que nos chama atenção é o de atrelar a viagem – e, logo, a descoberta – à ordem dos franciscanos e não aos sujeitos que participaram da viagem. Na leitura de Maldonado, quem navegou, portando descobriu.

²¹⁵ Ibidem, p. 4.

**RELACION
DEL PRIMERO
DESCUBRIMIENTO**
del Rio de las Amazonas, por
otro nombre, del Marañon,
hecho por la Religion de nues-
tro Padre San Francisco, por
medio de los Religiosos de la
Prouincia de S. Francisco
de Quito.

PARA INFORME DE
la Catolica Magestad del Rey
Nuestro Señor, y su Real
Consejo de las In-
dias.

A provocação do frei Jose Maldonado foi prontamente respondida num manuscrito que correu a região. O manuscrito, de 1643, de Rodrigo de Barnuevo²¹⁶, Superior Provincial dos Jesuítas em Quito, circulou sob o título *Relación Apologética, así del antiguo como del nuevo descubrimiento del río de Las Amazonas o Marañón, hecho por los religiosos de la Compañía de Jesús de Quito, y nuevamente adelantado por los de la Seráfica Religión de la misma provincia para el desagravio de lo que lenguas y plumas impuntan a la Compañía de Jesus, y verdadero informe de la Católica Magestad del Rey Nuestro Señor y de su Chancillería de Quito y Real Consejo de Las Índias.*

A argumentação de Barnuevo foi construída do seguinte modo: o jesuíta localizou e qualificou os descobrimentos como *antigo descubrimiento* (Ferrer) e *novo descubrimiento* (Acuña). Na sua formulação, o direito dos jesuítas ao título de descobridores era dado pelo fato de terem sido os desbravadores da região, linha de frente no processo de colonização e evangelização da Amazônia. Para tal, remontou aos trabalhos iniciados por Rafael Ferrer, cujo corpo e sangue navegaram toda a extensão do rio, como prenúncio dos trabalhos que se seguiriam pela região e da consagração do espaço amazônico aos jesuítas. Nas palavras de Barnuevo:

cuán antiguo es el derecho que tiene la Compañía de Jesus (...); pues alla fue la primera que desde sus primeros principios y entrada en esta provincia de Quito, con provisiones autenticas de su Real Audiencia y Señores Obispos, despachó sus hijos, más há de cuarenta años, á la conquista espiritual de aqueste río y sus dilatadas provincias, alimentando con leche de la fé á pueblos enteros (...) en cuja demanda, el P. Rafael Ferrer, de la Compañía de Jesus, primero caudillo y capitan de aquella empresa, acabó á manos de los indios á quien enseñaba y predicaba a ley evangélica, haciendole pedazos en los peñoles y errebatadas corrientes de un rio, dejando las peñas matizadas y las aguas tenidas con su sangre, y el lugar consagrado con su cuerpo; (...) e envuelto en su mesma sangre, fuese consagrado y regando todas aquellas ribeiras hasta entrar en la madre del rio principal, anunciándole el bien que hábia de venir en los tiempos vinideros por el riego de su sangre derramada, que es la primera, navegando primero su corpo muerto las ondas y aguas que después sus hermanos de la religión y fe habian de navegar vivos en su seguimiento.²¹⁷

²¹⁶ Rodrigo de Barnuevo nasceu na Espanha em 1587 e “entró en la Compañía de Jesus en 1604 llegando al Perú el mismo año. Fue superior de Juli y en Arequipa (...) fue nombrado rector del colegio de Quito y posteriormente ocupó el cargo de Provincial de la Provincia del Nuevo Reino de Granada, entre 1643 y 1649. Finalmente lo hicieron rector del colegio de San Pablo de Lima. Parece que murió por lê año de 1653, aunque hay discrepancias entre las biografías en cuanto a está fecha y varias otras de su vida (Torres Saldamando 1888:233-4; Uriarte y Lecina 1925, I:432)”. FIGUEROA, ACUÑA et. al., op. cit., p. 10.

²¹⁷ BARNUEVO, op. cit., p.112-113.

Rodrigo de Barnuevo reivindicou o direito de descobridores para os jesuítas. Clamou pelo direito de posse dos jesuítas, como os primeiros descobridores – o que poderia ser atestado nos documentos oficiais probatórios, sobretudo missivas, e ainda pelo testemunho dos trabalhos dos jesuítas dado por índios e colonos. Contra-argumentou a afirmação de Maldonado de que os jesuítas nunca estiveram por aquelas paragens na ocasião da nomeação de Acuña. E voltou a enfatizar o aspecto aventureesco da viagem dos franciscanos.

Si con atención se lee esta relación y la que el Padre Cristobal de Acuña sacó de su viaje a Madrid, donde claramente dice y no niega las entradas á este rio que por los años del Señor de 1635 y 36 hicieron los religiosos legos del seráfico Francisco, pues una entrada tan tardía no puede empecer al derecho de la Compañía de Jesus, anticipada por más de cuarenta años, no con una entrada hecha acaso, sino con muchas continuadas muy de propósito y fundamentadas y adquiridas con el sudor y sangre de sus hijos (...) y que así, no la negociacion, no el favor con que motejan, sino el mérito y el derecho, fué quien dignamente eligió á los Padres de la Compañía de Jesus para la empresa de este descubrimiento.²¹⁸

Em 1651 o franciscano Laureano de la Cruz escreve, *Nuevo descubrimiento del rio de Marañon llamado de Amazonas hecho por la religion de San Francisco ano de 1651*, alimentando e polemizando ainda mais a disputas e desagrvos entre os jesuítas e franciscanos. Laureano relata as obstinadas tentativas feitas pelos frades franciscanos para catequizar os índios na região do Alto Amazonas, as rivalidades entre a sua ordem e a dos jesuítas, as intrigas da corte em Quito e, ainda, detalhes da viagem de Pedro Teixeira. O seu escrito foi o primeiro depoimento de um europeu que viveu na região por muito tempo, em contato permanente com as populações indígenas, o que o torna um documento precioso aos historiadores etno-historiadores.²¹⁹

Diante deste quadro de produção textual missionária, brevemente esboçado neste capítulo, o que percebemos é que estamos diante de um campo polissêmico, com múltiplas imagens e versões sobre cada um dos vários descobrimentos do rio Amazonas, cada qual tentando, na medida do possível e de acordo com o confronto das chancelas oficiais, conquistar seu espaço de atuação na colonização da região. Lidamos com embates da memória.

²¹⁸ Ibidem, p. 130

²¹⁹ Antonio Porro faz o seguinte comentário sobre o autor e sua obra: “Laureano de la Cruz, da província franciscana de Quito, participou ativamente da exploração e catequese do Napo e do alto Amazonas entre 1636 e 1651. Depois de historiar a viagem rio abaixo dos leigos franciscanos Brieve e Toledo (1636-37) e a expedição de Pedro Teixeira (1637-38), narra a sua própria permanência de três anos (1647-50) entre os Omagua, desde Loreto até a foz do Iça, e finalmente sua viagem até Belém, onde chegou em fevereiro de 1651”. PORRO, *O povo...* op. cit., p. 185.

Nesse espaço de disputa, as questões eram resolvidas no âmbito da escrita. Para uma cultura como a ibérica, que colocava a escrita como sinônimo de prova, de documento e de verdade, as disputas eram travadas no âmbito da cultura letrada. Assim, as narrativas da descoberta serviam como elemento de legitimação para a ação colonial, bem como de identificação dos descobridores do espaço de disputa. Essas narrativas deveriam evidenciar o conhecimento do espaço, marcar a presença de determinados atores e ter elementos que garantissem a autorização da narrativa como verdadeira. Os discursos da descoberta aparecem com grande potencialidade de significados a serem apropriados, postulados e até disputados no processo de levar adiante a colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos textos missionários confeccionados no âmbito dos processos de colonização da região Amazônica no século XVII revelou uma intensa produção discursiva em torno da descoberta. Ainda que os procedimentos relativos à descoberta já estivessem institucionalmente controlados, a construção dos argumentos do discurso acerca da descoberta se pautava nos imperativos ditados pela própria dinâmica colonial. Tivemos ao longo do nosso trabalho de pesquisa, a preocupação em perceber qual era o estatuto da descoberta no universo cultural ibérico e de que modo os sujeitos que estavam empenhados na prática colonial lançaram mão deste estatuto para construir um discurso, que estivesse condizente com os códigos jurídico, histórico e cultural com os quais estavam comprometidos. Lemos a palavra descoberta como parte de um repertório colonial, que logicamente, aparece carregada de sentidos que remontam a uma “memória comum”, que para ter seus usos aceito requer que seus sentidos sejam compartilhados pelos seus pares bem como, autorizado pelos mesmos.

Neste sentido, tentamos apontar para alguns dos possíveis significados atribuídos a palavra descoberta bem como investigar sobre os motivos da sua recorrência nas narrativas produzidas na Amazônia seiscentistas. Acreditamos ter dados alguns passos nesta direção, mas não há dúvida da longa caminhada que ainda resta percorrer.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

As fontes estão apresentadas do seguinte modo: data, autor, título da obra e a referência bibliográfica da edição consultada na pesquisa.

(1542) CARVAJAL, Gaspar de. *Relación Del Nuevo Descubrimiento Del famoso Rio Grande que Descubrió por Muy Gran Ventura el Capitán Francisco Orellana*. Edición, introducción y notas de Jorge Hernández Millares. FCE, México. Para citação textual no corpo da dissertação optamos pela edição brasileira com tradução de C. de Melo-Leitão: CARVAJAL, C.; ROJAS, A. e ACUÑA, C. *Descobrimientos do Rio Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941.

(1553) NUNES, Diego. *Apontamento do que V. A. quer saber (carta a D. João III de Portugal)*. In: PAPAVERO, Nelson (e outros). *O Novo Éden: A fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000.

(1616) PEREIRA, André. *Relazaom do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto. anno de 1616*. In: PAPAVERO, Nelson et. al. *O Novo Éden: a fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000, p. 99-100.

(1639) TEIXEIRA, Pedro. *Relação do Rio das Amazonas*. In: PAPAVERO, Nelson et. al. *O Novo Éden: a fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000. p. 137-144.

(1639) ROJAS, Alonso. *Relación del descubrimiento del río de las Amazonas, hoy S. Francisco de Quito, y declaración del mapa donde está pintado*. In: PAPAVERO, Nelson et. al.. *O Novo Éden: a fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000. p. 145-153.

(1641) ACUÑA, Cristóbal de. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas, El año de 1639. Por la provincia de Quito, en el reino del Peru*. In: FIGUEROA, Francisco de; ACUÑA, Crisóbal de et. al. *Informes de jesuítas en el amazonas (1660-1684)*. Iquitos: Ceta, 1986 (Monumenta Amazônica). Para citação textual no corpo da dissertação optamos pela edição em português: ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1641)*. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

(1642) MALDONADO, Jose. *Relación del primer descubrimiento del río de las amazonas, por outro nombre, del Marañón, hecho por la religión de nuestro padre San Francisco, por meio de los religiosos de la provincia de San Francisco de Quito*. In: MALDONADO, Jose. *Relación del primer descubrimiento (...)*. Quito: Biblioteca Amazonas, volume V, 1942.

(1643) BARNUEVO, Rodrigo de. Relación Apologética, así del antiguo como del nuevo descubrimiento del río de Las Amazonas o Marañón, hecho por los religiosos de la Compañía de Jesús de Quito, y nuevamente adelantado por los de la Seráfica Religión de la misma provincia para el desagravio de lo que lenguas y plumas impuntan a la Compañía de Jesús, y verdadero informe de la Católica Magestad del Rey Nuestro Señor y de su Chancillería de Quito y Real Consejo de Las Indias. In: FIGUEROA, Francisco de; ACUÑA, Cristóbal de et. al. *Informes de jesuítas en el amazonas (1660-1684)*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, Ceta, 1986 (Monumenta Amazônica)

(1651) LA CRUZ, Laureano de. Nuevo descubrimiento del río del Marañón llamado de las Amazonas hecho por los misioneros de la provincia de San Francisco de Quito el año de 1651. In: LA CRUZ, Laureano de. *Nuevo descubrimiento del río del Marañón llamado de las Amazonas hecho por los misioneros de la provincia de San Francisco de Quito el año de 1651*. Quito: Biblioteca Amazonas, volume VII, 1942.

(1662) HERIARTE, Mauricio de. Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas. In: PAPAVERO, Nelson (e outros). *O Novo Éden: a fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000. p. 221-237

(1684) RODRÍGUEZ, Manuel. *El descubrimiento Del Marañón*. O nome completo do livro é: *El Marañón y Amazonas. Historia de los descubrimientos, entradas y reducción de naciones, trabajos malogrados de algunos conquistadores, y ditochos de otros, assí temporales, como espirituales, en las dilatadas montañas y mayores ríos de la América, escrita por el Padre Manuel Rodríguez; de la compañía de Jesús, procurador general de las provincias de Indias, en la corte de Madrid*. In: RODRÍGUEZ, Manuel. *El descubrimiento Del Marañón*. Edición, prólogo y notas de Angéles Duran. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

(1738) MARONI, Pablo S. J. *Notícias Autênticas Del Famoso Rio Marañón*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, 1986 (Monumenta Amazônica, Série Misioneros de Maynas, IIAP – CETA)

(1749) BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Historicos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo mais que nelle tem succedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, 1989 (Monumenta Amazônica, Série Agentes Gubernamentales, IIAP – Ceta)

Leyes de las Indias. Recopilacion de Leyes de Los Reynos de Las Indias, Mandadas Imprimir y Publicar Por La Magestad Católica Del Rey Don Carlos II. Tomo Segundo, Quarta impresion. Hecha de orden del Real y Supremo Consejo de Las Indias. Madrid MDCCLXXXI. In: MENENDEZ-PIDAL, Gonzalo. *Imagen del mundo hacia 1570, según noticias del consejo de Indias y de los Tratadistas españoles*. Madrid: Consejo de la hispanidad, 1994.

BIBLIOGRAFIA

ABAD PÉREZ, Antonín. *Los franciscanos en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

AINSA, Fernando. *De la edad de oro a El Dorado: génesis del discurso utópico americano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. Invenção de la utopia y desconstrucción de la realidad. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Sentido y proyección de la conquista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANGLERÍA, Pedro Martín. *Décadas Del Nuevo Mundo*. (1ª edição espanhola, em latim, Alcalá, 1530). Buenos Aires: Editora Bajel, 1944.

BARBOSA, João Alexandre. América: descoberta ou invenção? In: ARAGÃO, Maria Lucia Poggi & MEIHY, José Carlos Sebe Bom (coord.). *América: ficção e utopias*. São Paulo: Edusp, 1994.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas I)

BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. São Paulo: Edusc, 2005.

BLOCH, Ernest. *Le principe espérance*. Gallimard, Paris, 1982, vol. II, p.363. Citado por AINSA, Fernando. “Invenção de la utopia y desconstrucción de la realidad” in ZEA, Leopoldo. *Sentido y Proyección de la Conquista*. México: FCE, 1993.

BRUIT, Héctor H. Apresentação geral das crônicas. *Idéias: Dossiê – Cronistas da América*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas, ano 11(1), 2004.

BORNHEIM, Gerd. A descoberta do Homem e do mundo. In: NOVAIS, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

BOUZA, Fernando. *Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Separata do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

_____. *Imagen y propaganda: capítulos de História Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

BOXER, Charles R. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1978.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Catequese e colonização no discurso jesuítico. In: BARROS, Diana Luz Pessoa (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

CARDOSO, Alirio de Carvalho & CHAMBOULEYRON, Rafael. “Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: PRIORE, Mary Del. &

GOMES, Flavio (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAIS, Adauto (org.). *Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. La producción documental en España y América en el siglo XVI. In: *Anuario de Estudios Americanos, XLI*. Sevilla: Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1984. P.195-227.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. 3 ed. Lisboa: Horizonte, 1975.

COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em História Social), UNB.

CROSBY, Alfred W. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600*. São Paulo: Ed. da Unesp/Cambridge, 1999.

DAHER, Andrea. A conversão dos Tupinambá: entre a oralidade e a escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 67-92, jul./dez. 2004.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ELLIOT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. vol. 1. São Paulo: Edusp, 1999, p. 136-194.

FALCON, Francisco J. Calanzans. Descobrimientos e modernidade ibérica. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, Jonh Manuel (coord.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GIL, Juan. *Mitos y utopías del descubrimiento, III: El Dorado*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Que significa descobrir? In: NOVAIS, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

GONZÁLEZ, María del Refugio. El descubrimiento de América y el derecho. In: _____. *El descubrimiento de América y su impacto en la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

GREENBLAT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. y BERNAND, Carmen. *De la idolatría: una arqueología de las ciencias religiosas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GUEDBERG, Horário Cerutti. Preságios de descubrimientos y tópicos del descubrir. In: ZEA, Leopoldo (compilador). *El descubrimiento de América y su impacto en la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

HANKE, Lewis. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Madrid: Aguilar, 1959.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

HEMMING, Jonh. *En busca de El Dorado*. Barcelona: Ediciones del Sebral, 1983.

HERNÁNDEZ, Ángel Santos. *Los jesuitas en América*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA, M. (1889). *Viaje del Capitán Pedro Texeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*. In: Carvajal, Rojas e Acuña. *Descubrimientos do rio Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

KOSH, Ingenore Grunfeld Villaça et. al. A descoberta do Brasil pela Amazônia: o relato de viagem de Gaspar de Carvajal. In: BARROS, Diana Luz Pessoa (org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

LANCINE, Giulia. O maravilhoso como critério de diferenciação entre sistemas culturais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 11, n. 21, p. 21-26, set. 90/fev. 91.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

LIMA, Luiz Costa Lima. O transtorno da viagem. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *A Crônica: gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992, p.41-74.

- MAHN-LOT, Marianne. *A descoberta da América*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- MANZANO y MANZANO, Juan. *La incorporación de las Indias a la corona de Castilla*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1948.
- MENENDEZ-PIDAL, Gonzalo. *Imagen del mundo hacia 1570, según noticias del consejo de Indias y de los Tratadistas españoles*. Madrid: Consejo de la hispanidad, 1994.
- MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na História da expansão e da conquista: Portugal, séculos XV e XVI*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.
- MIGNOLO, Walter. Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista. In: MADRIGAL, Luis Iñigo (coord.). *História da literatura hispanoamericana (época colonial)*. tomo I. Madri: Cátedra, 1992.
- MITRE, Antonio. *O dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- NETTO, Carlos de Araújo Moreira. Introdução. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Historicos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento (...)*. Iquitos (Peru): Editorial Universo S/A, 1989 (Monumenta Amazônica, Série Agentes Gubernamentales, IIAP – Ceta)
- NOVAIS, Adauto. Experiência e Destino. In: _____. (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- _____. (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- OLSCHKI, Leornado. *Storia letteraria delle scoperte geografiche*. Firenze: Leo Olschki Editore, 1937.
- OSÓRIO, Helen. Estruturas socioeconômicas coloniais. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). *História da América latina: cinco séculos (temas e problemas)*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1996.
- PADRÓN, Francisco Morales. Descubrimiento y toma de posesion. *Anuários de Estudos Americanos*, tomo XII, Sevilha, 1955, p. 321-380.
- PAPAVERO, Nelson et. al. *O Novo Éden: a fauna brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000.

PEREZ, A. (org.). *Culturas Indígenas de la Amazonia*. Madrid: Bibl. Quinto Centenario, 1986.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. São Paulo: Edusc, 2003.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. São Paulo, Petrópolis: Edusp/Vozes, 1995.

_____. *As crônicas do rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. História indígena do alto e médio Amazonas – séculos XVI e XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretária Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Embaixadores de dois reinos: os missionários e as fronteiras na região amazônico-caribenha (1750-1801)*. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de Brasília.

RADULET, Carmen M. Literatura de Descoberta e Expansão: considerações terminológicas e hermenêuticas. In: RADULET, Carmen M. *Os descobrimentos portugueses e a Itália*. 1 ed. Lisboa: Vega, 1991.

REICHEL, Heloisa. Relatos de viagens como fonte histórica para estudo de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX). In: _____. *Literatura e História: perspectivas e convergências*. São Paulo: Edusc, 1999.

REGAN, Jaime. *Introducción. Informes de jesuitas en el Amazonas (1660-1684)*. Francisco de Figueroa, Cristóbal de Acuña y otros. (Col. Monumenta Amazônica) Iquitos, CETA, 1986.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

_____. Amazônia: conceito, sua evolução histórica. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. (Brasil 500 anos).

REYES Y REYES, Raul. Prólogo à edição: LA CRUZ, Laureano de. *Nuevo descubrimiento del río del Marañón llamado de las Amazonas hecho por los misioneros de la provincia de San Francisco de Quito el año de 1651*. Quito – Ecuador: Biblioteca Amazonas, Vol. VII, publicación dirigida por Raul Reyes y Reyes - Presidente del Instituto Ecuatoriano de Estudios del Amazonas y Director de la sección de Historia.

RIBEIRO, Berta G. *Amazônia Urgente: 5 séculos de história e ecologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

ROCHA, Luiz Francisco R. B. B. Telles da. *Práticas Imagéticas nas retratações da Amazônia: Séculos XVI, XVII e XVIII*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1999

ROOSEVELT, Ana Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

RUIZ, Luciete. *Um novo rio, um novo mundo: a Amazônia na cartografia dos séculos XVI e XVII*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC-SP.

SAMPAIO, Patrícia de Melo. “Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa”. In: In: PRIORE, Mary Del. & GOMES, Flavio (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SCHAMA. Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

SEIXO, Maria Alzira. Entre cultura e natureza: ambigüidades do olhar viajante. *Revista USP – Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, (30), jun./ago., 1996, p. 120-133.

TAYLOR, Anne Christine “História pós-colombiana da Alta Amazônia”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p.213-238.

THEODORO, Janice. Colombo: entre a experiência e a imaginação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11 n. 21, set. 90/fev. 91, p. 27-44.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TORRES LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Tempos do Sagrados*, Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social), FFLCH-USP.

_____. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VÁZQUEZ, F. *El Dorado: crónica de la expedición de Pedro Ursúa y Lope de Aguirre* (Intr. y notas de Javier Ortiz de la Tabla). Madrid: Alianza Editorial, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ZEA, Leopoldo (org.). *El descubrimiento de América y su sentido actual*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *El descubrimiento de América y su impacto en la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

_____. *Sentido y proyección de la conquista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANEXOS

Anexo I

Listagem documental

Os documentos compulsados aparecem em ordem cronológica e numerados. A indicação segue a ordem: a. data; b. autor; c. título; d. localização da fonte; e. descrição resumida do documento.

1)

a. 1542

b. Frei Gaspar de Carvajal

c. *RELACION DEL NUEVO DESCUBRIMIENTO DEL FAMOSO RIO GRANDE QUE DESCUBRIÓ POR MUY GRANDE VENTURA EL CAPITAN FRANCISCO DE ORELLANA.*

d.

e. Documento rico em dados etnográficos, o que o torna um documento imprescindível para a etno-história amazônica, principalmente por se tratar de um período anterior às alterações sofridas, a partir do século XVII, na organização social das populações indígenas que viviam as margens do rio Amazonas.

2)

a. 1616

b. Capitão André Pereira

c. *RELAZAOM DO QUE HÁ NO GRANDE RIO DAS AMAZONAS NOVAMENTE DESCUBERTO. ANNO DE 1616.*

d. O original está na Biblioteca real de Madri. A cópia do documento no Brasil, faz parte do Fundo Rudolf Schüller, pertencente ao acervo da Biblioteca “Domingos Soares Ferreira Penna” do Departamento de Documentação e Informação do Museu paraense Emílio Goeldi.

e. O capitão André Pereira participou da expedição que fundou o Forte de Presépio na cidade de Belém em 1616, neste documento dá notícia ao Rei da Espanha.

3)

- a. 1639?
- b. Pe. Alonso Rojas (SJ)
- c. RELACIÓN DEL DESCUBRIMIENTO DEL RÍO DE LAS AMAZONAS, HOY S. FRANCISCO DE QUITO, Y DECLARACIÓN DEL MAPA DONDE ESTÁ PINTADO.
- d. O texto está na Biblioteca Nacional de Paris. Na biblioteca nacional de Madri existe uma cópia que traz anexo um mapa do Amazonas.
- e. Primeira fonte a documentar a viagem feita pelo capitão Pedro Teixeira desde a foz do Amazonas até Quito. A cópia manuscrita da Biblioteca Nacional de Madrid é composta por: “31 folios numerados, com letra bastante clara; probablemente se trata de una copia contemporânea del original. Lleva el título de *Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas (sic) Províncias* que procede a una carta de D. Martín Saavedra y Guzmán al conde de Castrillo, presidente del Consejo Real de las Indias; outra carta al rey; un capitulo de un carta del presidente de la Audiencia de Quito al del Nuevo Reyno, y la cédula de Felipe II al virrey del Peru, Marqués de Cañete. Seguidamente comienza la *Relación del descubrimiento del río de las Amazonas, hoy San Francisco de Quito, y declaración del mapa donde está pintado*. Desde de aqui el texto se divide en 29 párrafos sin numerar” (Papavero:145).

4)

- a. 1639
- b. Capitão Pedro Teixeira
- c. RELAÇÃO DO RIO DAS AMAZONAS
- d. O manuscrito dessa relação encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Foi publicado por Jaime Cortezão (1950), e traduzido por Porro (1993:120-125).
- e. Relação redigida na cidade de Quito, em 2 de janeiro de 1639, endereçada ao presidente da Audiência de Quito. Versa sobre sua jornada Amazonas acima.

5)

- a. 1641
- b. Padres Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda (SJ)

c. NUEVO DESCOBRIMIENTO DEL GRAN RIO DEL AMAZONAS, EL AÑO DE 1639. POR LA PRONVINCIA DE QUITO, EN EL REINO DEL PERU

d.

e. *Os padres jesuítas acompanharam entre fevereiro e dezembro do ano de 1639 o capitão português Pedro Teixeira em sua viagem de Quito a Belém, rio abaixo, anotando todo o trajeto percorrido para dar relato ao rei da Espanha.*

6)

a. 1642

b. José Maldonado

c. RELACIÓN DEL PRIMER DESCUBRIMIENTO DEL RÍO DE LAS AMAZONAS, POR OTRO NOMBRE, DEL MARAÑÓN, HECHO POR LA RELIGIÓN DE NUESTRO PADRE SAN FRANCISCO, POR MEDIO DE LOS RELIGIOSOS DE LA PROVINCIA DE SAN FRANCISCO DE QUITO

d. De acordo com Raul Reyes y Reyes, autor do prólogo da edição consultada para nossa pesquisa, existe uma cópia manuscrita da relação de Maldonado nos arquivos do Convento de de San Pablo de Quito.

e. No ano de 1642, José Maldonado então Comissário Geral das Índias dos Franciscanos faz informe ao rei Felipe IV sobre a viagem dos freis franciscanos no ano de 1637, pelo rio Amazonas e também de outras incursões pela região feitas por missionários franciscanos desde os anos de 1632.

7)

a. 1643

b. Rodrigo de Barnuevo (SJ)

c. RELACIÓN APOLOGÉTICA, ASÍ DEL ANTIGUO COMO DEL NUEVO DESCUBRIMIENTO DEL RÍO DE LAS AMAZONAS O MARAÑÓN, HECHO POR LOS RELIGIOSOS DE LA COMPAÑIA DE JESÚS DE QUITO, Y NUEVAMENTE ADELANTADO POR LOS DE LA SERÁFICA RELIGIÓN DE LA MISMA PROVINCIA. PARA EL DESAGRAVIO DE LO QUE LENGUAS E PLUMAS IMPUNTAN A LA COMPANHIA DE JESUS, Y VERDADERO

INFORME DE LA CATÓLICA MAGESTAD DEL REY NUESTRO SEÑOR Y DE SU CHANCILLERÍA DE QUITO Y REAL CONSEJO DE LAS INDÍAS.

- d.
- e. Escrito pelo Superior Provincial dos Jesuítas de Quito, Rodrigo de Barnuevo, o manuscrito nasce como resposta ao informe de 1642 escrito por Maldonado. Relata os trabalhos do padre jesuíta Rafael Ferrer nas cabeceiras do rio Coca e Napo seus progressos e conquistas junto aos índios nos primeiros anos dos seiscentos, bem como sua morte e o trabalho de outros jesuítas na região até os anos de 1632.

8)

- a. 1651
- b. Laureano de la Cruz
- c. NUEVO DESCUBRIMIENTO DEL RÍO DEL MARAÑÓN LLAMADO DE LAS AMAZONAS HECHO POR LOS MISIONEIRIOS DE LA PROVINCIA DE SAN FRANCISCO DE QUITO EL AÑO DE 1651

d.

- e. “Laureano de la Cruz, da província franciscana de Quito, participou ativamente da exploração e catequese do Napo e do alto Amazonas entre 1636 e 1651. Depois de historiar a viagem rio abaixo dos leigos franciscanos Brieva e Toledo (1636-1637) e a expedição de Pedro Teixeira (1637-1638), narra a sua própria permanência de três anos (1647-1650) entre os Omagua, desde Loreto até a foz do Iça, e finalmente sua viagem até Belém, onde começou em fevereiro de 1651. O diário de Frei Laureano contém a melhor descrição das aldeias e do modo de vida Omagua antes da influência européia” (Porro: 1995,185).

9)

- a. 1662
- b. Mauricio de Heriarte
- c. DESCRIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, PARÁ, CORUPÁ E RIO DAS AMAZONAS.

- d. O manuscrito está na Biblioteca Imperial de Viena. Permaneceu inédito até a publicação de Varnhagen em 1874 e republicado na História Geral do Brasil do mesmo autor.
- e. Maurício Heriarte foi um dos companheiros de Pedro Teixeira nas viagens pelo rio Amazonas, “era Ouvidor-Geral, Provedor-mor e Auditor do Maranhão, sua ‘Descrição do estado do maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas’ deve ter sido escrita por mandato do governador e capitão-general Rui Vaz de Siqueira, que governou o Estado entre os anos de 1662 e 1667”. Na opinião de Porro (1995:188) “a descrição escrita, em 1662, trata da geografia e da etnografia amazônicas subdividindo o curso do rio e suas adjacências em “províncias indígenas, o que mostra a boa percepção do autor em relação às etnias indígenas. Embora às vezes vago quanto às distâncias e contraditório em certas afirmações, é rico em dados ecológicos e econômicos e sobre as especificidades cultural de cada tribo. Ao lado de Acuña e Fritz é uma das fontes essenciais para a etnografia seiscentistas da Amazônia”.

10)

- a. 1684
- b. Manuel Rodríguez
- c. EL MARAÑON Y AMAZONAS. HISTORIA DE LOS DESCUBRIMIENTOS, ENTRADAS Y REDUCCIÓN DE NACIONES, TRABAJOS MALOGRADOS DE ALGUNOS CONQUISTADORES, Y DITOCHOS DE OTROS, ASSÍ TEMPORALES, COMO ESPIRITUALES, EN LAS DILATADAS MONTAÑAS Y MAYORES RÍOS DE LA AMÉRICA, ESCRITA POR EL PADRE MANUEL RODRÍGUEZ; DE LA COMPAÑÍA DE JESÚS, PROCURADOR GENERAL DE LAS PROVINCIAS DE INDIAS, EN LA CORTE DE MADRID.
- d. O exemplar consultado da edição que trabalhamos está na Biblioteca da Universidade de Sevilha.
- e. Manuel Rodríguez, enquanto procurador geral das Províncias das Índias constrói sua obra a partir da rica teia de informações geradas no âmbito da colonização da região, por membros da Companhia de Jesus e por organismos do governo colonial. Serve-se de cartas missionárias, cédulas reais, provisões reais, cartas

dirigidas ao rei da Espanha, cláusulas de nomeamento, memoriais e relatos que chegavam à casa provincial de Quito. Narra os processos de conquista e catequização no Alto Amazonas, ao qual dedica especial atenção aos trabalhos dos inacianos na região. A obra está dividida em seis livros totalizando 444 páginas, existe também um apêndice sem paginação intitulado “Compendio Historial, e Índice Chronológico peruano, y del Reyno de Granada, desde el principio de los descubrimientos de las Indias Occidentales, tocando varias cosas memorables de ellas, assí Eclesiásticas, como Seculares”. No livro Rodríguez comenta e reproduz quase na íntegra a livro de Acuña (livro 2, capítulo VII-XIII, p.181-236).

11)

- a. 1749
- b. *Bernardo Pereira de Berredo*
- c. ANNAES HISTORICOS DO ESTADO DO MARANHÃO EM QUE SE DÁ NOTÍCIA DO SEU DESCOBRIMENTO, E TUDO MAIS QUE NELLE TEM SUCCEDIDO DESDE O ANNO EM QUE FOY DESCUBERTO ATÉ O DE 1718.
- d. O paradeiro do original é desconhecido
- e. *Bernardo Pereira Berredo governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, entre os anos de 1718 e 1722, escreveu seus “Anais Histórico do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento (...)” para apresentar a situação colonial da região, desde o momento inicial do processo de conquista, até o momento histórico em que viveu e que deveria reger. A obra está dividida em 20 livros e 1491 parágrafos. Interessa-nos, sobretudo os parágrafos 669-693 que versam sobre as viagens de Teixeira, para escrevê-los Berredo se baseia nos escritos de Acuña e Manuel Rodríguez.*

Anexo II

Clausula da provisão real que, em nome de sua Majestade, a Audiência de Quito deu para este descobrimento:

“Em virtude de ter sido acordado por meu presidente e os ouvidores abaixo relacionados, que eu devia mandar a todos e a cada um de vós na dita razão esta minha carta e Provisão Real, achei por bem, e assim vos ordeno, que sendo requeridos pelos Padres Cristóbal de Acuña e Andrés Artieda, religiosos da Companhia de Jesus, ou por qualquer deles, tomeis ciências dos autos em anexo e, em seu cumprimento, lhes deis ou fazei que lhes sejam dados auxílio e boa passagem de que hajam mister para o melhor desempenho de sua missão durante a mencionada viagem, da qual espero bons resultados, sem que em nada lhes seja oposto estorvo ou impedimento algum, pois do contrario me darei por desservido. Outrossim vos rogo, ao recomendar-vos os dito Padre Cristóbal de Acuña, em cumprimento ao promovido pelos ditos Presidentes e Ouvidores, em conformidade à vossa nomeação, feita primeiramente por vosso Superior, e ao que consta de sua petição, que, tendo-vos sido entregue a presente carta, através de meu Fiscal, tomeis conhecimento de seu teor e o guardeis, comprais e executeis; e que, em seu cumprimento, partais desta minha Corte com vosso companheiro para a citada Província do Pará, em companhia do Capitão-Mor Pedro Teixeira e mais gente da milícia que com ele vá, tendo, como haveis de ter, especial cuidado em descrever, com a maior clareza que vos for possível, a distância em léguas, províncias, povoações de índios, rios e paragens particulares que houver, desde o primeiro embarque até a dita cidade e porto do Para, informando-vos com a maior certeza que puderdes para de tudo dar bastante notícia, como testemunha de vista, ao meu Real Conselho das Índias. E que se tenha a necessária notícia a respeito das referidas províncias, como vos mando que façais, apresentando-vos pessoalmente com esta minha carta, de parte da minha referida Audiência de Quito, perante o Presidente e demais Ouvidores de meu Real Conselho; e, se houver necessidade de informar à minha régia pessoa, que o façais, enviando uma relação de tudo, para a aprovação de minha referida Audiência de Quito. E em caso de vossa falta, confio tais

encargos ao citado Padre Andrés de Artieda, com o mesmo cuidado, exatidão e zelo de vossas pessoas, com que as de vossa Religião costumam servir-me; e visto se tratar de tão importante assunto, ao serviço de Deus Nosso Senhor, e ao nosso, para o bem e para a conversão de tantas almas que, como se têm notícias, há nas ditas províncias faz pouco descobertas. Se assim se fizer e cumprir, dar-me-ei por bem servido por vós e por vossa Religião. Dada em Quito, aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de mil seiscentos e trinta e nove”²²⁰.

²²⁰ ACUÑA, Cristóbal. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1641)*. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p.43-45.

Anexo III

Memorial

Apresentado ao Real Conselho das índias sobre o dito descobrimento depois da rebelião de Portugal.

Senhor

Cristóbal de Acuña, religioso da Companhia de Jesus, que veio por ordem de Vossa Majestade ao descobrimento do grande rio das Amazonas, zeloso sempre do maior enriquecimento de sua real Coroa e temeroso de que acontecimentos menos favoráveis, vistos a nossa portas, afoguem e impeçam o brilho de seus afetuosos serviços, diz:

Que embora seja verdade que a principal porta daquele novo mundo descoberto, para mais breve começar a gozar os proveitosos e ricos frutos que generosamente oferece, é a boca principal deste grande rio, na parte que deságua no oceano, das costas do Brasil, dominada pelos portugueses, e por isso menos propícia a que presentemente se procure entrada. Nem por isso, porém, deve Vossa Majestade desistir nem retardar a posse deste grande rio, pois com mais facilidade e muito menos gastos poderá fazê-lo pela província de Quito, nos reinos do Peru, pelas mesmas entradas por onde ele e seus companheiros desceram. Daí resultarão, sem dúvida, grandes serviços a Deus Nosso senhor e a Vossa Majestade, e evitar-se-ão não poucos inconvenientes que, por não executa-lo, em breve se experimentarão, e talvez sem remédio. Isso se poderá efetuar sem gastos consideráveis para a Chancelaria de Quito, para que capitule as entradas que mais convenham pelos rios que, em sua jurisdição, deságuam neste principal, como algumas das muitas pessoas que, às suas custas se oferecem para fazer tais conquistas, unicamente pelos benefícios que dela se obtenham como as encomendas dos índios, a repartição de terras, a provisão de ofícios e outros semelhantes. Cabe conjuntamente a parte espiritual dessas conquistas, no tocante à conversão e ensino dos nativos, aos religiosos da Companhia de Jesus, cuja atribuição é essa, e à qual, neste particular descobrimento, com não pequeno título, podem mostrar algum direito, já que seus

filhos não apenas iluminaram, à custa de seu zeloso trabalho e zelo, e também de muitos ducados, as sombras de um novo e vasto império que, banhando este grandioso rio, oferece grandes incrementos à Real Coroa de vossa Majestade, como também pela posse de mais de quarenta anos, adquirida pelo sangue do ditoso Padre Rafael Ferrer, derramado pelos nativos, aos quais pregava nas cabeceiras deste rio. Para manterem esse direito, os padres da Companhia de Jesus, que em Santiago de las Montañas há anos cultivam, com sua doutrina, os principais caudais dessa nova conquista, necessitam naquela província de Quito novos obreiros da Europa que o ajudem em tão abundante colheita. A isso sem dúvida acudirá Vossa majestade com a piedade de sempre e com a liberalidade que requer a extrema necessidade de tamanha imensidão de nações deferentes, do que resultarão os benefícios seguintes:

O primeiro, e que sempre o é no cristianíssimo peito de Vossa majestade, dará início, sem mais dilações, à conversão de um novo mundo de infiéis que, miseráveis, jazem na sombra da morte; obra tão a serviço de Deus, que não se pode oferecer outra que mais lhe agrade, e tão importante, que, por ela, se achará obrigado a estabelecer com perpetuidade a Coroa de Vossa Majestade, e uma vez mais ampliaria seus impérios.

O segundo: economizar-se-ão muitos gastos que, forçosamente, seriam indispensáveis se esta conquista fosse feita, como se pretendia, pela boca do rio, conduzindo soldados, armando embarcações, reunindo pretechos dispondo tudo o que fosse necessário para formar novas povoações; gastos que, sem dúvida, haviam de ser muitos. Tudo isso se dispensa mandando-se dar início a esta conquista pelas entradas de Quito, pois os particulares que sejam autorizados farão com prazer toda a despesa, e ó necessitarão, para o espiritual, de obreiros e ministros fiéis ao Evangelho, que Vossa Majestade envie da Espanha, dada à extrema necessidade que deles se tem naquelas plagas.

O terceiro: começara Vossa Majestade a possuir e usufruir o que todos os senhores Reis seus predecessores desejaram, desde o Imperador Carlos Quinto, que Deus o tenha, digno bisavô de Vossa majestade, e que, sem poupar gastos e diligências, tentaram sujeitar à sua real Coroa. Para isso, no ano de mil quinhentos e quarenta e nove, o mesmo Imperador Carlos Quinto mandou dar a Francisco de Orellana três navios com suficiente tropa e petrecho para, em seu régio nome, tomar posse deste grande rio das Amazonas (que nove anos ele

mesmo tinha navegado), pelos muitos benefícios que desta empresa eram esperados. No entanto as tormentas e a morte de quase todos os soldados os obrigaram a que, reduzidos a uma pequena embarcação, arribassem à Margarita, onde, com esse insucesso, acabaram as esperanças dos muitos benefícios que se prometiam à Espanha, se tivessem tido melhor sorte. E vossa Majestade, desde o principio de seu reinado, que dure por muitos e venturosísimos anos, dedicou seu desvelo à consecução desse descobrimento, encomendando a várias pessoas a execução dele, como consta de suas Reais Cédulas despachadas com esse fim, nos anos de vinte e um, vinte e seis, e trinta e quatro. A de vinte um, despachada à Real Audiência e Chancelaria de Quito, para que se estabelecessem as condições adequadas ao dito descobrimento, com o Sargento-Mor Vicente de Reyes Villalobos, naquela ocasião governador e capitão-geral de Quijos, jurisdição de Quito, que não teve por efeito por chegar seu sucessor ao governo. A de vinte e seis, despachada em favor de Bento Maciel Parente, de nacionalidade portuguesa, para que a partir das províncias do Maranhão e Grão-Pará, localizadas na boca deste rio, começasse seu descobrimento, tampouco foi levada a prática, por lhe haver sido ordenado acudir à guerra de Pernambuco. A de trinta e quatro, despachada a Francisco Coelho de Carvalho, também português, então governador do Maranhão e Pará, com ordem expressa de que, com toda a brevidade, por pessoas de confiança e, se necessário, ele próprio, fosse dado inicio naquela região, ao que tanto se desejava, também nunca surtiu efeito. E no presente, querendo-o assim Vossa Majestade, terá feliz execução, e mais tarde se verão a cada dia maiores benefícios do que os prometidos por tão ardentes desejos.

O quarto: fechar-se-á com isso a porta a que nenhum dos habitantes do Peru tente lançar-se com os tesouros às correntes deste rio, para escapar aos impostos que por Cartagena se pagam a Vossa Majestade, ou livrar-se do risco de corsários que quase sempre atacam naquela região, o que por certo tentaram fazer, levados pela facilidade com que o poderão fazer. No entanto, ninguém se atreverá a isso, se forem assegurados os postos principais de suas entradas, como de fato o estarão, com as pessoas que por eles começarem a conquista.

O quinto: impedir-se-ão o comércio e a comunicação que os portugueses, moradores da boca do rio, tanto desejam entabular com os de sua nação que vivem no Peru, o que, nesse momento, seria bem prejudicial. De maneira alguma eles se atreverão a tentá-lo, se souberem, desde já, que se previu a tempo sua malícia, coma a ocupação das entradas do rio.

E que os portugueses daquelas costas do Maranhão e do Pará venham a tentar essa comunicação, consta-me com toda a clareza, e como testemunha do que os ouvi tratar muitas vezes entre eles, posso assegurá-lo como coisa fora de dúvida.

O sexto: reduzindo Vossa majestade a sua obediência as principais nações deste rio, em especial as que habitam suas ilhas e margens, as quais são muito belicosas, e que com coragem ajudarão a quem reconhecerem por senhor, haverá pouca ou nenhuma resistência, em razão das muitas guerras que constantemente travam entre si, e, sujeitando uma, com certeza se sujeitarão com facilidade as demais. Poder-se-á, então, pelo mesmo rio abaixo, melhor que pelo mar expulsar de sua foz a quaisquer outros, que com sinistro título a possuam, e garantir por esse caminho os muitos e riquíssimos frutos que deles se esperam, e só se postergará o usufruí-lo o que tardar em possuí-lo. E dado o caso de que, com brevidade, como esperamos, se ponha freio e se castigue o mal visto atrevimento dos portugueses, e fique livre a boca deste rio, para que por ela prossiga a conquista começada já pelas entradas de Quito, será mais fácil e gastar-se-á menos para concluí-la com êxito.

O sétimo: com muito particular cuidado deve-se atentar para que mesmo os índios, em todo o Peru e em quase todo o descoberto, em especial onde haja minas ou outras propriedades de importância que dependem de seu trabalho pessoal, cada vez mais vão diminuindo, conforme podemos afirmar nós, que andamos por aqueles lugares, de tal sorte que, com sua falta, deverão em breve acabar ou, pelo menos, diminuir muito os muitos benefícios que à sua participação se acham vinculados. Esse prejuízo seria incalculável e Vossa Majestade deveria esforçar-se para preveni-lo em tempo e remediá-lo por todos os meios possíveis, porque não há nem se pode imaginar outros que, além de tomar muito peito a conquista e a conversão desse novo mundo, onde os inúmeros nativos que o habitam poderão povoar novamente as áreas desertas do Peru, se fugirem ao jugo do Santo Evangelho, e com a paz geral, cessarão também as contínuas guerras nas quais a cada dia se matam uns e outros, e aumentarão em numero tanto e de tal maneira, que, rompendo por insuficientes os limites que atualmente os contêm, seria forçoso expandirem-se por mais espaçosos reinos. E como só com eles se beneficiarão as muitas minas e demais vantagens que a fertilidade da terra propicia em suas nações, dever-se-á, qual outro novo Peru, aceitar logo sua conquista, e mais ainda com a facilidade com que aqui se apresenta.

O oitavo: se ocorresse que os portugueses junto à foz deste rio (já que tudo se pode presumir de sua pouca cristandade, e menor lealdade) quisessem, ajudados por algumas nações belicosas que têm sob seu jugo, penetrar rio acima até chegarem às regiões povoadas do Peru ou ao Novo Reino de Granada, e mesmo sendo verdade que em algumas partes encontrarão resistências, em muitas outras partes esta seria bem pequena, por atingir povoados com escassez de gente, e por fim pisarão naquelas terras vassalos desleais de Vossa Majestade, que em reinos tão distantes bastaria esse nome de desleais para causar gravíssimos danos. E se, aliados aos holandeses, como estão muitos no Brasil, tentassem semelhante atrevimento, já se vê a preocupação que poderiam dar. E que o holandês, já desde muitos anos, se tenha forçado para assenhorear-se deste grande rio, é coisa tão certa, que não duvidou em afirmá-lo Johann Laeth, autor holandês, na obra que intitulou Ultriusque Americae, que veio a luz no ano de mil seiscentos e trinta e três, em cujo livro 17, cap.15 “in fine” diz estas palavras: “Verumtamen, tan hi (scilicet Angeli, & Hiberni) quan nostri (scilicet Belgi) a Portugalis, e Para venientibus, in opinato oppresi, & fugari, non leue damnum fuerunt perpesi; ad quod refarciendum, & acceptas iniurias iudicandas maiori conatu, & viribus institutum repetere, & urgere fatagunt”. E no mesmo livro, cap. 2, diz: “Post annum aute 1615 Portugali ad Paraeripan, qui fini dubio huius magni fluminis ramus est, caeperunt in colere, ut, ante diximus, & animum adcaetera sorte adjiciente, nisi ab Angelis & Belgis nostris impediatur”. De onde se deduz claramente que o odiarem os holandeses a conquista deste grande rio dês Amazonas, á qual se refere o autor nos dois trechos citados, decorre de não poderem fazê-lo, e não de que lhes falem desejos e cobiça pelo muito que lucrarão executá-lo. Previna-se pois Vossa Majestade contra tão graves dano, que este seu fiel vassalo lhe apresenta, e não permita que algum dia se dê motivo a perdas, em lugar daquilo que no presente nos oferece grandes lucros.

Finalmente, se após transcorrido tempo, dominada e conquistada já a passagem deste grande rio, e esclarecidas as entradas que para ele Há em todo o Peru, eu quisesse reduzir a esta viagem o quanto daquelas partes enriquece a Espanha, eu me vangloriaria de ter prestado a Vossa Majestade um dos maiores e mais proveitosos serviços que se poderiam esperar de um vassalo, como o que não somente se economizaria uma grande soma de ducados, em razão dos imensos gastos que seriam inevitáveis enquanto durasse o trajeto do Panamá e Cartagena, e que, se feito pelo rio, por ser por água, e com a ajuda das correntezas, seriam muito moderados. Além disso (o que é mais importante), asseguraria Vossa Majestade, de

*uma vez todas, suas frotas e, sem receio de corsários, poria a salvo todos os seus tesouros, pelo menos até a chegada ao Pará, de onde, em vinte e quatro dias, pelo mar aberto, com galeões feitos no mesmo rio, em qualquer tempo, chegariam à Espanha, sem que inimigo algum lhe pudesse aguardar À saída, por ser acosta do Pará de tal forma que nem mesmo podem os barcos resistir dois dias, fora do rio, às correntes do mar. Com isso, acabariam de vez a contínuas preocupações que a cada dia nos causa tão perigosa e longa viagem, como é a de Cartagena. Tudo, Senhor, remediar-se-á com o que proponho neste memorial, ao que acrescento apenas que a maior parte do bom sucesso nesta matéria advirá da brevidade na execução. E se eu para alguma coisa for útil, sempre estarei aos pés de Vossa Majestade”.*²²¹

²²¹ In: ACUÑA, Cristóbal. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas (1641)*. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994. p. 171-180.

Anexo IV

Auto de posse de Pedro Teixeira

Copia de la certificacion del posse que dicen aver tomado los portugueses de estas tierras en el año 1639, traducida del original português que se guarda en el Archivo de la Reduccion de Santiago de la Laguna

“Pedro Cavallero y professo en la orden de Christo y cavallero hidalgo de la casa de su Magestad que Dios guarde, escrivano propietario de su Real hazienda en essa Capitanía mayor del gran Pará &ª certifico a los que vieren la presente certificacion, que viendo un libro que servió de registro en la hazienda Real, en la pagina treinta y una está un auto de posse del tenor siguiente:

*Anno del nacimiento de Nuestro Señor Jesucristo de mil y seiscientos y treynta y nueve años a los veynte y seis dias del mes de Agosto en frente de los Eurajaris y las bocas del Rio de oro, estando allí Pedro Teixeira Capitan mayor por su Magestad de las entradas y descubrimiento de Quito, o Rio de las Amazonas, y viendo la derrota del dicho descubrimiento mandó venir ante si Capitanes, Alferes y soldados de sus compañías y presentes todos les comunicó y declaró que el traia orden del Governador del estado del Marañon conforme al regimiento que tenia el dicho Governador de su Magestad para descubrir el dicho descubrimiento un sitio que mejor le pareciesse para hazerse en el una poblacion y por quanto aquel, en que al presente estaban, le parecia coveniente assi por la tierra de oro, de que avia noticia, como por ser buenos ayres y campiñas para todas las plantas, pastos de ganado, y crias, les pedia sus pareceres, por quanto tenia ya visto todo ó lo más del descubrimiento y Rio; y luego por todos y cada uno fué dicho, que en tido el discurso del dicho descubrimiento no havia sitio mejor, ni mas acomodado y suficiente pra la dicha poblacion que aquel en que estaban por las razones dichas y declaradas lo qual visto por el dicho Capitan mayor en nombre del Rey Felipe quarto Nutro Señor, **tomo posesion** por la corona de Portuga del dicho itio y las demas tierras, Rios, navegaciones y comércios, tomando tierra en las manos y echandola al*

ayre, y cavando com un azadon deciento en altas voces, que tomaba posesion de dichas tierras y sitio en nombre del Rey Felipe quarto Nuestro Señor por la corona de Portugal. Si avia, quien a dicha posesion contradixese o tubiesse embargos, que alli estaba un escribano de la dicha jornada y descubrimiento y que el los recibiria; Por quanto alli vinieron Religiosos de la Compañia de Jesus por ordem de la Audiencia Real de Quito y por ser tierra remota poblada solamente de Índios, no hubo por ellos ni por otros, quien le contradixesse dicha posesion: por lo qual Yo Escribano tome tierra en las manos, y se la di en mano del dicho Capitan mayor, y en nombre del Rey Felipe quarto Nustro Señor lo hube permitido é investido en dicha posesion por la corona de Portugal del dicho sitio el dicho Capitan mayor puso por nombre la Franciscana, de todo lo qual Yo escribano hize este **auto de posesion**, en que puso su firma el dicho Capitán mayor y los testigos que presentes fueron, el coronel Benito Ruyz de Oliveyra, el Sargiento mayor Felipe Matos, el Capitan Pedro de Costa Favela, y el Capitán Pedro Bayao de el Breu, el Alferez Fernando Mendes Gago, el Alferez Bartolomé Dias de Mattos, el Alferez Antonio Gómez de Oliveyra, el Ayudande Mauricio de Aliarte, el Sargento Diego Rois el Almmojarife de Su Magestad Manuel Mattos de Oliveyra, el Sargento Domingo Gonzalez, el Capitan Domingo Perez da Costa, los quales todos dichos aqui se firmaron com el dicho Capitan mayor Pedro Texeyra, y Yo Juan Gómez de Andrada escribano de dicha Jornada que lo escrivi ae^a Pedro Texeyra, Pedro de Costa Favela, Mauricio de Aliarte, el Capitan Pedro Bayao, Domingo Perez da Costa, Antonio Gomez de Oliveyra, Diego Róis, el Coronel Benito Róis de Oliveyra, Bartolome Dias de Mattos, Fernando Mendez Gago; El Doctor Antonio Figueira del desembargo del Rey Nuestro Señor, Oydor General y Auditor general en lo civil y crimen, Protector mayor de las haciendas de los difuntos y ausentes, capillas y resíduos, Juez de los pleytos de la corona para los agravios Eclesiásticos oe^a. Hago saber como Juez de las Justificaciones a todas las personas, que esta mi sentencia de Justificacion vieren, que a mi me consta por fee de escribano que esta escribio, ser la letra del Auto atras de Juan Gomez de Andrada y assi mesmo ser las firmas al pie del Auto del Capitan Mayor Pedro Texeyra, Benito Ruiz de Oliveyra, Pedro de Costa Favela, Mauricio de Aliarte, Pedro Bayao de Abreu, Domingo Perez da Costa, Bartolomé Diaz de Mattos: por lo qual doy por justificadas y verdaderas las dichas firmas y se debe y puede dar entera fee y credito en juyzio y fuera del adonde quiera que fueren presentadas, y para certeza de todo va por mi firmada solamente á los veynte y tres dias de Febrero de mil y seiscientos cinquenta años, y no pago nada, ni dió asignacion por ser del servicio de Su Magestad Cristoval de Bertao Matheyro escribano de Oydoria general de lesado del estado

*del Marañón por Su Magestad que Dios guarde, la hize y la firme Antonio Figueira Durão. Registrese en los libros de la Hacienda desta ciudad de Belen, Veynte y tres de Febrero de seiscientos y cinquenta años. Figueira. El qual traslado de **Auto de posse y justificacion** Yo Blas de Sylveira escribano de hacienda de Su Magestad que Dios guarde en la capitania del Pará aqui traslade bien y fielmente del original que bolvi al dicho oydor general, sin cosa que haya duda; queda en verdad a que me refiero en fé de que me firmo á los veynte y quatro de febrero de mil seiscientos y cinquenta años. Blas da Sylveira. Concertado con el original y conferido por mi escribano de hacienda Blas da Sylveira, y no contenia mas el dicho Registro, que se halla en el libro, que para ello sirvio en la hacienda Real pagina treinta y una a lo qual me refiero en todo. De que Yo susodicho escrivano hize passar la presente por certificación en cumplimiento de una orden vocal del Gobernador y Capitan General del Estado, Cristoval da Costa Freyre y con el dicho Registro conferi á este, concerte, subcrivi (sic) y firme en esta ciudad de Belen del Pará a los veynte y siete de Agosto de mil setecientos y ocho años.= Pedro Cavalleyro.”*

“Yo el Sargento mayor Francisco Mathias de Rioxa Theniente General y justicia mayor de la ciudad de Borxa y sus provincias oe.^a = Zertifico y dói fee que esta copia del auto de posision (así) de Pedro Texeira, portugues esta sacada fielmente y esta concordada, corregida y concertada que me refiero y quedan uno y outro en poder del M.R.P. superior nicolas Schindler y por que conste lo firme de mi nombre en quatro dias del mes de Noviembre de mil setessientos treinta y siete años siendo testigos el Capitan Thomas de Tapia, el ayudante Xavier de Cantos, quienes se hallaron presentes al corregir y consertar asi lo sertifico actuando ante mi a falta de escribanos Públicos ni R.T.= Francisco Mathias de Rioxa = hay una rubrica = Francisco Thomas de Tapia = hay una rubrica = Francisco Xavier Cantos y Nabarrete =hay una rubrica.”

O documento está no Archivo General de Índias, sob o título: *secretaría del Perú.= Audiência de Quito.= Expediente particular del Gran Pará; descubrimiento del Río de las Amazonas, índices de las misiones y extinción del gobierno de Mainas. = Años 1618 á 1754.*

In: *Informes de jesuítas en el Amazonas (1660-1684)*. Francisco de Figueroa, Cristóbal de Acuña y otros. (Col. Monumenta Amazônica). Iquitos, CETA, 1986, p.139-141. Bernardo Pereira deBerredo também reproduz o auto no seu *Annaes Historicos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo mais que nelle tem succedido desde o anno em que foy descuberto até o de 1718*.(livro X, parágrafo 710) In: BERREDO, B. P. *Annaes Historicos do Estado do Maranhão(...)*. Monumenta Amazonica – série Agentes Gubernamentales. IIAP – Ceta, 1989, p. 310-312.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)